

CADERNOS DO

# terceiro mundo

Portunhol

*O idioma da fronteira quer reconhecimento*

PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 111 • CZ\$ 350,00 • BOA VISTA, MANAUS CZ\$ 455,00 • ANO XI

## ANGOLA - ÁFRICA DO SUL

# A PAZ POSSÍVEL



### Caminhão X Trem

### CONFRONTO OU INTEGRAÇÃO?

# ANGOLA

## terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603  
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911  
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

**LUANDA / RIO:**

**SÁBADO:**

Saída / Luanda: 12:30

chegada / Rio: 17:00

**RIO / LUANDA:**

**DOMINGO:**

Saída / Rio : 16:30

Chegada / Luanda: 04:30

(dia seguinte)



# TAAG

**LINHAS AÉREAS DE ANGOLA**

A Serviço da Reconstrução Nacional

## AOS LEITORES

Nosso apelo aos leitores e amigos de **terceiro mundo** teve uma resposta muito positiva. O ritmo da campanha de assinaturas cresceu consideravelmente. Desde Roraima e Rondônia, passando pelo Nordeste até o Sul, estamos recebendo numerosas assinaturas. Registramos com satisfação dois exemplos, entre outros: o da ativa colaboradora de João Pessoa, que, em menos de um mês, nos mandou 20 assinaturas e o de um numeroso grupo de funcionários do Banco do Brasil em Vila Carrão, São Paulo, que, coletivamente, assinou a revista. Nossa meta, de duplicar até o final do ano o nosso quadro de assinantes, não é, assim, irreal, sobretudo contando com o apoio dos atuais subscritores. Basta que cada um consiga um novo assinante e a meta se cumpre. De alguns, estamos recebendo mais de uma nova assinatura, compensando as entidades e mesmo pessoas que não têm condição de conseguir o outro assinante.

**terceiro mundo** está passando por um momento auspicioso. Todos os nossos serviços – redação, correspondentes, administração, circulação, informática, documentação – estão empenhados em melhorar o nível da revista. Tanto os leitores quanto nós, que fazemos a revista, temos uma visão muito clara do que significa um órgão de informação independente e alinhado com as causas do Terceiro Mundo.

\*\*

Duas correções de erros da edição anterior: o artigo sobre o FMI em Gana, que aparece sem assinatura, é de autoria de Carlos Castilho. A nota da redação "Globo censura Dias Gomes" aparece, erroneamente, assinada por Yaci Nunes, que nada teve a ver com a mesma. Ficam feitas as correções.

## SUMÁRIO

## 2 CARTAS

## 5 PANORAMA TRICONTINENTAL

## MATÉRIA DE CAPA

## 10 Angola: A paz depende de Pretória

## AMÉRICA LATINA

## 16 El Salvador: Vazio de poder

## 19 "A água está cheia de tubarões"

## 20 O perigo de um golpe de estado

## 21 Nicarágua: Negociação fracassada

## 24 México: Fora da lei

## OCEANIA

## 28 Belau: Um arquipélago na mira dos EUA

## NORTE/SUL

## 30 As ONG e a democracia

## ECONOMIA

## 32 Bancos islâmicos: O êxito dos bancos não-usurários

## 34 Agitação no setor financeiro

## MINORIAS

## 39 Equador: Uma ameaça real

## MULHER

## 41 Malásia: Em busca de uma nova vida

## COMUNICAÇÃO

## 42 Mulheres ganham jornal: Cunhary

## 43 Um modelo em crise

## ESPECIAL

## 44 Uruguai: Reflexões sobre os escombros que a ditadura deixou

## SUPLEMENTO BRASIL

## 50 Transportes: Caminhos do Brasil

## 55 Energia: A solução do biogás

## 57 Tributo: A divisão do bolo

## 59 Comportamento: Uma sociologia da inflação

## 61 Maio

## 63 Ensino: Uma revolução na educação?

## 65 Linguagem: A criativa agitação do idioma

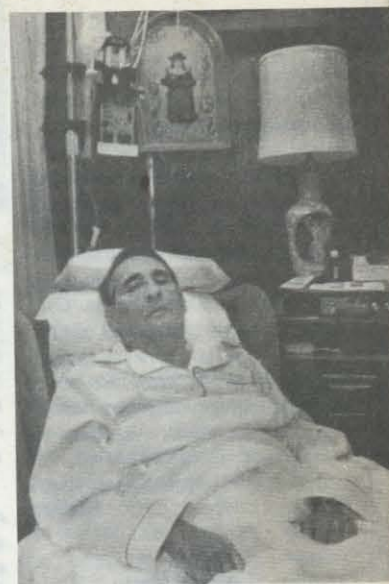
66 Na fronteira Brasil-Uruguai, o *portunhol* vira idioma

## 69 Tudo bem, foi fumo sem fogo

## 71 Língua: desafios na África

## 71 O romeno, raiz latina no leste europeu

## 72 Cultura: O museu reconta a história



Napoleón Duarte: saúde abalada



Portunhol: o idioma da fronteira



Benedetti: reflexões sobre a ditadura

Os grupos oprimidos

**terceiro mundo** surpreendeu-me: em suas páginas sabe condensar o modo de viver e de sentir de nossos povos, com artigos de grande qualidade e fotografias (embora escassas) muito apropriadas. Considero de suma importância que publiquem artigos sobre os grupos oprimidos ou marginais (mulheres, doentes mentais, lésbicas, homossexuais, prostitutas, viciados em drogas), em relação a trabalho, vida social e participação política. Imagino que, como o nosso Terceiro Mundo, eles sofrem vexames que os afligem e martirizam.

**Marieta Guerrero Marín**  
La Candelaria, Caracas  
Venezuela



^ luta pela informação

Parabenizamos a Editora Terceiro Mundo pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo. Pela seriedade, honestidade e pela ética profissional, tão pouco valorizada neste país, desejamos que a revista continue assim e cresça cada vez mais, pois vocês merecem.

**Funcionários do Banco do Brasil**  
Agência de Vila Carrão  
S.P - Brasil

Movimento sindical

Quero parabenizá-los pelas reportagens, bem como pelo seu valor histórico e as possibilidades de acesso às várias informações. Tenho notado que **terceiro mundo** tem-se aprimorado em seus informes a vários segmentos sociais, a cada mês.

Gostaria de ter um posicionamento mais detalhado (se possível) dos movimentos sindicais dos países do Terceiro Mundo, e ainda que fosse feita uma reportagem dos nossos movimentos sindicais, bem como do movimento estudantil.

**Ana Maria Kara José Freire**  
Ribeirão Preto - S. Paulo

A causa palestina

É muito bom sabermos que existem pessoas conscientes do que está realmente ocorrendo no mundo e na Palestina. Para isso, vocês de **terceiro mundo** estão contribuindo imensamente com nossa luta. Os meios de comunicação possuem o dever, diante de todos os povos, de mostrar os fatos como eles são, para que as pessoas se conscientizem e busquem soluções.

A reportagem que vocês fizeram numa área proibida (ver **terceiro mundo** nº 108) confirmou que - parece difícil de acreditar - as aldeias palestinas são verdadeiros campos de concentração, onde o povo palestino vive debaixo de humilhações, da violência e de leis sionistas, em sua própria terra. Onde está a consciência dos sionistas, que caçam nazistas e lhes aplicam a sentença de morte, se eles próprios praticam os mesmos atos na Palestina? De oprimidos pelo nazismo, passaram agora a opressores. Mas, não vão calar o grito de luta do povo palestino, que continuará a ganhar a adesão dos que reconhecem a justiça da causa.

Quero parabenizá-los em nome da Associação Cultural Palestina Sanaud (Voltaremos) de Santa Maria.

**Samira Mustafa**  
Santa Maria - RS - Brasil



Aids, uma questão social que precisa relegar o moralismo

Ver a realidade toda

Ao observarmos uma árvore, podemos enxergar não apenas uma parte dela, mas a árvore todinha. Esta percepção integral é o que nos coloca acima dos macacos, na escala da evolução. Este raciocínio é para dizer às pessoas que, ao analisarem a questão da aids não enxerguem apenas os aspectos que têm sido enfatizados desde o início pelos meios de comunicação. Um destes aspectos é o sexual, a ponto de, no início, ela se chamar câncer ou peste gay.

Não nego este aspecto na percepção da aids, mas acontece que não o coloco em evidência, pois, se o fizesse, estaria observando apenas um dos frutos da longa história de guerras, ódios, lutas de classes, opressão e miséria de todos os tipos, inclusive a carência sexual a que somos submetidos desde a puberdade.

Por isso, quero parabenizar **terceiro mundo** pela excelente reportagem do nº 108, sobre a aids: o

aspecto social foi colocado acima do sexual, daí o sucesso do trabalho.

O governo brasileiro coloca um lindo rosto humano para dizer o seguinte: "Quem vê cara não vê aids". O que tem uma coisa com a outra? Por que não são mais claros? Não sabem, não podem, não devem? Por que não simulam o vírus, inclusive os seus movimentos, formas de transmissão, etc. e o colocam na TV? Seria uma forma mais educativa e informativa do que esse negócio de que "quem vê cara não vê aids".

Colocar palhacinhos chorando por causa da aids, como fizeram na época do carnaval, também não está certo. As crianças têm os palhaços como algo ligado ao sorriso. Aí teremos que explicar para elas, além do lance da camisinha, o drama dos palhacinhos contaminados pela aids. O que as crianças vão pensar? Eu gostaria que todos atentassem para essa realidade.

**José Carlos Ribeiro Lima**  
Goiania - GO - Brasil



Palestina: a importância de mostrar os fatos como eles são

**O povo irmão da Nicarágua**

Os últimos acontecimentos na América Central motivam-me e até me obrigam a expressar repúdio, como uruguaio e latino-americano, ao ataque que sofrem a Nicarágua e o Panamá. Estive na pátria de Ruben Darfo e convivi com os filhos de Sandino e as Brigadas Internacionalistas (particpei da 2ª Brigada José Artigas, na colheita do café em 1987) e isso me faz assumir mais profundamente o compromisso, a solidariedade e a denúncia.

É necessário que incentivemos a solidariedade ao povo irmão da Nicarágua, que com seu esforço, tenacidade e heroísmo está construindo uma sociedade democrática.

Igualmente, torna-se necessária a solidariedade com o povo irmão do Panamá, que luta por recuperar a soberania sobre o Canal. Devemos denunciar o atropelo, a agressão e a prepotência dos Estados Unidos, que desconhecem a soberania e a autodeterminação dos povos.

Fiquemos alertas ante uma eventual intervenção – mais uma – em nossa pátria grande. Que não volte a ocorrer o que sucedeu a Granada ou às Malvinas.

**Guillermo Font**  
Cooperativa de Habitações  
Mesa 1  
Montevideu – Uruguai



A batalha da produção

**Fonte única**

Sou leitor e assinante desta excelente revista. Desejo felicitá-los, pois se trata de uma fonte praticamente única de informações sérias para se conhecer a problemática de nosso castigado Terceiro Mundo.

**Antonio Torossian**  
Montevideu – Uruguai

**A polêmica do trem**

A falta de incentivos do governo federal vem tornando o sistema ferroviário cada vez mais esquecido pelo povo brasileiro. Sendo uma das empresas de maior patrimônio da América Latina, a Rede Ferroviária Federal corre o risco de se tornar uma empresa privada, o que faria do povo o maior perdedor.

Se tivesse havido maior explanação sobre o que seria a Ferrovia Norte-Sul, talvez a polêmica do trem não se agravasse ao ponto que chegou. Mas, ao invés de construir a Norte-Sul, por que não renovar totalmente o sistema ferroviário do país e recuperar assim a simpatia popular? Depois disso, poderíamos construir outras ferrovias, o que já se provou ter dado certo em países desenvolvidos. É o transporte mais seguro, rápido e econômico.

**Joaquim Helênio**  
Fortaleza – Ce – Brasil

**Timor Leste**

Venho sugerir que se faça uma reportagem completa sobre a atual situação da antiga colônia portuguesa do Timor Leste. Há muitos números não vejo nada publicado sobre o assunto, sobre o qual passei a interessar-me ao tomar conhecimento da luta heróica e desigual da Frente Timorense de Libertação Nacional (Fretilin) pela liberdade e autonomia de seu povo, subjugado pelos imperialistas indonésios.

Denuncio o total desinteresse do governo brasileiro para com a causa timorense, tendo, inclusive, acentuado a aproximação em relação ao



governo indonésio, sendo seguido pela Austrália, que a princípio vinha pedindo a retirada das tropas invasoras. Pelo que sei, apenas Portugal rompeu suas relações com a nação agressora.

**José Salvador A. Neto**  
Brasília – DF – Brasil

**Canção de paz**

Houve uma era, em que o homem respeitava a natureza e procurava cultivá-la, amava seus semelhantes e se localizava num universo tribal. O homem cresceu, sobreviveu aos perigos, evoluiu. Mas, no tempo, tornou-se egocêntrico, egoísta, e escravizou onde havia liberdade, prostituiu onde havia pureza, castrou, tolheu, reprimiu onde se exigia autonomia. O ódio frutificou onde havia amor, e a guerra, onde havia paz.

Hoje, esse mesmo homem paira sobre a cabeça da humanidade. Reprime povos que lutam pela busca de seu próprio destino e que querem segui-lo em paz. Mata e tortura, quando se vê acuado pelos reclamos da justiça social e popular. Glorificam-se o ódio e a guerra e desprezam-se o amor e a paz entre os povos. Mas, existe uma força, que desperta a consciência e o coração de cada ser para a vida, para que busque, com força e vontade, o sonho da liberdade.

Sou professora de dança e fiz esse poema para ser lido antes que meus alunos entrassem em cena, com fundo musical de Pink Floyd. Quero agradecer pela veracidade com que **terceiro mundo** transmite os fatos, uma revista que documenta fatos reais e nos alerta. A vocês, meu afeto, gratidão e carinho. Contem comigo para sempre, e de verdade.

**Sheila de Oliveira Bezerra**  
Realengo – Rio de Janeiro

**Luta pela justiça social**

Parabéns a **terceiro mundo** pela linha editorial independente e

progressista, o que a torna porta-voz das consciências oprimidas do planeta. Não deixo por menos: eu os profbo de esmorecerem na luta por uma sociedade mais justa.

Gostaria de sugerir matérias sobre a preservação da natureza nos grandes parques nacionais africanos, matérias históricas sobre a tumultuada independência de Angola, sobre Cuba e também sobre os grandes líderes do Terceiro Mundo. Gostaria também de saber os endereços da agência Angop e da revista angolana Novembro.

**Ricardo Teixeira Barbosa**  
Porto Alegre – R.G. Sul – Brasil

Nota da redação: Para contactar a agência angolana de notícias Angop e a revista Novembro, escreva para a Rua Álvaro Alvim, 31/501 – Cep 20 031 – Cinelândia – Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Telefone: (021)220-9439.



**O ideal de Che**

Cumprimento-os pelo número dedicado a Che Guevara (ver **terceiro mundo** nº 104), no qual se expressa todo o ideal de seu pensamento. Esta carta é para solicitar-lhes que analisem em um artigo a gestão governamental do Partido Colorado, na qual muitas promessas eleitorais ficaram esquecidas.

**César Pernas**  
Maldonado – Uruguai

## INTERCÂMBIO

- **Maria Regina Ferreira**  
Rua André da Cunha Fonseca, 129  
Vila Industrial - São Paulo - Brasil  
CEP 03258
- **Gildo Andrade Simões**  
Rua C 211 - Jardim Santo Antônio -  
Atalaia - Aracajú - SE  
CEP 49000
- **Nilson Violato**  
Rua Cel. Elísio Pereira 861 (Fundos)  
CEP 83200 - Paranaguá - Paraná  
Brasil
- **Rodrigues Gambo Aragão**  
T. Gaky, 153 r/ 21 "A."  
Az - CCP - CCCP  
URSS
- **Gaston Eduardo Echevarria Laco**  
Felipe Cardozo, 2623-H - Barrio Nuevo  
Amanecer  
Montevideo - Uruguay
- **Sebastião Vera Cruz**  
Av. Ipiranga, 84 - Apto. 1802  
CEP 01039 - Centro  
São Paulo  
Brasil
- **Miguel Lopez**  
Riachuelo, 179  
Montevideo - Uruguay
- **Ana Maria Kara José Freire**  
Rua João Manoel de Andrade, 171  
(Bairro José Sampaio)  
Ribeirão Preto - SP  
CEP 14100
- **Mariela Guerrero Marín**  
Av. San Felipe a Ríos,  
Resid. "Dannit", piso 3, Apto. 31  
La Candelaria - Caracas  
Venezuela
- **José Salvador R. de A. Neto**  
S.H.C.E., 1505 Bloco - H  
Apartamento 104  
Brasília - DF Brasil CEP 70650
- **Sheila de Oliveira Bezerra**  
Rua César no. 277 B. Realengo  
Piraquara  
Rio de Janeiro - RJ Brasil  
CEP 21750
- **Cesar Pernas**  
Fragoso de Rivera, 1202  
Barrio Rivera  
Maldonado  
Uruguay
- **Mônica Cardoso**  
Rua Almirante Pestana no. 701  
bloco 3 - ap. 101  
CEP 21921  
Ilha do Governador - RJ
- **Arlindo Bernardo**  
Rua Serpa Pinto, 13  
Caixa Postal 1049  
Ao c/ de Cesar Bernardo  
Benguela/Angola
- **Bárbara M. C. Almeida**  
Casilla 5359  
Santa Cruz de la Sierra  
Bolívia
- **Márcio Antônio Araújo**  
Caixa Postal 032  
CEP 30161 - Belo Horizonte - MG
- **Amada da Silva Thomás**  
Part. dos Correios 1684  
A cuidado Amandio T.  
Benguela - Angola
- **José Geraldo Soares**  
C.P. N.º 16801  
a/c Amandio Thomas  
Benguela - Angola
- **Joaquim Monteiro**  
a/c Tony Fernando  
Caixa Postal 452  
Benguela - Angola
- **José Geraldo Soares**  
Av. Rio Branco, 2993/302  
CEP 36025 - Juiz de Fora - MG  
Brasil
- **Neiva Moreira**  
Caixa Postal 60086  
São Paulo - Brasil
- **Federico Leguani Risso**  
33.459 - Canelones  
Uruguay
- **Ludovico Marcos**  
Rua 31 de janeiro, C.P.73  
Benguela - Angola
- **Manuel Domingos**  
A/C de Mingo Pirex  
C.P. 997  
Benguela - Angola
- **Sara Deolinda de Jesus**  
C.P. 1361  
Luanda - Angola
- **Carla Marques**  
C.P. 1361  
Luanda - Angola
- **Daniel Mendes Lopes Varela**  
C.P. 1497 - Desporto  
Benguela - Angola
- **Marko Ajdaric**  
C.P. 4015  
Cep 40161 - Salvador - BA
- **Celestino Kendo Hino Klai**  
C.P. 856  
Benguela - Angola
- **Roberto Carlos Dias dos Santos**  
C.P. 2424 - S.I.G.A.  
Luanda - Angola
- **Carlos Pereira de Barros Carlé**  
C.P. 344 - Luanda - Angola
- **José da Costa**  
C.P. 413  
Benguela - Angola
- **Cristiano Cacolo**  
C.P. 745  
A/C de Victorino Mulhala  
Benguela - Angola
- **José Gonçalves Vintial**  
C.P. 1153  
Benguela - Angola

## Terceiro mundo

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

**Diretor Geral:** Neiva Moreira  
**Diretor Geral Adjunto:** Pablo Placentini  
**Editora:** Reatriz Bissio

**Sub-editores:** Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho  
**Conselho Editorial Internacional:** Darcy Ribello, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia

**Redação Permanente:** Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Cancura (Uruguai).

**Correspondentes:** Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalilé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

**Colaboradores:** Abdul Nafey, Adrián Soto, Alberto Marantoni, Ash Narain Roy, A.W. Singham, Carlos Avelline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, David Coetzee, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Gregorio Selsler, Govin Reddy, Herbert de Souza, João Melo, Ladislau Dowbor, M. Venugopala Rao, Marcela Otero, Mario de Cautín, Mia Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Phill Harris, Ricardo Bueno, Roger Rummell, Theotônio dos Santos, Medea Benjamin, Jaime Brener, Juan Carlos Gumucio, Norma Marcos e Adam Keller.

**Departamento de Arte:** Pedro Toste (editor), Miguel Efe, Reginaldo Caxias, **Colaboradores:** Adérito Gusmão e Dayse Vitoria. **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Elizabeth Mesquita, Sônia Lana Drum, Aldo Gamboa. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa.

**Digitadores:** Sérgio Luiz S. Schettino, **Composição:** Luzia A. Neiva, **Revisão:** Cléia Márcia Soares.

**SEDE CENTRAL NO BRASIL:**  
**Endereço:** Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro - Tels.: 222-1370 / 242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

**Departamento Comercial:** Maria Neiva. **Dept.º de Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes. **Editora Terceiro Mundo Ltda.:** Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil - Tels. 222-1370/242-1957/252-7440 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

**EDIÇÕES REGIONAIS:**

- **Edição em Português:** Circulação no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe
- Diretor:** Neiva Moreira
- Suplemento Brasil:**
- Editor:** Procópio Mineiro.
- Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília).
- Sucursal de Lisboa:**
- Diretor:** Artur Baptista
- Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1.º andar - Lisboa, 1, 200  
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P
- **Edição em Espanhol**
- Sucursal do Rio de Prata / Cone Sul**
- Diretores:** Gerônimo Cardoso e Roberto Bissio
- Administração:** Hugo Cardoso. **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideo, Uruguai -
- Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela
- Impressão:** Imprensora Polo Ltda. Garibaldi 2579  
Tel.: 802420 - Montevideo
- Representante na Argentina:** Rubén Montes de Oca
- Distribuição na Argentina (em livrarias):** Punto Sur Editores - Av. Pte. Julio A. Roca 751 - 4.º C - Tel. 331-4117 / 6461 / 7344 / 6619 - Buenos Aires - Argentina
- Bancas:** Julio C. Di Pietro, Bolívia 529, Tel.: 6112801 - Buenos Aires, Capital Federal
- **Edição em Inglês (bimestral):**
- Editor:** Bill Hinchberger
- Editor Adjunto:** Roberto Raposo
- Correspondência:** Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ité-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris), Fotos: Reuters.

Capa: Pedro Toste

Revista mensal nº 111 - junho - 1988

ÁRABES:

## Cúpula apóia OLP e rebelião palestina



Arafat: um avanço decisivo

□ A reunião de cúpula árabe, em Argel, no início de junho, expressou total apoio à rebelião palestina nos territórios ocupados por Israel, fortalecendo, ao mesmo tempo, a Organização para a Libertação da Palestina e seu líder, Yasser Arafat.

No início da reunião, em discurso aos 21 chefes de Estado árabes, Arafat fizera um apelo, lembrando que "os olhos dos nossos filhos e de nossos anciãos estão fitando esta assembléia. Não os desiludam".

A declaração final do encontro foi uma vigorosa resposta de apoio à luta palestina, reiterando, ao mesmo tempo, a necessidade de convocação de uma conferência internacional de paz, com a participação de todas as partes envolvidas no con-

flito, principalmente a OLP, e sustentando a criação de um Estado palestino.

Contrariando a opinião do líder líbio Muamar Kadafi, a assembléia árabe optou por evitar um pronunciamento formal sobre o plano do secretário norte-americano George Shultz, apresentado dias antes ao Egito, Síria, Jordânia e Israel. A decisão foi considerada uma maneira de deixar desembaraçado o caminho a eventuais iniciativas, que possam facilitar negociações.

Outras decisões importantes foram o convite do rei Hussein a Arafat, para que visite a Jordânia, e o apoio econômico que a OLP passará a receber regularmente dos Estados árabes, no valor de 20 milhões de dólares mensais.



Sarney confirmou a Kadoumi o apoio brasileiro à OLP

BRASIL:

## Sarney recebe chanceler palestino

□ Um encontro de meia hora com o presidente José Sarney marcou a primeira visita oficial do chefe do Departamento Político da Organização para a Libertação da Palestina-OLP ao Brasil, no dia 23 de junho. Farouk Kadoumi recebeu do governo o tratamento de chanceler, em razão do "apoio do governo brasileiro à autodeterminação e autonomia do povo palestino", segundo explicação do Itamarati.

No encontro com o presidente José Sarney, Farouk Kadoumi transmitiu mensagem do líder da OLP, Yasser Arafat, agradecendo a posição favorável brasileira às reivindicações palestinas. O chefe do Departamento Político da OLP transmitiu ao presidente Sarney o desejo de sua organização de obter a concessão de *status* diplomático para sua representação no Brasil. Embora essa questão não tenha tido resposta imediata, o governo brasileiro reiterou o reconhecimento

da OLP como representante do povo palestino e renovou "o apoio à causa que dá nome à OLP", conforme frisou o chanceler Abreu Sodré.

O chanceler brasileiro assinalou ainda que o Brasil mantém a coerência de suas posições sobre a questão, tendo votado a favor, inclusive, das recentes resoluções 605, 607 e 608 das Nações Unidas, que condenaram as deportações de cidadãos palestinos por parte de Israel, nos territórios ocupados. "O Brasil, unindo-se ao sentimento predominante na comunidade internacional, deu integral apoio àquelas decisões", disse Sodré.

A OLP tem um escritório em Brasília desde 1979 e pretende ver elevado o nível da sua representação, como já ocorre na Nicarágua, Bolívia, Cuba, Peru, México e outros países. Mais de 300 parlamentares manifestaram seu apoio ao reconhecimento diplomático da OLP pelo governo brasileiro.

PANAMÁ:

## Não há acordo com Reagan



Noriega e Palma: pressão de Reagan tem fins políticos

□ O presidente do Panamá, Manuel Solís de Palma, afirmou que o governo de seu país não chegou a qualquer acordo com as sucessivas delegações enviadas pela administração Reagan, simplesmente porque não houve acordo sequer quanto ao que deveria ser discutido. Os Estados Unidos queriam negociar a saída do general Manuel Noriega do país – embora o general, comandante da Guarda Nacional, não tenha participado de qualquer reunião – mas, segundo Solís de Palma, “não se pronunciavam sobre o ressarcimento dos danos causados ao Panamá pelo bloqueio financeiro norte-americano, que alcançam a cifra de 1,5 bilhão de dólares”.

“A proposta norte-americana consistia em anular o indiciamento que o general Noriega tem em dois tribunais dos Estados Unidos, em troca de sua renúncia ao cargo de comandante da Guarda Nacional, no dia 12 de agosto, e abandono do país no mês de setembro

próximo”, afirmou o presidente. Logo após as fracasadas negociações com o Panamá, agências noticiosas divulgaram telex procedentes de Washington, sobre o suposto “desaparecimento” dos documentos que “fundamentam” as acusações de narcotráfico contra o general Noriega. As informações assinalam que os mesmos teriam sido subtraídos da embaixada norte-americana no Panamá e destruídos pelo pessoal da DEA, a agência norte-americana de combate às drogas.

A agência panamenha de imprensa, Panapress, afirmou que “seria incrível, no mínimo” que uma representação diplomática como a norte-americana, tão bem guardada, possa ter sofrido um roubo desse tipo. “Essas notícias, na verdade, apenas confirmam que tais documentos jamais existiram”. E lembra que “alguns altos funcionários do governo Reagan, pedindo anonimato, disseram à imprensa norte-americana que as acusações contra Noriega são de fundo

político e visam a desestabilizar o governo constitucional do Panamá, com o objetivo de impor outro governo, dócil aos interesses dos Estados Unidos”, conclui o a nota da Panapress.

“Ao tratar o tema da reparação pelos danos do bloqueio financeiro, os representantes do governo norte-americano se limitaram a formular promessas vagas, demonstrando a falta de empenho por um eventual cumprimento”, afirmou o presidente Solís de Palma. O ministro do Comércio, Mário Rongoni, disse, por sua vez, que o Panamá demorará muitos anos para cobrir as

perdas sofridas com a agressão de Washington. “A curto prazo, a economia não tem possibilidades de recuperar, sem ressarcimentos, os níveis anteriores à crise”, assinalou. Considerou, contudo, que as exportações estão normais e que um recente acordo com empresas centro-americanas permitirá a regularização dos pagamentos ao exterior.

O novo ministro da Fazenda, Orville Goodin, por sua vez, destacou que a “profunda recessão provocada pelas sanções econômicas está sendo superada, graças à solidariedade latino-americana”.

RIO

## Cônsul debate na Câmara do Rio



□ No Rio de Janeiro, o cônsul do Panamá, Maurício J. Barés Weeden, fez, na Câmara de Vereadores, uma exposição sobre o quadro da luta em seu país. As informações prestadas

pelo diplomata panamenho foram muito bem recebidas pela numerosa e atenta assistência, que incluía políticos, legisladores e dirigentes profissionais. Na foto, aspecto da reunião.



EQUADOR:

## Borja anuncia seu plano de governo



**Borja: crescer para pagar**

□ O presidente eleito do Equador, Rodrigo Borja, disse que a partir de 10 de agosto próximo, quando toma posse, seu governo adotará uma política internacional soberana e logo restabelecerá relações com a Nicarágua. Para a política econômica equatoriana, prometeu "uma mudança de rumos de noventa graus".

Borja, eleito pela Esquerda Democrática (ID, social-democrata), assegurou que pretende chegar à paz e à concórdia na América Latina, além de incorporar seu país ao Movimento dos Não-Alinhados, ao Grupo de Apoio de Contadora, ao Grupo dos 77 e ao Grupo dos Oito, ou do Rio de Janeiro. Definiu-se pelo princípio da não-intervenção e pela "autodeterminação das nações".

O dirigente do futuro partido do governo, Efrén Cocios, confirmou que uma das prioridades da Esquerda Democrática é restabelecer as relações com a Nicará-

gua, interrompidas em 1985. Borja e seu partido têm sido os críticos mais severos da política exterior do governo de León Febres Cordero, social-cristão.

O presidente eleito assegurou que pensa discutir, "em ambiente de harmonia e confiança mútua", as questões de fronteira com o Peru, na zona amazônica do Equador. Assinalou, nesse sentido, que deseja fortalecer organismos regionais, como o Sistema Econômico Latino-Americano-Sela, a Organização Latino-Americana de Energia-Olade e o Acordo de Cartagena, mais conhecido como Pacto Andino.

Outro propósito do presidente eleito do Equador é o de aumentar a participação de seu país nos esforços para se criar uma Nova Ordem Econômica Internacional-Noéi. Borja disse ainda que pretende propor a ação conjunta dos países devedores, de modo a que consigam uma solução política para a questão da dívida externa (9,6 bilhões de dólares no Equador). Sobre a dívida equatoriana, disse ser partidário da subordinação dos pagamentos às necessidades do desenvolvimento e crescimento do país. Considera "uma barbaridade" a destinação de 73% das divisas conseguidas pelo Equador para o pagamento aos bancos credores.

Rodrigo Borja assumirá a direção de um país envolvi-

do em forte crise, marcada por um déficit de aproximadamente 1,3 bilhão de dólares no setor público, desequilíbrios no setor externo, devido à baixa dos preços do petróleo, e uma dívida externa por negociar. Ele

acredita que ainda tem validade o modelo de substituição de importações, mas considera que "deve ser reorientado, para incluir um agressivo sistema de industrialização para produtos de exportação".

NAMÍBIA:

## O boicote estudantil



**Protestos da maioria negra denunciam ação do racismo**

□ Mais de 20 mil estudantes entraram em greve no norte da Namíbia, devido à recusa do governo sul-africano em retirar as bases militares que se encontram nas proximidades das escolas. O boicote escolar começou em março, em Ponghofi, onde cerca de 600 alunos suspenderam as atividades, exigindo a retirada da base de treinamento de contra-insurgência, localizada nas proximidades da unidade de ensino secundário. No correr das semanas, a adesão espalhou-se pela Ovambolândia, no norte namibiano, chegando ao começo de junho com mais de 30 estabelecimentos de

ensino paralisados. Pais, professores e estudantes consideram as bases militares próximas como uma séria ameaça à vida das pessoas.

O motivo é que as escolas costumam sofrer com o fogo cruzado, durante os confrontos entre as forças de segurança e os guerrilheiros do Exército de Libertação Popular da Namíbia (PLAN).

O PLAN é o braço armado da Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo), que sustenta uma guerra de guerrilhas contra a ocupação ilegal sul-africana do território da Namíbia, nos últimos 20 anos.

ÁFRICA DO SUL:

## Os Mirages argentinos

□ Está provocando especulações a presença de aviões "Mirage" argentinos na África do Sul. A revista especializada britânica *Jane's* levanta a hipótese de se tratar de possível venda de aviões a Pretória.

Circulam rumores de que as fuselagens desses aviões teriam sido descarregadas em diferentes portos sul-africanos, para não dar na vista, sendo depois transportadas para a fábrica "Atlas Aircraft Corporation" para a montagem e a modernização com motores, radares e armamento novos. A *Jane's* acrescenta que funcionários sul-africanos reconheceram, em declarações particulares, que a única fonte viável de aviões de combate modernos é a obtenção dos caças franceses, de segunda mão, para modernização no país.

A publicação cita informações procedentes da África do Sul, segundo as quais nesse país estão trabalhando engenheiros e técnicos israelenses, que antes participaram do projeto do caça-bombardeiro "Lavi", já abandonado por Tel Aviv.

Dada a posição do governo argentino de membro do Movimento dos Países Não-Alinhados e de opositor do *apartheid*, (a Argentina rompeu relações diplomáticas com a África do Sul), é esperada, nos meios africanos, uma explicação adequada sobre a finalidade desse aparelhos na África do Sul.



Mason: procurando negar a responsabilidade

ARGENTINA:

## Ex-general pode pegar prisão perpétua

□ Ao comparecer ante a justiça argentina, o ex-general Guillermo Suárez Mason, um dos principais acusados por violação aos direitos humanos, procurou justificar-se, recorrendo à chamada "lei da obediência devida", que livrou da responsabilidade criminal a centenas de oficiais implicados em torturas, assassinatos e desaparecimentos de pessoas. O ex-militar afirmou que o país foi dividido em áreas, para maior facilidade do trabalho da repressão, durante a ditadura militar (1976-1983), e o chefe de cada área tinha autonomia para decretar ordens de prisão.

A lei da obediência devida foi promulgada pelo governo em junho de 1987, eximindo, dos crimes cometidos durante a chamada "guerra suja", os oficiais de níveis inferiores ao de tenente-coronel e também os chefes militares que, supostamente, não tiveram a responsabilidade de baixar tais

ordens. A Suprema Corte de Justiça entendeu que os chefes das subzonas de repressão, que dependiam de um comando zonal, não tiveram responsabilidade na elaboração das ordens, limitando-se a cumprir determinações superiores.

O depoimento de Suárez Mason, ex-comandante do primeiro corpo do exército, sediado em Buenos Aires, e ex-chefe da primeira zona de segurança, revelou que os responsáveis das sete subzonas sob seu comando tinham liberdade para efetuar a repressão e contavam com listagens detalhadas dos presos desaparecidos. Na área comandada por Suárez Mason, ocorreram 50% dos 30 mil desaparecimentos de opositores da ditadura militar. "O ex-general foi dono da vida e da morte de 14 mil pessoas", afirmou o promotor Luis Moreno Ocampo, ao fundamentar sua acusação. As detenções clandestinas eram

chamadas de "ações encobertas", e os militares agiam sem uniformes, nem identificação, utilizando na tarefa carros sem placas.

O ex-militar disse desconhecer essas "ações encobertas" e negou saber da existência de 21 campos de concentração de presos políticos na região militar que comandava. Admitiu, tão somente, haver visitado o campo "El Olimpo", em Buenos Aires, descrevendo o lugar como "área para reunião dos detidos". Segundo o jornal argentino *La Nación*, "estas declarações causaram mais indignação dentro do próprio exército, do que aquelas que fez antes de fugir do país, em 1984".

Suárez Mason fugiu da Argentina para não responder judicialmente por mais de uma centena de acusações, devido a violações dos direitos humanos e enriquecimento ilícito, isto quando presidia a estatal do petróleo, em 1980. Antes de fugir, o ex-ministro reuniu seus subordinados e avisou que iria desaparecer, "para não pagar o pato". A decisão desagradou seus colegas, pois significava reconhecer a culpa pelos delitos cometidos, considerados como parte de uma política justa, destinada a salvar a Argentina das garras do comunismo.

Ao ser interrogado pelo tribunal, Suárez Mason disse que os planos de repressão já tinham sido "elaborados antes" que ele assumisse o comando, e que os oficiais tinham autonomia para efetuar prisões e torturas. Na Argentina, poucos duvidam que, apesar dos esforços do ex-general para eximir-se das responsabilidades que lhe cabem, seu destino será a prisão perpétua.

PERU:

## O desafio da economia

□ Para impor correções de rota na política econômica e debelar o perigo inflacionário, um novo gabinete foi empossado pelo presidente Alan García, em meados de maio, tendo como primeiro-ministro o veterano dirigente aprista e senador Armando Villanueva, de 76 anos. É o terceiro gabinete em três anos de governo aprista e terá como tarefa maior controlar a economia, que vem sofren-

do os efeitos das baixas reservas de divisas, índices crescentes de inflação, uma forte tendência à dolarização e um déficit fiscal que deverá chegar a 11,5% do PIB, em dezembro, segundo as projeções.

do os efeitos das baixas reservas de divisas, índices crescentes de inflação, uma forte tendência à dolarização e um déficit fiscal que deverá chegar a 11,5% do PIB, em dezembro, segundo as projeções.

do os efeitos das baixas reservas de divisas, índices crescentes de inflação, uma forte tendência à dolarização e um déficit fiscal que deverá chegar a 11,5% do PIB, em dezembro, segundo as projeções.

do os efeitos das baixas reservas de divisas, índices crescentes de inflação, uma forte tendência à dolarização e um déficit fiscal que deverá chegar a 11,5% do PIB, em dezembro, segundo as projeções.

do os efeitos das baixas reservas de divisas, índices crescentes de inflação, uma forte tendência à dolarização e um déficit fiscal que deverá chegar a 11,5% do PIB, em dezembro, segundo as projeções.

do os efeitos das baixas reservas de divisas, índices crescentes de inflação, uma forte tendência à dolarização e um déficit fiscal que deverá chegar a 11,5% do PIB, em dezembro, segundo as projeções.

UGANDA:

## Golpe frustrado

□ Desde abril, estão presos em Kampala cerca de 700 soldados e oficiais do exército de Uganda, envolvidos na tentativa de assassinato do presidente Yoweri Museveni. A emboscada contra a comitiva presidencial, na estrada Kampala-Entebe, em 11 de abril, frustrou-se, porque Museveni utilizava, na ocasião, um helicóptero. Três dias antes, cerca de 200 soldados amotinados, pertencentes aos regimentos de artilharia de Bombo e de infantaria de Kabati, tinham sido mortos em confronto com tropas leais ao governo.

No final de maio, uma emboscada preparada pelo Exército Popular de Uganda (UPA) surpreendeu uma comitiva ministerial que se dirigia a Otuboi, no nordeste do país. Os ministros Eteker Ejalu (chefe de gabinete presidencial), Omara Atubo (defesa) e Apuro Okol (pecuária) escaparam ilesos do ataque, em que morreram quatro soldados governamentais e dezessete membros do UPA.

FILIPINAS:

## Sai a reforma agrária



Aquino cumpre o prometido

□ Por esmagadora maioria, o Congresso das Filipinas aprovou o plano de reforma agrária, que vai beneficiar milhões de camponeses numa terra onde a aguda questão fundiária se complica, devido às características insulares do país. A reforma, aprovada por 120 a 20, na Câmara, e por 18 a 1 no Senado, permitirá a distribuição de 3,5 milhões de hectares, e se constitui no cumprimento de uma das principais promessas de campanha da presidente Corazón Aquino.

No plano, estão incluídas igualmente as terras públicas arrendadas a empresas transnacionais e que serão distribuídas em três anos. A previsão é de que os trabalhos de indenização e reassentamento vão custar cerca de 3 bilhões de dólares.



Alan García muda o gabinete



# A paz depende de Pretória

Participantes da rodada de negociações entre Angola e África do Sul, realizada no Cairo, na segunda quinzena de junho, encararam os resultados com "discreto otimismo". A delegação angolana foi presidida pelo chanceler Afonso Van Dúnem (M'Binda) e a da África do Sul, pelo ministro das Relações Exteriores, Roloef "Pik" Botha, incluindo o ministro da Defesa, general Magnus Malan. Os sul-africanos tentaram bloquear as negociações, conforme comentário de

uma fonte neutra, com exigências "descabidas e impertinentes", logo rechaçadas pela delegação angolana. De qualquer modo, o fato é que o regime de Pretória já admite discutir dois pontos decisivos para o futuro dos entendimentos: o respeito à integridade de Angola e a independência da Namíbia. E isso — desde que seja para valer e não mera retórica diplomática — pode tornar a paz possível.

A situação da África do Sul torna-se cada vez mais difícil, não só no campo militar, como no diplomático. Seu exército foi contido e, em alguns

pontos, cedeu terreno. Os sul-africanos já sabem que a decisão no campo de batalha torna-se cada vez menos viável.

Ao mesmo tempo, enfrenta progressivas manifestações internas da maioria negra, que vive um estado de pré-rebelião, e sofre a ameaça de perder o grande aliado, os Estados Unidos, ante a eventualidade da vitória de Michael Dukakis.

Por outro lado, Pretória ensaia uma reforma interna, admitindo criar um conselho nacional, no qual os negros estariam representados por um ministro. O voto para a população

negra, porém, continuará vetado, pois, segundo o presidente Pieter Botha, ela é incapaz de votar corretamente. Ao mesmo tempo, Pretória manda comandos especiais para atentados nos países vizinhos (dois desses comandos foram presos em G-berones, capital de Botsuana, no final de junho). A duplicidade também é seguida por seu aliado, os Estados Unidos, que anunciam propósitos de entendimento, enquanto recebem Savimbi e assumem, com seu grupo fantoche, compromissos que invalidam qualquer possibilidade de paz.



Em Moscou, na reunião de cúpula entre Reagan e Gorbachov, foi analisada a situação na África Austral

João Melo

**A**ngolanos discutem com norte-americanos, Sul-africanos, angolanos, cubanos e norte-americanos sentam-se à mesa, em Londres, Soviéticos e norte-americanos conversam sobre o mesmo assunto. Os portugueses, que durante cinco séculos dominaram Angola, também têm sido colocados a par do andamento de todas essas conversas e encontros, embora sua posição, até aqui, tenha tido um caráter secundário.

Desde o início do ano, as negociações de paz na África Austral têm sido marcadas por um notável dinamismo, o que cria cautelosas expectativas de solução para um dos três conflitos fundamentais do nosso tempo, ao lado da América Central e do Oriente Médio: o da África Austral.

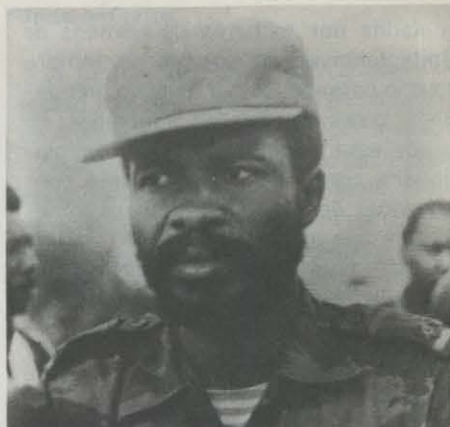
Na última reunião de cúpula Reagan-Gorbachev, os líderes das duas superpotências chegaram ao ponto de estabelecer o dia 29 de setembro como a data limite para a conclusão de um acordo global. A data é carregada de simbolismo, pois nesse dia assinala-se o décimo aniversário da Resolução 435 das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia, aceita em 1978 pela África do Sul que, porém, ainda não a cumpriu até hoje. (ver Quadro)

A base das discussões tem sido a proposta de acordo quadripartite apresentada por Angola, em agosto de 1986. De acordo com essa proposta, Angola

aceita retirar as forças internacionalistas cubanas do seu território — permanente obsessão norte-americana e sul-africana —, desde que, previamente, os 12 mil soldados de Pretória que invadiram o país abandonem as regiões ocupadas, que a Namíbia seja independente e que cesse o apoio da África do Sul e dos Estados Unidos à Unita, organização contra-revolucionária que tenta derrubar o governo do presidente José Eduardo dos Santos.

Em março de 1988, Angola e Cuba apresentaram aos Estados Unidos — que servem como intermediário nas discussões com Pretória — um calendário para a saída das unidades cubanas desse país africano. Nos dias 3 e 4 de maio, num encontro inédito realizado na capital britânica, representantes de Angola, Cuba, Estados Unidos e África do Sul disseram ter feito “progressos” nas suas conversações para chegar a um entendimento global na África Austral.

Em 13 de maio, Pretória mandou seu ministro das Relações Exteriores, Pik Botha, a Brazzaville (Congo), onde se reuniu com o ministro angolano da Justiça, França Van-Dúnem, que lhe deu explicações detalhadas sobre as propostas de Angola. As duas partes saíram do encontro “muito satisfeitas”. Entretanto, nova sessão está marcada entre Angola, Cuba, Estados Unidos e África do Sul, em breve, possivelmente numa capital européia (ao contrário do que tinha ficado estabelecido em Londres, que anunciou esse novo encontro para uma cidade africana).



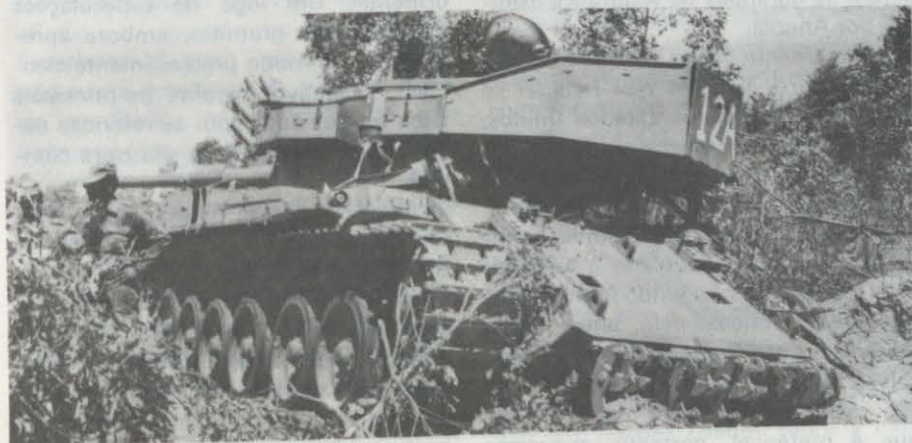
Tenente-coronel Mgweto

### Motivações convergentes

As razões que levam os quatro países envolvidos diretamente nas negociações de paz na África Austral a pretender acelerar o referido processo são, como é óbvio, diferentes. No entanto, parece estar-se num daqueles raros momentos em que existe uma convergência de interesses, passível de permitir um entendimento entre todas as partes.

Em primeiro lugar, o fato dos governantes de Pretória aceitarem participar das conversações causou surpresa e, ao mesmo tempo, desconfiança. O jornalista John Clements, da agência Inter Press Service, cita observadores ocidentais como tendo dito que a participação da África do Sul se deveu “aos sérios reveses que sofreu no campo militar”. A revista britânica *Southscan* revelou que a África do Sul está tentando “sair de uma delicada situação militar, que só está piorando”. Tony Banks, chefe de imprensa do *Janes Defence Weekly*, também admitiu que, durante o último ano, “a situação militar em Angola piorou para a África do Sul”.

Essas avaliações são confirmadas pelos números provenientes do teatro de guerra. Na batalha de Cuito Cuanavale, as perdas sul-africanas em homens atingiram a cifra de 400 soldados, segundo a *Southscan*. Esse número pode chegar a 450, de acordo com o movimento sul-africano “Campanha para o fim do recrutamento”. Cuito Cuanavale é uma pequena mas estratégica localidade, situada no sudeste de Angola, que os nove mil soldados de Pretória,



Material sul-africano capturado no Cuito Cuanavale, sul de Angola, em março passado

apoiados por milhares de homens da Unita, tentavam ocupar desde setembro do ano passado, com o objetivo, denunciado pelas autoridades angolanas, de impôr essa organização contra-revolucionária como parte legítima nas conversações de paz, que já tinham começado a ser agilizadas no final do ano passado. Quer dizer: o regime do *apartheid* queria negociar numa posição de força.

A resistência do exército angolano, em Cuito Cuanavale, já considerada histórica por observadores militares independentes (na verdade, as tropas angolanas foram o primeiro exército negro a derrotar as forças racistas), inverteu a situação. Quem discute agora com a moral elevada é Angola, por "estar em vantagem no terreno militar", afirmou a revista britânica *Southscan*. Além de ter impedido a captura de Cuito Cuanavale, o país iniciou, em maio, movimentações militares, apoiadas por Cuba, para recuperar o domínio da província do Cunene, quase totalmente ocupada pela África do Sul há cerca de 10 anos.

Os sul-africanos ensaiaram tímidos protestos contra essas movimentações devido à coincidência das mesmas com as discussões de paz, mas o fato é que os angolanos estão apenas agindo para restabelecer a integridade do seu próprio território.

Angola está interessada em instaurar um clima de paz na África Austral para poder, finalmente, dedicar-se à reconstrução do país, distorcido por séculos de dominação colonial e também pelas agressões sul-africanas, que já duram 13 anos. Para se ter uma idéia das consequências da guerra em Angola basta lembrar que mais da metade do orçamento do país é consumido pelos gastos com a defesa.

Mas o governo de Luanda tem dito sempre que não deseja a paz a qualquer preço. O jornal "Atualidade Angolana", editado pela agência Angop, no Rio de Janeiro, escrevia em abril: "Angola jamais assinará qualquer acordo que não garanta a sua segurança e integridade territorial". As posições de Angola são compartilhadas por Cuba.

Já os Estados Unidos estão interessados, igualmente, em apressar um acordo de paz na África Austral, pois

## Moçambique e África do Sul

### Comissão mista de segurança

Moçambique e África do Sul decidiram, no dia 25 de maio passado, em Maputo, restabelecer a Comissão Mista de Segurança criada após a assinatura do Acordo de N'Komati, em 1984, e que tinha sido suspensa em julho do ano seguinte. Este acordo surgiu no decorrer da quarta reunião do Comitê Conjunto de Ligação, criado em agosto de 1987, para assegurar a continuidade do diálogo entre os dois países.

O comunicado final da reunião de Maputo assinala que também foram discutidas questões referentes à implementação do Acordo de N'Komati e outros aspectos da segurança e estabilidade interna nos dois países. Recomenda ainda que as duas partes façam tudo o que for possível para remover os obstáculos que dificultam o estabelecimento da paz, condição básica para o desenvolvimento da região.

O comunicado assinala ainda que a comissão deverá voltar a se reunir o mais rápido possível.

Antes de deixar Maputo, a delegação sul-africana foi recebida pelo presidente da Assembléia Popular, Marcelino dos Santos, a quem foi entregue uma mensagem do presidente sul-africano Pieter Botha, para o presidente moçambicano, Joaquim Chissano. Não foi divulgado o teor da mensagem.

Chefiaram as delegações às conversações, o general Tobias Dal, comandante do exército moçambicano, e Neil Van Heerden, diretor-geral das Relações Exteriores da África do Sul. A comitiva sul-africana que visitou Moçambique incluía 12 membros, todos eles ligados às relações externas, comércio e indústria, polícia e contra-inteligência.



Joaquim Chissano

J.M.

sabem que só isso pode fazer com que os cubanos saiam de Angola. Essa retirada sempre foi um dos itens centrais da plataforma de governo da administração Reagan, mas até agora não foi obtida, pois os norte-americanos nunca deram as garantias de segurança exigidas por Angola.

Ultimamente, talvez porque este seja o derradeiro ano em que Reagan se mantêm no poder, os Estados Unidos, aparentemente, começaram a adotar uma posição mais realista em relação à situação no sul do continente africano. É certo que ainda não desistiram de tentar forçar o governo angolano a negociar com a Unita, mas, segundo informações fidedignas obtidas pelo autor desta matéria, a Casa Branca já chegou à conclusão de que os homens de Savimbi são incapazes de vencer a guerra e de que é preferível, portanto, conversar com as autoridades angolanas.

### Especulações gratuitas

As negociações de paz na África Austral têm sido envolvidas, desde o início, por uma sistemática campanha de desinformação por parte da mídia ocidental. Um jogo de especulações perfeitamente gratuitas, embora apresentadas de modo pretensamente científico e objetivo, encobre os principais fatos relacionados com as referidas negociações, impedindo a sua clara compreensão.

Algumas dessas especulações referem-se ao papel da União Soviética na África Austral. Chega-se ao ponto, por exemplo, de afirmar que as conversações de paz só começaram a avançar porque o líder soviético Mikhail Gorbachev quer retirar-se da África Austral. São também noticiados supostos encontros secretos entre soviéticos e sul-africanos e até entre soviéticos e a or-



ganização terrorista Unita. Essas especulações resultam do preconceito ideológico, segundo o qual Angola, um país não-alinhado, seria um pretenso "domínio soviético".

O jornal "Atualidade Angolana" lembrou a propósito: "(...) apesar das agressões e da feroz campanha de desinformação de que é alvo por parte dos seus inimigos, todas as iniciativas de paz partiram de Angola. Para isso, não foi preciso esperar a subida de Gorbachev ao poder. A Resolução 435 das Nações Unidas acerca da independência da Namíbia, aprovada em 1978, por exemplo, surgiu de uma iniciativa do falecido presidente angolano Agostinho Neto. Por outro lado, desde 1982 Angola tem aceitado conversar com os Estados Unidos sobre os problemas regionais". E conclui: "O país tem mostrado sempre, como se vê, uma inequívoca, autônoma e soberana disposição para a busca de soluções negociadas para a África Austral".

Quanto à posição da URSS, ela tem sido reafirmada com muita clareza pelas autoridades desse país. Os soviéticos declaram-se dispostos a contribuir para a solução pacífica dos problemas da África Austral e, com esse propósito, têm conversado com algumas das partes envolvidas nas negociações e até com governantes de outros países interessados, como Portugal. Mas, como afirmou o vice-ministro das Relações Exteriores, Vladimir Petrovsky, a URSS não aceita desempenhar qualquer papel de mediação (ao contrário do que acontece com os Estados Unidos), pois, "além das relações diplomáticas normais com os países da região, não mantém interesses no subcontinente". Os soviéticos têm dito também que, enquanto persistirem as ameaças e agressões da África do Sul contra Angola, a URSS continuará a prestar apoio militar ao governo do presidente José Eduardo dos Santos.

A posição da Swapo (movimento nacionalista namibiano), em função das

negociações em curso, tem sido motivo, igualmente, para especulações pouco sérias de certo setor da imprensa do Ocidente. Alguns jornais não têm hesitado em escrever que Angola abandonou a Swapo em troca do fim do apoio sul-africano à Unita. Porém, qualquer analista responsável sabe que isso seria um suicídio, uma vez que a segurança de Angola está estreitamente ligada à independência da Namíbia (é desse território que a África do Sul lança os seus ataques ou introduz os homens da Unita em Angola).

Comentando essas especulações, Hideo Hamutenya, secretário da Swapo



O presidente sul-africano P.W. Botha

para a Informação, declarou, em Luanda, que a organização nacionalista "está confiante que as atuais conversações sobre a situação na África Austral não comprometerão os interesses do povo namibiano". Ele revelou que o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, assegurou ao líder da Swapo, Sam Nujoma, que Angola jamais fará um acordo que comprometa a independência da Namíbia. Eduardo dos Santos reafirmou que a questão namibiana é fundamental para a solução do conflito na África Austral e que o país continuará exigindo a aplicação da Resolução 435 das Nações Unidas sobre a independência do território.

### Unita em crise

A grande derrotada com o aceleramento das conversações de paz na África Austral é a organização contra-revolucionária Unita. O insucesso das tropas sul-africanas em Cuito Cuanavale, onde pretendiam instalar os homens chefiados por Jonas Savimbi, impediu a Unita de adquirir a falsa credibilidade internacional de que precisava para participar também nas discussões. Em abril, o próprio chefe dos contra-revolucionários angolanos queixou-se à imprensa estrangeira que o governo de Botha lhe havia comunicado que iria conversar com Angola sem exigir, como até então, a inclusão de representantes da Unita. Nos encontros realizados em maio, a África do Sul apareceu sozinha.

O fracasso da tentativa de impor Savimbi como parte válida nas negociações de paz começa a produzir efeitos desagregadores dentro da Unita. De acordo com o diretor do Instituto Sul-Africano de Estudos Soviéticos da Universidade de Stellenbosch, Philip Nel, os "contras" angolanos estão cada vez mais divididos numa série de facções, que passaram a contestar a autoridade de Jonas Savimbi. Esses conflitos no interior da Unita, acrescenta Nel, são acompanhados há algum tempo por especialistas norte-americanos, quase sempre universitários ligados aos serviços de inteligência, em especial da CIA.

A própria imprensa conservadora portuguesa, que nunca escondeu as suas simpatias pela Unita, tem sido obrigada, nos últimos tempos, a relatar os conflitos internos da organização. O semanário "Expresso", por exemplo, escrevia, no final de abril, que existe atualmente um "clima de grande nervosismo" nos acampamentos dessa organização, localizados na Jamba, perto da fronteira com a Namíbia, suscitado por "perseguições" a várias pessoas que se opõem à liderança de Savimbi. Entre elas, o semanário português mencionou Wilson dos Santos, antigo representante da Unita em Lisboa.

O "Expresso" anunciou também o sério *racha* nas estruturas da Unita na capital portuguesa - sua mais importante base no exterior -, principalmente na organização de jovens desse movi-

mento contra-revolucionário. O conflito entre os homens de Savimbi foi causado por um processo de contestação impulsionado por André Yamba Yamba, que acusa o chefe da Unita de "responsabilidade direta em numerosos crimes e gravíssimas violações dos direitos humanos, como o assassinato do brigadeiro Xandovava", um dos mais conhecidos chefes militares dos "contras" angolanos. Segundo Yamba Yamba, "há uma total discrepância entre a imagem

vendida no exterior e a realidade vivida nas zonas controladas pela Unita".

#### Expectativas prudentes

"Otimismo moderado" – eis como se pode qualificar o clima que envolve as atuais negociações de paz na África Austral. De todos os lados, chegam sinais que apontam nessa direção. Na última reunião de cúpula da Organização

de Unidade Africana (OUA), realizada em Addis Ababa (Etiópia), no final de maio, o ministro angolano das Relações Exteriores, Afonso Van-Dúnem (M'Binda), afirmou que "pela primeira vez" existe uma possibilidade concreta de chegar a um entendimento. Anteriormente, o presidente José Eduardo dos Santos tinha dito que têm se verificado "alguns progressos" nas discussões, o que o levava a acreditar também na viabilidade de um acordo.

## Cronologia das conversações

□ As conversações entre Angola e os Estados Unidos, com a finalidade de encontrar uma solução negociada para os problemas da África Austral, começaram em 1982, quando o governo angolano aceitou o papel mediador da administração norte-americana. Esse processo caiu rapidamente num impasse, devido à política do "engajamento construtivo" da Casa Branca em relação à África do Sul, assim como à teoria do *linkage*, que pretende estabelecer um vínculo entre a independência da Namíbia e a presença cubana em Angola.

Em 1984, por iniciativa do presidente José Eduardo dos Santos, o processo foi retomado. Assim, em 17 de novembro de 1984, Angola apresenta, por intermédio do secretário geral da ONU, uma plataforma global de entendimento, que previa a retirada cubana do país em três anos, desde que os sul-africanos abandonassem o território angolano; que a Resolução 435 das Nações Unidas (que exige a independência da Namíbia) fosse aplicada; que terminassem todas as agressões sul-africanas e cessasse o apoio

à Unita.

Essa plataforma foi ignorada pelos Estados Unidos, que tomaram, em contrapartida, uma série de iniciativas hostis a Angola: em 10 de julho de 1985, revogaram a Emenda Clark, que proibia a concessão de auxílio direto à Unita; pouco depois, Jonas Savimbi, chefe da Unita, era recebido na Casa Branca, com honras de estadista, o que levou o governo de Luanda a suspender as negociações durante 18 meses; e, finalmente, a administração Reagan apresentou ao Congresso um conjunto de propostas de lei visando ao embargo econômico e financeiro de Angola.

Apesar disso, em 4 de agosto de 1986, o governo angolano apresentou uma proposta de acordo entre Angola, Cuba, África do Sul e o movimento de libertação da Namíbia, a Swapo, na qual reduz de três para dois anos o prazo de saída das tropas cubanas estacionadas ao norte do país, uma vez aceitas as condições apresentadas na plataforma de 1984.

Em julho e setembro de 1987, em Luanda e Bruxelas,

os Estados Unidos apresentaram uma contraproposta, na qual fixavam em 12 meses o prazo para a retirada das forças cubanas estacionadas no sul de Angola, e três anos para as restantes, estacionadas mais ao norte. Angola recusou essa proposta e lembrou aos norte-americanos que o objetivo das conversações era resolver os problemas de fundo da África Austral, como as agressões de Pretória ao território angolano, que são a razão da presença cubana no país.

#### Surge um calendário

As conversações foram retomadas em janeiro de 1988, em Luanda, tendo como eixo os seguintes pontos: retirada dos sul-africanos de Angola; suspensão do apoio dos Estados Unidos e da África do Sul à Unita; participação de Cuba nas discussões; saída dos cubanos e garantias de cumprimento do acordo internacional a ser assinado entre as partes.

Em março de 1988 foram realizadas duas reuniões, em Luanda, entre uma delegação conjunta de Angola e

Cuba e outra dos Estados Unidos, nas quais foi apresentado pela primeira vez um calendário para a retirada dos cubanos. Esse calendário seria aplicado se as condições angolanas, apresentadas em 1984, fossem aceitas.

Nos dias 3 e 4 de maio de 1988, foi realizado, em Londres, um encontro entre representantes de Angola, Cuba, Estados Unidos e África do Sul, para prosseguimento das discussões anteriores – das quais Pretória ainda não tinha participado – acerca da proposta de paz apresentada por Angola. No final do encontro, os negociadores dos quatro países anunciaram ter feito progressos. Dias depois, a 13 de maio, Angola e a África do Sul reuniram-se novamente, a sós, a pedido do governo de Pretória. Na reunião, efetuada em Brazzaville (capital do Congo), o ministro angolano da Justiça, Fernando Van-Dúnem, forneceu a Pik Botha, ministro sul-africano das Relações Exteriores, explicações detalhadas sobre o plano de Angola para a solução pacífica dos conflitos na África Austral.





Resta saber que tipo de acordo. Tal como foi esboçado por Angola – que disso não pode, objetivamente, abdicar sob risco de colocar em perigo a sua própria existência – o acordo passa necessariamente pela independência da Namíbia. Parece

ser essa, também, a atual posição dos Estados Unidos, pelo menos a julgar por recentes declarações de Chester Crocker, subsecretário de Estado para Assuntos Africanos, mencionado pelo jornalista John Clements como tendo dito: “não vemos outra maneira de resolver a questão senão por meio da renúncia da África do Sul à Namíbia”.

A independência da Namíbia, baseada na Resolução 435 da ONU, significa-



Dos Santos: “A paz depende de Pretória”

ria, como observou *Le Monde*, “conduzir inevitavelmente a Swapo à direção do território”, pois, segundo todas as previsões, esse movimento venceria tranquilamente as eleições estabelecidas pela resolução.

O problema, portanto, é saber se Botha está interessado e tem condições de convencer o seu eleitorado (que cada vez mais se inclina para a extrema direita) e também as forças armadas de que essa perspectiva não é tão ruim assim. Mesmo que a Swapo aceitasse assinar posteriormente algum pacto de não-agressão com a África do Sul, o que não parece difícil, a tarefa de Botha não é (ou seria) nada simples.

É impossível saber, por isso, se Pretória está mesmo interessada em negociações sérias ou se, pelo contrário, como escreveu a revista *Southscan*, “Pretória decidiu participar das negociações para ganhar tempo”, devido ao desaparelhamento da sua vantagem militar no sul de Angola e à crescente pressão dos seus aliados ocidentais. À primeira vista, e apesar das derrotas militares sofridas em Angola, a pressão política da minoria branca dominante na África do Sul e sua disposição irracional de enfrentar os países vizinhos governados por negros podem continuar impedindo o restabelecimento da paz na região.

Esse receio é reforçado pelas notícias acerca de um aumento do orçamento militar de Pretória em 22,6%, totalizando este ano o montante de 3,8 bilhões de dólares. O professor sul-africano Mike Hough, perito em estudos estratégicos da Universidade de Pretória, denunciou que esse aumento está ligado aos planos do governo de intensificar as agressões contra Angola. Para a *Southscan*, “a necessidade de manter a desestabilização de Angola, a única potência econômica e militar rival na região para a África do Sul, tem se tornado um componente essencial da política regional de Pretória”.

Tem razão o presidente angolano José Eduardo dos Santos, quando diz que “a paz na África Austral depende da África do Sul”. Segundo ele, só será possível um acordo, “se houver da parte dos interlocutores um pouco mais de flexibilidade e boa vontade”. O recado tem endereço certo. ●

## A Resolução 435

29 de setembro de 1978 – O Conselho de Segurança, através de sua Resolução 435 (1978):

– aprovou o relatório do secretário geral sobre a implementação da proposta para uma solução para o caso da Namíbia e seu informe explicativo;

– reiterou que seu objetivo é a retirada da administração ilegal sul-africana da Namíbia e a transferência do poder para o povo da Namíbia, com a assistência das Nações Unidas, de acordo com a Resolução do Conselho de Segurança 385 (1976);

– decidiu estabelecer, sob sua própria autoridade, o Grupo de Assistência das Nações Unidas para o Período de Transição (Untag), de acordo com o relatório do secretário geral, por um período de até 12 meses, com o propósito de prestar assistência ao Representante Especial para que cumprisse o mandato conferido pela Resolução do Conselho 431 (1978), isto é, para assegurar a pronta independência da Namíbia através de eleições livres sob a supervisão e controle das Nações Unidas;

– acolheu com satisfação o fato da Swapo estar disposta a cooperar na aplicação do relatório do secretário geral, inclusive a declarada disposição da Swapo de firmar e observar as disposições do cessar-fogo;

– exortou a África do Sul a cooperar “de imediato” com o secretário geral na aplicação da presente resolução;

– declarou que todas e cada uma das medidas unilaterais adotadas pela administração ilegal na Namíbia em relação ao processo eleitoral, inclusive o registro unilateral de eleitores, ou a transferência do poder, em desafio às resoluções do Conselho, eram nulas e carentes de validade;

– solicitou ao secretário geral informar ao Conselho, o mais tardar a 23 de outubro de 1978, sobre a aplicação da resolução.

# Vazio de poder

O avanço da extrema-direita, a divisão no partido do governo e o impasse militar em relação à guerrilha enfraquecem o presidente Napoleón Duarte

Mariana Hernández



A confirmação oficial de que o presidente José Napoleón Duarte é vítima de um câncer incurável e, possivelmente, só lhe restam seis meses de vida, contribuiu para agravar a crise político-institucional que El Salvador

atravessa. Alvo de críticas da esquerda e da direita por não ter cumprido praticamente nenhuma de suas promessas eleitorais, o presidente é, no entanto, a figura política mais importante do país. E mais que isso: na opinião de prestigiados analistas, é o único interlocutor de peso que têm os Estados Unidos, por um lado, e a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) – o movimento guerrilheiro que atua há oito anos no país – por outro.

Duarte viajou para os Estados Unidos, no início de junho (para ser submetido a uma cirurgia de alto risco que poderá prolongar a sua vida), depois de aguardar dramaticamente, durante alguns dias, a volta do vice-presidente Rodolfo Castillo Claramount. Ele se encontrava no exterior e foi chamado com urgência para assumir o poder.

A herança política que recebe Claramount é muito pesada: o presidente se viu obrigado a deixar o cargo em um momento extremamente complexo. Por um lado, as principais forças políticas, após sucessivas reuniões conjuntas –



Duarte apóia a paz...apoiando-se nas armas

das quais Duarte chegou a participar – rejeitaram a proposta da FMLN de reiniciar o diálogo para discutir um eventual cessar-fogo entre o exército e a guerrilha. Por outro lado, no plano estritamente político, o Parlamento vive uma crise profunda desde que a Arena – o partido da extrema-direita – venceu as eleições legislativas de março passado, e os resultados foram questionados pela Democracia Cristã, o partido de Duarte. Para completar um quadro de desestruturação política, os membros do partido situacionista se dividiram, em uma luta interna pelo poder que envolve o próprio vice-presidente e o ex-ministro da Informação, ambos com ambições de controlar o partido.

Em meio a essa crise, que gera um vazio de poder, El Salvador assiste a um

alarmante aumento da violência, que foi, inclusive, denunciado na televisão pelo bispo auxiliar de San Salvador, Gregório Rosa Chávez. Todos os dias, cadáveres com sinais de golpes, torturas e disparos na cabeça aparecem nas ruas da capital, numa espiral de violência por motivos políticos da qual os nunca desmascarados "esquadrões da morte" são responsáveis.

## A recusa à negociação

Os três partidos políticos que possuem representação na Assembléia Legislativa de El Salvador tinham se comprometido com o presidente Duarte a analisar a proposta de diálogo feita, em meados de maio, pela Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional

(FMLN). A Democracia Cristã (DC), o Partido de Conciliação Nacional (PCN), conservador, e a Aliança Republicana Nacionalista (Arena) acabaram, no entanto, rejeitando a iniciativa da guerrilha, que propunha o reinício da negociação com as forças políticas e o governo, tendo como mediador a igreja católica.

Se a reunião com as forças rebeldes tivesse prosperado, teria sido a quinta vez que o Executivo salvadorenho e a FMLN dialogariam. A 15 de outubro de 1984, pela primeira vez, o presidente Duarte e a direção guerrilheira se encontraram, na cidade salvadorenha de La Palma. A última reunião, programada para fins de 1987, no México, não chegou a se realizar, devido ao assassinato de Herbert Anaya – presidente da Comissão de Direitos Humanos de El Salvador (CDHES), uma organização não-governamental – poucos dias antes da data marcada para o encontro. Apesar das sucessivas negociações entre o governo e a FMLN, a guerra civil salvadorenha já chegou a seu oitavo ano e fez mais de 60 mil vítimas, sem que se vislumbre ainda uma solução.

#### Dez anos mais de guerra?

Um estudo realizado por quatro oficiais norte-americanos e publicado nos Estados Unidos pelo jornal *Christian Science Monitor*, afirma que a guerra em El Salvador está estancada pela "incapacidade das forças armadas de encontrar uma forma persuasiva para ganhá-la". Segundo o estudo, a guerra poderia continuar por mais dez anos, sem que nenhum dos dois lados tenha possibilidades reais de vitória.

O documento diverge das avaliações realizadas pelo Pentágono e pela Casa Branca, que conseguiram a aprovação, pelo Congresso norte-americano, de dois milhões e meio de dólares diários para El Salvador, durante todo este ano – dos quais cerca de 70% se destinam a operações militares – alegando que o governo democrata-cristão, bem equipado, poderá ganhar a guerra. A administração norte-americana mantém pelo menos 50 assessores trabalhando diretamente com as forças armadas salvadorenhas.



Roberto D'Aubuisson (esq.) e Armando Calderón (dir.) comemoram a vitória eleitoral

Mas os oficiais norte-americanos, que redigiram o documento, afirmam que "os Estados Unidos não souberam entender as raízes do conflito e as causas que explicam a força do movimento rebelde: as precárias condições sociais e políticas em El Salvador".

O artigo afirma que os militares salvadorenhos conseguiram levar a FMLN à defensiva, entre 1984 e 1985. Agora, no entanto, vários estudiosos do processo salvadorenho são da opinião de que houve uma inversão do quadro. O vice-reitor da Universidade Católica, o jesuíta Martin Baro, acredita que a FMLN escolheu este momento para apresentar sua proposta de reiniciar o diálogo porque se encontra "forte e com perspectivas favoráveis".

Nos meios políticos salvadorenhos estima-se que a nova estratégia militar da guerrilha, de realizar ações rápidas, precisas, com infra-estrutura pequena e em grupos reduzidos, lhe permitiu crescer e eliminar as baixas causadas pela guerra aérea que o governo utiliza para combatê-la. "Atualmente, a FMLN atua em 14 departamentos (estados) e não nos oito em que estava presente quando começou o conflito, além de ter comandos urbanos na capital", reconheceu o vice-reitor Baro.

Por sua vez, o exército salvadorenho, que tinha 15 mil homens quando a guerra começou, já chegou a 60 mil soldados, sem ter podido derrotar os rebeldes.

O dirigente da Frente Democrática Revolucionária (FDR), Jorge Villacorta, descreveu a atual situação militar como "um equilíbrio dinâmico" entre a FMLN e o exército. Mas esclarece que não foi exclusivamente o fator militar que levou a guerrilha a tentar o reinício do diálogo

com o governo, mas também a conjuntura política. "A vitória da Arena, nas eleições legislativas, pôs em evidência a crise do modelo de contra-insurgência", afirma Villacorta. Ele considera que essa crise provocou a delicada situação institucional que o país atravessa, com a paralisação do Parlamento e a profunda divisão que ocorreu na Democracia Cristã.

#### A disputa da legitimidade

A divisão no Poder Legislativo começou quando a Democracia Cristã, que só fez 23 deputados nas últimas eleições, contra sete do Partido de Conciliação Nacional e 30 da Arena (cujo dirigente máximo é o major Roberto D'Aubuisson, acusado pelos grupos de defesa dos direitos humanos de ser um dos principais responsáveis pelos esquadrões da morte salvadorenhos), questionou a inesperada maioria obtida pela extrema-direita. A Arena também não aceitou o resultado, pleiteando ao Conselho Central de Eleições (CCE) a anulação das eleições no departamento de La Unión, onde disputava com a DC seu 31º deputado. Esse deputado não seria para a extrema-direita simplesmente "mais um": ele lhe permitiria obter a maioria simples de votos, necessária para controlar totalmente a Assembléia Legislativa<sup>1</sup>.

Mas a decisão do Conselho foi negativa e se produziu um impasse político. A Arena, por um lado, e a Democracia

<sup>1</sup> Apenas 65% dos votantes cadastrados no registro eleitoral compareceram às urnas no dia 20 de março. A União Nacional de Trabalhadores Salvadorenhos (UNTS), de oposição, garante que, segundo suas pesquisas de opinião, de cada 100 salvadorenhos, 69 rejeitaram o processo eleitoral e dos 31 que foram às urnas, 15 votaram na Arena, 11 na Democracia Cristã, três no PCN e dois por outros partidos que não obtiveram representação no Parlamento.

Cristã por outro, escolheram entre seus seguidores os presidentes e secretários do Congresso, criando uma duplicidade de poder no Parlamento. Finalmente, a Arena resolveu o impasse de uma forma bem prática: pressionou (há quem diga "comprou") um legislador do Partido de Conciliação Nacional, Nestor Palacios, até que conseguiu, em 19 de maio passado, sua adesão à Arena. Publicamente, se anunciou que "em troca do seu gesto, o deputado foi incluído no Diretório do Parlamento" por haver contribuído "com sua atitude corajosa para tirar o país do impasse". Agora, a Arena pode legislar sem contratempos porque "seu" Legislativo tem 31 das 60 cadeiras do Congresso.

#### A DC também se divide

Neste contexto, o presidente José Napoleón Duarte iniciou seu último ano de governo (as eleições estão previstas para maio de 1989) e soube que estava condenado por um câncer generalizado. Logicamente, era quando mais precisaria do respaldo unânime de seu partido, para facilitar a preparação de sua sucessão política e eleitoral. No entanto, foi justamente nesse momento que aconteceu um fato que não estava nos planos de Duarte e pode chegar a ser mais devastador para ele do que as operações militares da FMLN ou a retórica mordaz de D'Aubuisson: a divisão que se produziu na Democracia Cristã.

Em 14 de maio, se realizaram em San Salvador duas convenções paralelas da DC que selaram, na prática, a divisão do partido. Em uma delas, o vice-presidente Castillo Claramount foi destituído da secretaria geral, cargo que exercia até então. Essa convenção – que apoiou a candidatura presidencial do ex-ministro da Informação, Adolfo Rey Prendes – elegeu como novo líder do partido, Guillermo Guevara Lacayo, ex-presidente da Assembléia Legislativa.

Já a outra convenção, que foi realizada nas dependências do Ministério do Interior e convocada por cinco dos dez membros do comitê político da DC, solicitou a retirada da candidatura presidencial de Rey Prendes e proclamou como candidato o ex-chanceler Fidel



Napoleón Duarte: o futuro depende da sua saúde. Se piorar, poderá haver um retrocesso

Cháves Mena. Cháves e Rey ignoraram a exortação de Duarte para que retirassem suas candidaturas e apoiassem empresário Abraham Rodríguez, que poderia unificar todo o partido.

A crise na Democracia Cristã foi desencadeada a partir das eleições legislativas, quando uma sucessão de denúncias de corrupção e fraude envolveu vários dirigentes do partido. As primeiras denúncias foram publicadas no jornal norte-americano *The New York Times* e comprometiam Luis Mejía Miranda – um dos principais candidatos democratas-cristãos – em casos de corrupção. Segundo o periódico, Miranda seria responsável pelo desvio de fundos destinados aos refugiados da guerra civil, quando era presidente da Comissão Nacional de Restauração de Áreas (Conara). O filho do presidente, Alejandro Duarte, também estaria envolvido na malversação de dois milhões de dólares.

Tanto Mejía quanto Duarte desmentiram as acusações, mas a extrema-direita soube aproveitar o episódio para capitalizar a insatisfação popular com o governo democrata-cristão.

#### Futuro incerto

Nos tensos dias que vive El Salvador, ninguém se arrisca a dar uma opinião sobre o futuro. O vazio de poder que se sente só permite afirmar com certeza uma coisa: que a repressão – oficial e paramilitar – continua. Diversos organismos comprovaram que desde as eleições de março aumentaram as violações aos direitos humanos e a CDHES denunciou que 508 pessoas foram assassinadas durante o primeiro trimestre deste ano, 273 foram feridas, 28 desa-

pareceram e mais de 50 foram sequestradas.

Em meio à crise, o candidato da Arena ao governo nas eleições de 1989 e presidente desse partido, Alfredo Cristiani, culpou o alto comando das forças armadas salvadorenhas por esse aumento da violência. E acusou os militares de adotarem uma atitude "sumamente passiva" diante da ação guerrilheira. "A frustração que essa atitude ocasiona entre alguns efetivos dos corpos de segurança faz com que eles procurem resolver as coisas à sua maneira", afirmou o presidente da Arena, justificando assim, indiretamente, a ação dos grupos paramilitares.

Cristiani – que aparece nas pesquisas de opinião como o provável vencedor nas eleições de 1989 – culpa os Estados Unidos e seu aliado interno em El Salvador, o presidente Duarte, de combaterem a FMLN com táticas de uma "guerra de baixa intensidade", responsável, segundo ele, pelo atual impasse militar. Cristiani pretende tornar a ação do exército mais rigorosa, embora afirme defender uma solução negociada para a guerra, "sempre e quando não signifique submeter-se à vontade de grupos minoritários".

Agora, muita coisa depende da evolução da saúde de Duarte. Os mais otimistas esperam que reassuma o poder em agosto, no máximo, para tentar – se a terapia a que está sendo submetido o permitir – concluir seu mandato. Disso dependerá, diretamente, a realização das eleições de 1989 em um contexto relativamente tranquilo. Mas se a saúde de Duarte piorar, poderia se criar uma situação propícia para um retrocesso, que ameace o futuro com a perspectiva de uma intervenção militar.

## Guillermo Ungo: "A água está cheia de tubarões"

Aldo Gamboa



Ungo: "estabelecer a democracia real"

Em março passado, um grupo de destacados dirigentes da oposição salvadorenha, que vive no exílio, decidiu voltar ao país, dando ao governo o fato como consumado. A idéia partiu da decisão de ocupar um espaço político, que se considera aberto às propostas da Frente Democrática Revolucionária (FDR), um movimento que reúne os partidos aos quais todos eles pertencem. A FDR está aliada à Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e é considerada seu "braço político legal".

O grupo estava liderado por Guillermo Ungo, presidente da FDR, e com ele viajaram para El Salvador outros membros de seu partido, o Movimento Nacional Revolucionário, entre eles Héctor Oquell, secretário geral e responsável pelas relações internacionais do MNR, e o engenheiro Hugo Navarrete, que faz parte da direção. Dois dias antes, havia regressado ao país Rubén Zamora, secretário geral do Movimento Popular Social Cristão (MPSC), partido que também integra a Frente Democrática Revolucionária (FDR).

### Um tratamento ambivalente

Em entrevista exclusiva a **terceiro mundo** Guillermo Ungo avaliou a experiência da volta - lamentavelmente

ainda não definitiva, já que a visita durou apenas seis dias - à sua pátria.

- Em El Salvador, a luta do povo e a fragilidade do regime abriram espaços aos movimentos políticos e às organizações sociais. Poderíamos dizer que há espaço para nadar, embora a água es-

teja cheia de tubarões", afirma o dirigente salvadorenho.

"O governo assumiu um discurso político negativo e grosseiro, embora tenha sido obrigado a tolerar nossa presença".

Os dirigentes da FDR viajaram acompanhados de importantes figuras da Internacional Socialista, parlamentares europeus e latino-americanos, assessores de congressistas dos Estados Unidos e dirigentes sociais e religiosos desse país. "Isso nos deu certa proteção política, mas Duarte se encarregou de tornar difícil a nossa estadia. Quis nos impor condições que significavam uma rendição política de nossa parte. Não só queria que rompêssemos nossa aliança com a FMLN, como também nos fazer responsáveis por qualquer ação militar que esta realizasse".

"Essa ambivalência se aplica no tratamento que nos dispensam: enquanto publicamente Duarte nos qualifica de terroristas ou subversivos, nos chama para participar do processo político."

O presidente da FDR garante que nesses seis dias "pôde-se observar muitas coisas. El Salvador é hoje uma

falsa democracia: o sistema está orientado pela doutrina da contra-insurgência, onde o inimigo é interno e está representado pelas organizações populares. Só a direita tem todas as garantias".

Ungo, no entanto, não saiu decepcionado: "Em meio à repressão, o povo está ganhando as ruas. Há mobilização política e popular em defesa das reivindicações básicas de subsistência, pelas quais está lutando o movimento sindical".

### Um acordo em busca da paz

Ungo conta que a FDR recebeu muitas manifestações de apoio: "A União Nacional de Trabalhadores Salvadorenhos (UNTS), por exemplo, organizou um ato para nos receber. Estivemos na Universidade Nacional e na Universidade Católica, onde fomos recebidos com muita simpatia em anfiteatros cheios".

E a avaliação desses dias? "Foi uma visita intensa e conseguimos ganhar uma maior presença no processo de reinserção na vida política do país. Embora, naturalmente, se corram riscos".

O Movimento Nacional Revolucionário, explica o dirigente, "tem uma atividade reconhecida, com 20 anos de existência legal, mas sua atuação estava bloqueada pela legislação do regime. Agora, já cumprimos os requisitos da nova lei para voltarmos a funcionar. Fomos autorizados pelo Conselho Eleitoral, onde há representantes da direita e da DC".

Durante a estadia dos dirigentes da FDR em El Salvador foi fundada a Convergência Democrática, definida por Ungo como "um acordo entre três forças, o Movimento Popular Social Cristão (MPSC), o MNR (ambos membros da FDR) e o Partido Social Democrata (PSD), uma agrupação política nova, que conseguiu o registro legal há um ano. Ampliamos esses entendimentos para trabalhar sobre objetivos comuns, partindo da base que se deve pôr um fim à guerra. Para isso, deve-se propiciar um amplo consenso nacional, através de uma solução política negociada; enfim, criar condições para estabelecer uma democracia real, que não existe em El Salvador".

# O perigo de um golpe de estado

O reitor da Universidade de El Salvador afirma que a instituição que dirige apóia integralmente o plano de paz que a igreja católica patrocina em seu país

O reitor Luis Argueta Antillón\* realizou em junho um giro pela América Latina, com o objetivo de discutir com colegas de todo o continente a crítica situação da universidade de El Salvador e as perspectivas institucionais de seu país.

Em entrevista a **terceiro mundo** Argueta expôs o perigo de golpe de estado, no momento em que o presidente José Napoleón Duarte está condenado por um câncer e fora do país, e a ultradireita se converte na principal força política.

O reitor também relatou as dificuldades da universidade estatal que dirige, vítima de sucessivas intervenções e pressionada por um orçamento que não consegue satisfazer as necessidades curriculares de seus 40 mil estudantes, em sua maioria de origem popular.

## Ameaça de golpe

No plano político, Argueta Antillón atribui o triunfo da Arena a dois fatores: "Em primeiro lugar, o povo salvadorenho não tinha nenhuma opção entre os partidos que participaram do processo eleitoral. Em segundo lugar, existia a intenção de dar um voto que 'punisse' o Partido Democrata Cristão, que vem já há oito anos mantendo o povo salvadorenho em situação precária. O castigo foi duro: deram o voto para a direita".

Para o reitor, a única novidade no quadro político salvadorenho é o surgimento da Convergência Democrática (ver nota nesta edição: "A água está



Luis Argueta Antillón: em busca da paz

cheia de tubarões"), que, segundo recentes pesquisas, está em terceiro lugar na preferência do eleitorado. Caso a tendência se mantenha, Argueta calcula que "logo possa estar disputando o segundo lugar e, daqui a um ano, quando se realizem as eleições, é possível que esteja lutando pelo primeiro lugar com a Arena".

Se a extrema-direita vencer a eleição presidencial de 1989, Argueta pensa que pode haver um golpe de estado. "A vitória da extrema-direita nas eleições dos deputados já produziu uma divisão nas forças armadas - alerta - e essa divisão, latente no passado, agora se tornou clara. De um lado, existe um grupo fascista, disposto ao golpe, e, do outro, um grupo que tem apoiado o presidente Duarte". Argueta aponta o crescimento da violência como um sinal da instabilidade institucional. "Desde que a Arena ganhou as eleições, ressurgiram os 'es-

quadrões da morte'. Isso pode se acentuar ainda mais, agora que se sabe que Duarte já não poderá reassumir o governo".

O reitor da universidade de El Salvador acredita que "de alguma maneira, com o patrocínio dos Estados Unidos, Duarte vinha contendo os 'esquadrões', os quais, com o presidente fora de cena, se sentirão com mais liberdade para agir". Assim, as violações dos direitos humanos poderiam voltar aos níveis do início da década.

## Carta fora do baralho

A doença de Duarte, considera o reitor, altera significativamente o quadro político. "Não cabe dúvida - sublinha Argueta - que agora a Democracia Cristã é uma carta fora do baralho para os Estados Unidos. A única carta que lhes resta para dar continuidade ao plano de contra-insurgência é a negociação com a Arena".

Mas uma negociação direta com a extrema-direita salvadorenha é incomoda para os Estados Unidos, porque "todo o mundo já sabe quem integra a Arena e conhece o desdém que seus integrantes têm pelos direitos humanos. Para a Casa Branca, é comprometedor negociar com eles. Isso cria problemas à administração Reagan e lhe complica todo o projeto a nível centro-americano", define o reitor.

Como um sintoma positivo no meio de tanta adversidade, Argueta cita o anúncio da Arena de que convocará um diálogo nacional na Assembléia Legislativa. "O fato de que a extrema-direita esteja falando de diálogo - quando sempre o rejeitou, defendendo soluções militares - é importante e demonstra que estão preocupados pelo esgotamento do projeto contra-insurgente. Tratam, assim, de ganhar a iniciativa na negociação e no diálogo".

Mas, neste terreno, segundo o reitor, a iniciativa mais importante é a que leva adiante a igreja católica, que "está convocando um diálogo nacional com a participação de todos os setores sociais, exceto as forças armadas e a FMLN. Como universidade, apoiamos essa iniciativa e estamos lhe dando todo o respaldo".

\* Luis Argueta Antillón é reitor da Universidade de El Salvador (UES) desde 1986. É graduado em economia nessa universidade, com pós-graduação na Universidade do Chile. Em seu regresso a El Salvador, em 1964, começou a se dedicar à docência, tanto na UES como na Universidade Centroamericana "José Simeón Cañas" (UCA). Na UES, é diretor do Instituto de Investigações Econômicas desde 1985.

# Negociação fracassada

A interrupção do diálogo direto entre o governo e os "contras" deixa transparecer a divisão interna dos anti-sandinistas e a supremacia no meio deles dos que defendem a via militar

Jaime Brener



Os dirigentes "contras" Enrique Bermúdez (esq.) e Alfredo Cesar (dir.)

**T**erminaram em fracasso as negociações que, durante sete meses, levaram centenas de jornalistas quase à loucura. Ao final da quinta reunião de cúpula, entre sandinistas e "contras", no dia 9 de junho, em Manágua, Alfredo César, chefe negociador dos rebeldes, anunciou a ruptura do processo de paz. "Estamos consternados em constatar a intransigência do governo", disse César, admitindo no entanto que o fracasso do diálogo foi precipitado pela atual supremacia dos militares sobre os políticos dentro dos "contras".

Na verdade, o rompimento era previsível desde abril, quando as duas partes se reuniram pela primeira vez em Manágua. Na ocasião, ficou claro que não existiam mais as condições que permitiram a assinatura dos tratados preliminares de Sapoá, em março. Em Sapoá, o governo aceitou conceder uma anistia gradual a todos os presos políticos do país — jamais admitida em nove anos de sandinismo —, em troca do fim das atividades da guerrilha e sua integração ao diálogo nacional que o regime mantém com a oposição civil. Os sandinistas concordaram em discutir temas ácidos, como a revisão do serviço militar obrigatório e a separação entre o exército e



O general Humberto Ortega (centro) acusou a linha dura "contra" do fracasso do diálogo

a Frente Sandinista. Além disso, foi acertado um cessar-fogo de 30 dias, estendido até o dia 9 de junho.

Tanto sandinistas como rebeldes acreditaram, então, estar fazendo um bom negócio. Os primeiros, porque a interrupção dos combates lhes permitiria tomar fôlego e atacar a crise econômica que atinge a Nicarágua, onde o item defesa engole 60% do orçamento

anual. Os "contras" também pensavam em ganhar tempo e frear a "ofensiva Danto 88" do exército, a maior desde o início da guerra, que causou mais de 500 baixas em suas fileiras. A seu favor, a guerrilha contava, naquele momento, com a presença de mil fuzileiros navais norte-americanos, em Honduras, que, sob o pretexto de defender a república irmã de um ataque sandinista, servem



O Presidente Daniel Ortega recebe o secretário geral da OEA, o brasileiro Baena Soares

de muleta aos "contras".

O regime de Manágua cumpriu o calendário de Sapoá. Soltou os primeiros cem presos políticos e garantiu a liberdade de expressão e manifestação no país, embora suspendesse por alguns dias quatro noticiários de rádio acusados de "divulgar informações falsas sobre o regime". Vale lembrar que, se o termo "imprensa objetiva" é por si só discutível, ele é alheio à Nicarágua e à toda América Central. "Liberdade de imprensa" significa para os sandinistas, por exemplo, permitir a publicação do jornal *La Prensa*, que pouco tem a ver com a imagem de independência que tenta vender ao mundo. Só para se ter uma idéia, a cúpula "contra" foi recebida pelos funcionários do *La Prensa*, em Manágua, aos gritos de "viva a guerrilha".

Desde a assinatura dos acordos de Esquipulas-2, em agosto, entre os presidentes da Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Honduras e Costa Rica, o regime sandinista já havia realizado uma ampla abertura política interna, que incluiu a reabertura do *La Prensa* e da rádio católica, o fim da censura prévia (em plena guerra), o indulto a centenas de presos e a instalação do diálogo nacional.

#### Sapoá, uma bomba

Se os acordos de Sapoá deram aos



A delegação sandinista em Sapoá: general Cuadra (esq.) e o vice-chanceler Tinoco (centro)

3,5 milhões de nicaraguenses a primeira esperança de terminar com a guerra, que dura sete anos e provocou a morte de mais de 50 mil pessoas, eles dividiram completamente os "contras". Seu setor "político", representado entre outros por Adolfo Calero e Jaime Carazo, via a possibilidade de voltar à Nicarágua e aglutinar a divididíssima oposição civil conservadora, rumo às eleições municipais,

país de 89 e presidenciais do ano seguinte.

A maioria dos comandantes militares de campo também apoiou o acordo, convencida da impossibilidade de derrotar o regime pelas armas. Mas, a linha dura, dirigida pelo ex-coronel somozista Enrique Bermúdez – principal chefe militar rebelde, um homem que nunca foi muito ligado à política partidária – reagiu à negociação, em ritmo vertiginoso, afastando da cúpula "contra" oito dos 11 signatários do acordo de Sapoá. Entre eles, Calero e Carazo que publicaram, há poucas semanas no México, o folheto "De Esquipulas à Manágua, passando por Sapoá", onde acusam Bermúdez de boicotar o processo de paz.

Os "contras" foram então criando obstáculos às conversações com o governo, alguns deles esdrúxulos. Em abril, eles adiaram um encontro por dez

dias, porque não aceitavam o hotel designado para sua permanência em Manágua. Essa falta de disposição irritou até mesmo o calmíssimo secretário geral da OEA, o brasileiro João Baena Soares, que havia sido um dos mediadores no diálogo, junto com o cardeal de Manágua, d. Miguel Obando y Bravo. Em outra oportunidade, quando o dirigente rebelde Pedro Joaquim Cha-





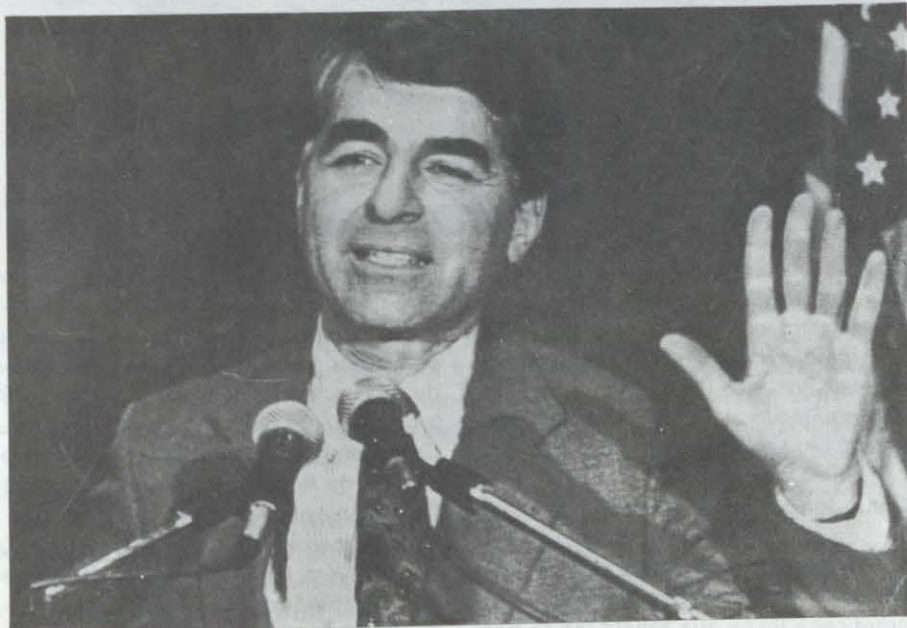
Os "contras", enfraquecidos militarmente, diminuíram suas ambições para os próximos meses

morro Barrios pediu a suspensão dos debates para visitar sua avó, Baena Soares teria dito: "Senhores, estamos aqui para trabalhar e não para fazer visitas sociais".

Os rebeldes tiveram ampla liberdade de movimento pela capital nicaraguense, mas durante a sua estadia em Manágua, suas visitas a setores da oposição conservadora raramente atraíram mais de 50 pessoas.

Por fim, a guerrilha terminou por

apresentar uma nova proposta em maio, onde exigia a anistia imediata e a convocação de uma assembléia constituinte, como condições para a deposição das armas. Essa exigência vai contra as diretrizes de Sapoa e precipitou a ruptura das conversações. Era uma clara tentativa de ganhar tempo para resolver seus problemas internos — a espera de um novo período de vacas gordas, com eventual vitória dos republicanos nas eleições presidenciais dos



Dukakis, vencedor segundo as pesquisas, poderá mudar a política em relação à Nicarágua

Estados Unidos, em novembro. O resultado das interrupções não se fez esperar e, dois dias depois de sua partida de Manágua, os "contras" pediam ao Congresso dos Estados Unidos o reinício da ajuda militar à guerrilha.

#### Bermúdez vitorioso

Bermúdez deixou Manágua convencido de que havia saído vitorioso, mas suas dores de cabeça não terminaram. Horas antes do fracasso das conversações, o ministro nicaraguense da Defesa, general Humberto Ortega, acusou Alfredo César de "trair um compromisso secreto de paz com o governo". Segundo o ministro, César, um sandinista arrependido, hoje ligado aos democratas norte-americanos e aliado de ocasião de Bermúdez, teria se comprometido a assinar a paz ainda que sozinho, acalentando o sonho de voltar à Nicarágua e lançar-se candidato presidencial pelo setor conservador.

César negou os encontros secretos que Bermúdez, confuso, confirmou. Isso deve realimentar a crise dos "contras", e não se descarta uma revoada dos políticos rumo à Nicarágua. Bermúdez, já em Miami, deve estar matutando como impedir essa debandada de seus aliados civis, que davam uma certa credibilidade aos "contras", e ao mesmo tempo retomar as atividades militares, contando com um exército enfraquecido. A situação se complica para ele, com a tendência que vão mostrando as pesquisas de opinião pública, que apontam uma provável vitória de Michael Dukakis nas eleições norte-americanas, que não parece disposto a embarcar na canoa furada dos "contras".

Há quem diga que o Pentágono está articulando uma mudança na política dos Estados Unidos para a Nicarágua. Haveria, agora, um reforço à atuação da oposição civil de direita, talvez "trabalhando" a candidatura presidencial de César. Ao mesmo tempo, o grupo de Bermúdez manteria a luta armada, com uma expectativa bem inferior, tendo como objetivo principal desgastar mais a economia nicaraguense e preparar o "caldo" para uma vitória conservadora.



Familiares acompanham o enterro de um trabalhador mexicano. Ao lado, um trabalhador "compra" sua entrada na Califórnia de um agenciador de empregos



## Fora da lei

Um ano após a aprovação da lei Simpson-Rodino, é muito pequeno o número de trabalhadores, em situação irregular, que se apresentaram às autoridades norte-americanas para normalizar sua situação

Héctor Ramos G.

A lei Simpson-Rodino, depois de aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos, foi finalmente promulgada pelo presidente Reagan, em 6 de novembro de 1986. No entanto, os dois pontos fundamentais da lei que regulamenta a entrada de trabalhadores migrantes nos Estados Unidos – a anistia para os trabalhadores que não têm

uma situação regularizada e as sanções aos empresários que contratam operários ilegalmente – só entraram em vigor em maio e julho de 1987, respectivamente. Por isso, fica difícil prever as consequências dessa lei, pois está apenas há um ano em vigor.

### Como funcionou na prática?

Por puro acaso, há poucos dias tive a sorte de conhecer uma família norte-americana típica que reflete muito bem os sentimentos e contradições que

existem nos Estados Unidos em relação aos trabalhadores mexicanos que entram ilegalmente para trabalhar neste país. Meu carro quebrou perto da cidade de Los Angeles e tive que esperar até o dia seguinte para que o consertassem. Como não tinha para onde ir, aceitei o convite de Robert, um norte-americano de 45 anos, para pernoitar em sua casa. Quando percebi que eu era mexicano, seu primeiro comentário foi, "eu tenho uns 50 operários mexicanos trabalhando para mim na construção" e afirmou: "São bons operários". Quando per-



A violenta repressão é permanente

guntei a ele se a nova lei de imigração não o tinha afetado, respondeu: "Não muito, embora seja um pouco mais difícil encontrar operários disponíveis". E acrescentou: "O problema da imigração não vai ser resolvido enquanto o México não passar a ser o 51º estado da

União americana".

Na sua casa conheci sua família. A mãe começou a contar os problemas da cidade de Los Angeles: "Está se tornando impossível viver aqui. Chega gente de toda a parte do mundo e cada grupo forma o seu gueto: a pequena China, as pequenas Filipinas, o pequeno México... ninguém faz um esforço para falar em inglês. Dentro de pouco tempo, vamos estar como na Torre de Babel". A mulher começou a imitar os chineses e árabes com uma ponta de amargura e desprezo em seus gestos. Obviamente que a educação a impediu de imitar, na minha presença, os mexicanos que não falam inglês.

Depois fomos jantar. Quando saímos de casa, vi as manchetes do jornal da

tarde que anunciavam: "A ameaça mexicana". No dia seguinte, tomei conhecimento de que o jornal se referia a uma intensa discussão, em alguns bairros da cidade, sobre a educação bilíngue. O tema está em debate nas escolas primárias onde estudam crianças mexica-

nas que não falam inglês.

Chegamos ao restaurante e, para grande frustração da família, a recepcionista nos levou até uma mesa ao lado da qual jantavam quatro hispano-parlantes. Quando Robert percebeu a presença dos estrangeiros, exclamou entre perturbado e irritado: "Vamos para outra mesa!" Num momento em que ficamos sozinhos, a mulher de Robert — aparentemente a única da família que não esqueceu que o povo norte-americano foi formado por correntes migratórias de diversos países — comentou que na sua opinião, a atitude de seus compatriotas era "exagerada e grosseira".

Dessa forma, o quadro ficou completo: Robert, cujo negócio depende dos imigrantes, os tolera desde que não interfiram em sua vida social e se mantenham "em seu lugar", ou seja, segregados. Sua mãe, que representa os sentimentos da maioria dos norte-americanos de classe média, lamenta os problemas sociais, culturais e linguísticos que os estrangeiros criam, porque — segundo ela — esses operários resistem em assimilar o *american way of life*, mas ao mesmo tempo despreza e rejeita os imigrantes.

Essa atitude, tão clara no sul dos Estados Unidos, não deixa de ser uma contradição já que toda a região depende, de certa forma, da mão-de-obra imigrante. Porém, se essa dependência se dá no plano econômico, a verdade é que no plano cultural e social se percebem atitudes com conotações racistas que se refletem na aplicação da lei Simpson-Rodino.

#### A anistia

A lei prevê a legalização de todos os trabalhadores que estão no país em situação irregular, desde que provem que vivem nos Estados Unidos antes de 1º de janeiro de 1982. O Serviço de Imigração calcula que uns quatro milhões de trabalhadores estão enquadrados nessa categoria. No entanto, de acordo com estimativas desse mesmo serviço, somente cerca de um milhão e meio de residentes ilegais tiveram amparo da lei. O Congresso estendeu o prazo para os trabalhadores se apre-

## Efeito devastador

□ Segundo os dados revelados pelo diretor do Instituto de Direitos Humanos de El Salvador, de cerca de um milhão de salvadorenhos que se encontram nos Estados Unidos, mais de 50% imigraram depois de 1º de janeiro de 1982. Portanto, não têm direito à anistia concedida pela lei Simpson-Rodino. Cálculos mais conservadores revelam que são 400 mil o número de salvadorenhos "passíveis de extradição".

O efeito de sua deportação seria dobrado para El Salvador, cujo presidente, José Napoleón Duarte, fez um apelo, sem êxito, ao seu colega norte-americano, Ronald Reagan, para livrar os imigrantes do seu país dos efeitos da lei. Por um lado, cessariam as remessas de dinheiro que os trabalhadores enviam para suas famílias e, por outro, a injeção repentina, no mercado de trabalho salvadoreno, de 400 mil pessoas, ocasionaria tensões intoleráveis.

Por ser El Salvador altamente dependente dos Estados Unidos — situação essa agravada pela guerra civil que tem deteriorado ao máximo a economia (ver artigo nesta edição) —, a aplicação da lei Simpson-Rodino teria efeitos devastadores para esse pequeno país centro-americano.

sentarem às autoridades até 4 de novembro. Agora falta a decisão do Senado e de Reagan, que não concordam com tal medida.

O que acontecerá com os dois milhões e meio de trabalhadores que não se apresentaram? Parece lógico deduzir do texto da lei que o objetivo dos legisladores foi que nem todos os que têm direito à anistia pudessem solicitá-la, pois como observam os próprios cidadãos norte-americanos: "Se não fosse porque temos uma certidão de nascimento, seria difícil até para nós mesmos provarmos que moramos aqui desde 1982". Porém, é isso que exigem dos imigrantes que estão ilegais há mais de cinco anos.

Se não foi essa a intenção, como

afirmam alguns congressistas liberais que colaboraram com Simpson — como é o caso de Rodino e Charles Schumer —, então os legisladores foram ingênuos ao acreditar que depois de tantos anos ocultando sua presença nos Estados Unidos, agora, no curto prazo de um ano, os imigrantes poderiam demonstrar o contrário. Ou os legisladores Rodino e Schumer acreditam, na verdade, no poder mágico dos povos latino-americanos?

Além do mais, fica muito difícil para os trabalhadores ilegais confiarem numa repartição pública que foi, durante décadas, encarregada de reprimi-los, prendê-los e deportá-los. Segundo uma pesquisa realizada pela empresa Naleo, no sudoeste dos Estados Unidos, as re-

zões que os residentes ilegais deram para não requererem anistia foram: a) medo do governo, de sua deportação ou da sua família, 36%; b) documentação incompleta, 20%; c) confusão em relação aos objetivos da lei, 14% e d) dificuldades financeiras, 18%.

### "Os bandos selvagens do sul"

O governo dos Estados Unidos entende (e o texto da lei estabelece) que para deter "a invasão dos bandos selvagens do sul", o remédio mais eficaz é multar os empresários que empregam trabalhadores que não estão com sua documentação em dia. No entanto, como reconhecem os próprios conselheiros econômicos do presidente Reagan,

## Mercado negro de trabalho



Agentes da fronteira controlam a entrada de imigrantes

□ A nova lei de migrações norte-americana provocou o aumento do mercado negro de trabalhadores ilegais em toda a faixa sul dos Estados Unidos, afirmou no México a advogada chicana Lilia Velásquez, enfatizando que a mão-de-obra começou a baratear depois que terminou o prazo estabelecido pela lei Simpson-Rodino para apresentação dos residentes ilegais. A nova legislação, na opinião da advogada, trará muito mais complicações do que soluções para a economia norte-americana.

Velásquez informou que no sul da Califórnia, principalmente nos distritos texanos de Brownville, Laredo e El Paso, os trabalhadores são contratados pelo equivalente a seis mil e 800 dólares anuais (560 dólares por mês), insuficientes para suprir as necessidades básicas, devido ao alto custo de vida nos Estados Unidos.

O fluxo de trabalhadores ilegais não diminuiu desde a promulgação da lei e, por isso, o número de deportações está aumentando. "Uma minoria conseguiu regularizar sua situação nos

Estados Unidos", afirmou Velásquez. "Os outros engrossarão as fileiras do mercado negro de trabalho que se completa com o tráfico de documentos falsos nos estados do Texas, Califórnia e Novo México".

O diretor do Serviço Migratório do México, José Ortiz Arana, admitiu que o número de expulsões para o estado mexicano fronteiriço de Tijuana chegou a uns 200 mil trabalhadores diários, após o término do prazo para anistia, em 4 de maio passado. Paralelamente, a pesquisadora Hilda Patricia

Neira, do Centro de Estudos da Fronteira Norte (Cefrono), do México, confirmou que a nova legislação norte-americana, em matéria de migrações, tem como objetivo imediato produzir efeitos políticos sobre a atual campanha para a reeleição presidencial. "Os residentes ilegais não são os causadores da desocupação nos Estados Unidos", afirmou, por sua vez, a socióloga Georgina Nuñez, do Centro de Pesquisa e Docência Econômica (Cide), que definiu a lei Simpson-Rodino como "uma velha lei atualizada".

## México: EUA O texto da nova lei

Segundo as novas disposições, a partir de 1º de junho os empresários norte-americanos que contratarem trabalhadores estrangeiros, sem a documentação exigida, podem ser penalizados com multas de até 10 mil dólares. Os residentes ilegais, que chegaram aos Estados Unidos depois de janeiro de 1982, podem optar por uma condição migratória denominada "residência legal temporária", por um período de 18 meses. Cumprindo esse prazo, poderão solicitar sua residência permanente.

Aos trabalhadores do campo - o

grosso da população ilegal - será permitido formalizar a situação como residentes temporários desde que comprovem que trabalharam na agricultura, nos Estados Unidos, um mínimo de 90 dias entre maio de 1985 e maio de 1986. O governo do México calcula que entre quatro e cinco milhões de residentes em situação irregular nos Estados Unidos (10 milhões segundo a Casa Branca) são de nacionalidade mexicana, a maior parte camponeses oriundos das áreas mais pobres do país, especialmente do sudeste.

Por outro lado, o Ministério da

Agricultura mexicano estima que, a cada ano, aproximadamente um milhão de trabalhadores cruza ou tenta cruzar a fronteira norte para trabalhar nos Estados Unidos. Tradicionalmente, os imigrantes ilegais mexicanos se dedicam aos trabalhos agrícolas e a serviços mal-remunerados, pelos quais recebem salários mais baixos, até que o auxílio desemprego que o governo dos Estados Unidos assegura aos cidadãos norte-americanos quando ficam sem trabalho. (Em 1984, a desocupação alcançou 8,53 milhões de norte-americanos).

isso seria o mesmo que impor uma carga fiscal sobre o fator trabalho, o que traria como consequência uma redução na atividade econômica.

Na prática, essa disposição legal não se aplica, como demonstram os dados estatísticos que se referem a essa questão: até o momento, somente um em cada cem mil empresários que contratam mão-de-obra ilegal foi multado. Doris Meissner, ex-diretora de Migrações, reconhece que o problema não terá solução porque os interesses em jogo são mais fortes do que a lei.

Até o momento, os principais efeitos da nova lei sobre os empresários têm sido a nível psicológico. Os patrões estão sendo obrigados a agir de forma mais precavida e a ser menos descaraados na contratação de trabalhadores ilegais. Embora não importe a eles se os documentos apresentados são falsos ou verdadeiros. Agora, exigem cada vez mais a sua apresentação ainda que seja só para manter as aparências.

Em outros casos, a lei dá incentivos para as empresas e às vezes também para os trabalhadores imigrantes. Por exemplo: no campo, ao contrário do que acontecia no passado, o Departamento de Migrações tem agora que notificar antecipadamente à empresa, antes de fazer a fiscalização. Por outro la-

do, o Tribunal Federal de São Francisco abriu um precedente muito importante contra o Departamento de Migrações, ao decidir que um trabalhador não pode ser preso no local de trabalho, a menos que o Departamento de Migrações tenha uma ordem judicial para tal, identificando claramente a pessoa que deverá ser presa. Em outras palavras, é um precedente contra as batidas de surpresa que os serviços de migrações realizam indiscriminadamente, prendendo os residentes ilegais.

Como era de se esperar, o governo norte-americano, ao não poder ou não querer resolver o problema da imigração pelo lado dos empresários, que exploram a mão-de-obra barata do operário mexicano ou latino-americano em geral, buscará a solução reprimindo os imigrantes. Com esse objetivo, o governo federal já incrementou em torno de 50% o orçamento do Serviço de Migrações: vai aumentar o número de seus agentes na fronteira com o México e modernizar os métodos de detecção e detenção.

Como consequência, aumentarão os riscos que os trabalhadores ilegais correm quando decidem procurar trabalho no Norte. No ano passado, na primeira quinzena de julho, poucas semanas antes do início da aplicação da lei, 23

operários mexicanos sem documentos morreram em quatro incidentes diferentes, quando tentavam escapar do Serviço de Migrações. Roberto Martínez, diretor do programa de fronteiras da organização American Friends Service Committee, assinala que, em 1987, houve 40 casos de ataques e disparos de armas de fogo de agentes federais e estaduais contra trabalhadores mexicanos irregulares.

Recentemente, *The New York Times* informou que 18 mil trabalhadores imigrantes se encontravam no oeste de Oregón, sem comida e sem casa, esperando a colheita das frutas. As empresas os convocaram bem antes da época, com medo de enfrentar as mesmas dificuldades do ano passado para conseguir mão-de-obra barata. Assim, de uma forma ou de outra, são os trabalhadores imigrantes que pagam os prejuízos e as inconsistências da lei Simpson-Rodino. Alguns deles (o um milhão e meio que pôde legalizar a sua situação) receberam uma bem merecida recompensa. A maioria, no entanto, terá que pagar um preço mais alto que no passado em troca de um emprego em território norte-americano: aumento da repressão, intimidação, discriminação racial e violação de seus direitos mais elementares.

## Um arquipélago na mira dos EUA

Com pressões similares às utilizadas no Panamá, os Estados Unidos conseguiram instalar uma base militar nesse arquipélago cuja Constituição proíbe a nuclearização da região



Os EUA querem transformar Belau em "porta-avião que não afunda"

Kalinga Seneviratne

No pequeno arquipélago de Belau, ao sul das Filipinas (que formava parte da Micronésia até 1978), se trava uma batalha inédita. Em agosto do ano passado, a população resolveu, com uma vitória esmagadora, estabelecer um governo próprio e, assim, pôr fim ao sistema de fideicomisso, (esse status implica, para quem recebe o mandato da ONU, a obrigação de promover, após um determinado período, a autodeterminação), que o subordinava aos Estados Unidos. Por uma margem um pouco menor – 5.961 votos contra 2.200 – os eleitores decidiram, também, aprovar um estatuto especial de livre associação com os Estados Unidos.

Exatamente como ocorreu na maioria dos territórios insulares do Pacífico, o estatuto aprovado não estabelece uma descolonização real de Belau. Tudo indica que a situação está sendo manipulada pelos Estados Unidos para converter o arquipélago em um dos já conhecidos *porta-aviões que não se afun-*

*dam*, a serviço da U.S. Navy.

Os resultados do referendo foram questionados na justiça pelos grupos de oposição. Em setembro do ano passado, antes do início do processo judicial, o pai de um dos advogados que tinha feito a denúncia na justiça foi assassinado e a residência do porta-voz do Parlamento, Santos Olikong, um opositor do estatuto de livre associação, foi metralhada. Ameaçado de morte, o juiz designado para atuar no caso se recusou a prosseguir com o julgamento. Outro juiz, Robert A. Hefner, expediu um documento oficial declarando que existiam indícios para afirmar que a recusa do seu colega "foi motivada por intimidação induzida pelo uso da violência".

### Base japonesa

Situada a uns 800km ao sudoeste das Filipinas, Belau é um arquipélago com aproximadamente 200 ilhas muito pequenas, ocupadas por uma população de 15 mil pessoas. Conhecido originalmente como arquipélago de Palau, foi usado durante a 2ª Guerra Mundial, pelos japoneses, como base para atacar as Filipinas e a Indonésia. Em

1947, quando foi decidida a sorte dos territórios ultramarinos (ver *Guia do Terceiro Mundo* Micronésia e Belau), o Conselho de Segurança das Nações Unidas chegou a um acordo com o governo dos Estados Unidos, que tinha o controle real da Micronésia: as ilhas foram colocadas sob responsabilidade de Washington como território em fideicomisso.

Belau passava a ser, assim, um enclave sob administração norte-americana. Porém, em 1978 se separou da Micronésia. No ano seguinte, uma assembléia constituinte elaborou um projeto de Constituição que proclamava a formação de uma república independente e incluía uma cláusula sem precedentes, proibindo a utilização de material nuclear em seu território. Um controvertido processo de referendo, uma declaração do Congresso e uma resolução da Suprema Corte de Justiça, expedidas em 1980, acabaram ratificando o documento, incluindo a cláusula antinuclear.

Washington não aceitou a Constituição aprovada, usando o argumento de que era incompatível com o Estatuto que vigorava no território.

### David versus Golias

Os Estados Unidos começaram a utilizar seu forte poder econômico e político para pressionar os habitantes das ilhas e, com isso, obter a revogação da Constituição que proibia o uso de material nuclear. Finalmente, em 1987, após a realização de oito plebiscitos, a população "deixou de ser teimosa" e acabou aprovando o Estatuto de livre associação com os Estados Unidos, segundo o qual os norte-americanos passaram a ser os encarregados da defesa do país.

Embora Washington tenha prometido não utilizar, experimentar nem armazenar armas nucleares em Belau, de acordo com o Estatuto aprovado, os Estados Unidos desfrutam de poderes contingentes para operar navios e sub-

marinos nucleares e utilizar a infra-estrutura de terra e as instalações portuárias do arquipélago.

Os últimos sete anos de relações entre este David do Pacífico e o Golias norte-americano foram tumultuados. Em 1981, durante uma greve geral que teve um morto, o gabinete do presidente Haruo Remeliik foi bombardeado. Naquela oportunidade, Remeliik rejeitou a oferta norte-americana de enviar *marines* de Guam para "ajudar a restaurar a ordem". Alguns anos depois, em março de 1986, Remeliik, um ferrenho defensor da cláusula antinuclear da Constituição, foi assassinado.

No início dos anos 80, com o agravamento da crise política, o arquipélago começou a enfrentar sérios problemas, principalmente como consequência do escândalo provocado pelo projeto de instalação de uma usina elétrica. Planejado para autofinanciar-se, ao contrário do previsto, o projeto da usina elétrica acabou dando origem a uma pesada dívida externa, impagável por essa pequena nação. Em abril de 1985, Belau entrou em mora na devolução dos empréstimos do projeto. Em dezembro daquele ano, um grupo internacional de bancos credores entrou com uma ação contra a República para receber 35 milhões de dólares. Em março de 1986, foi declarada a falência da Ipseco, a empresa responsável pela construção da usina.

#### Uma jogada devastadora

Em junho de 1987, depois do fracasso do sétimo plebiscito para tentar derrubar a Constituição que estabelece a desnuclearização do arquipélago, o presidente Lazarus Saliu anunciou que o país enfrentava uma grave crise financeira. Três dias depois, 900 dos 1.200 funcionários públicos das ilhas foram despedidos. Uma jogada devastadora se se levar em consideração que 40% da força produtiva do arquipélago trabalham para o Estado. Uma economia que já era fraca, foi levada à total paralisação.

O atual presidente, Lazarus Saliu, é o arquiteto do Estatuto da livre associação com os Estados Unidos, negociado na época em que foi embaixador em

Washington, em 1984.

Muitos pensam que a crise econômica foi pré-fabricada por ele para garantir a vitória no plebiscito. Os habitantes das ilhas sofreram uma pressão econômica que foi aumentando com o passar dos meses. Os funcionários públicos trabalhavam quatro dias por semana; eram feitos cortes no consumo de energia elétrica e água potável e os hospitais reduziram seus horários de atendimento.

Saliu assegurou que assim que for aprovado o Estatuto de livre associação com os Estados Unidos, todos esses inconvenientes desapareceriam e os trabalhadores receberiam seus salários

rante a crise.

No dia 4 de agosto de 1987, foi realizado o oitavo plebiscito para abolir a cláusula antinuclear e criar o estatuto de estado livre associado aos Estados Unidos. Com algumas reformas na legislação, uma simples maioria de 50,1% ficou habilitada para decidir a aprovação da emenda constitucional, que estabelece o protetorado. Antes, a maioria necessária era de 75%. Em 21 de agosto de 1987, se realizou a votação que ratificou o pacto e renunciou à independência nacional.

Apesar de que agora os norte-americanos estão encarregados da defesa do arquipélago, seria ingênuo pensar que



atrasados, num prazo de 30 dias. O Estatuto previa uma ajuda norte-americana de um bilhão de dólares em 50 anos.

#### Seitas anticomunistas

A organização pacifista e antinuclear Green Peace denunciou que, apesar da crise econômica, o contingente policial aumentou e foram distribuídas armas entre os funcionários públicos que não foram despedidos. Grupos pertencentes a organizações anticomunistas como a Seita Moon e a Liga Anticomunista Mundial – ambas com sede nos Estados Unidos –, que sempre atuaram nas Filipinas, apareceram em Belau du-

essa é a razão pela qual os Estados Unidos estão instalando um contingente significativo de tropas nestas pequenas ilhas. O que Washington se propõe, na realidade, é contar com uma base de apoio perto das Filipinas.

Por todas essas razões, o arquipélago se tornou um ponto de convergência das reivindicações de organizações antinucleares, ecológicas e de direitos humanos da Austrália, Nova Zelândia, Europa e Estados Unidos. As organizações solicitaram ao Congresso norte-americano e às Nações Unidas a formação de comissões para investigarem a situação nas ilhas.

(Third World Network Features)

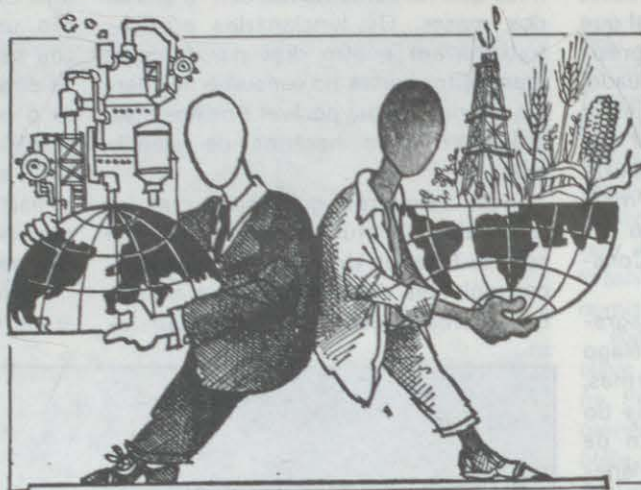
# As ONG e a democracia

Organizações independentes dos governos atuam na América Latina ocupando às vezes o lugar dos partidos políticos e sindicatos proibidos pelos regimes de fato

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) são associações, agrupações ou movimentos de caráter permanente, constituídos por pessoas oriundas de diferentes países, que se reúnem com objetivos não-lucrativos. Ao contrário das OIGs (Organizações Intergovernamentais), as ONGs são compostas por indivíduos ou grupos privados, independentes dos governos.

As primeiras ONGs, vinculadas principalmente a associações eclesiais e profissionais, começaram a funcionar no início do século. Atualmente existem em grande número. Têm origem muito diversa e funcionam em todos os continentes, embora sua concentração seja muito elevada nos países desenvolvidos. Há ONGs que se dedicam a fins religiosos e morais; às ciências sociais; à bibliografia; à documentação e imprensa; à agricultura; à defesa dos direitos humanos e outras que são internacionais de partidos políticos ou associações sindicais, patronais etc.

Por seu tamanho e importância, as ONGs podem se dividir em dois grupos: por um lado, aquelas associações gi-



gantescas como a Federação Mundial de Ex-Combatentes (com 20 milhões de membros em 20 países) e a Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CISL), representada em 89 países, com 48 milhões de filiados e, por outro, as associações pequenas de caráter científico, de solidariedade ou criadas com outros objetivos particulares, que agrupam dezenas ou centenas de membros distribuídos por um grupo reduzido de nações.

Algumas ONGs beneficiam-se do estatuto consultivo das Organizações Intergovernamentais, o que significa que atuam como instituições de consulta destes organismos e podem receber financiamentos especiais. Exemplos destas ONGs, que gozam do estatuto consultivo, são a Aliança Cooperativa Internacional, a Câmara de Comércio Internacional, a Federação Internacional de Sindicatos Cristãos ou a União Interparlamentar Mundial. No artigo a seguir, analisa-se o papel das ONGs na América Latina e especialmente sua relação com os processos de democratização do subcontinente.

Sergio Spoerer\*

**A**s Organizações Não-Governamentais compõem claramente a paisagem social latino-americana. Elas têm uma presença mais nítida desde o começo da década de 70. Enquanto núcleo de iniciativa social, formam boa parte dos setores democráticos da sociedade. Por conseguinte, representam um sugestivo ponto de vista sobre os processos de participação social e suas modalidades numa democracia.

As primeiras ONGs surgidas na

América Latina datam do início da década de 50. Eram fundamentalmente instituições de ação social da igreja católica. A partir da segunda metade da década de 70, chegam ao seu auge e definem os principais traços do seu perfil. O clima desta época está marcado pelo predomínio de regimes ditatoriais que fecham todos os espaços democráticos, impedindo, deste modo, as possibilidades de ação não só dos agentes sociais, mas também das forças políticas.

Nestas condições emergem diversas variantes de ONG cujo objetivo é exercer funções subsidiárias, até mesmo complementares no que diz respeito ao trabalho de agentes das lutas democráticas, debilitados ou impedidos de funcionar. Deste modo, elas se projetaram e foram definidas — inclusive por elas próprias — como formas de ação política

de oposição ao autoritarismo.

## Profissionalismo e permanência

A situação geral muda radicalmente com a abertura dos processos de recuperação democrática que a América do Sul está vivendo. Esses processos abrem novos campos de possibilidades e propiciam uma reavaliação do papel das ONGs existentes na região, tanto no que se refere ao passado quanto ao presente. Os processos de recuperação democrática invalidaram a hipótese que afirmava terem as ONGs um papel secundário no processo político. Numa democracia elas não só permanecem, mas, também, passam a ter maior peso na vida nacional, o que está intimamente relacionado com as características intrínsecas do processo democratizador.

\* O autor é um pesquisador chileno que integra a equipe de trabalho do Instituto Latino-americano de Estudos Transnacionais (Ilet) e participa da Oficina de Cooperação para o Desenvolvimento (Task Force on Development Cooperation) que funciona no Chile e foi fundada em 1985 por pessoas que trabalham há muito tempo na questão.



Hoje, caminha-se progressivamente rumo a uma abertura geral que modifica o sistema de relações que as ONGs mantêm com igrejas, agentes sociais, partidos políticos e instituições públicas. Uma maior força institucional e um profissionalismo crescente acompanham este processo de autonomia das ONGs, estreitamente associado à consciência de sua permanência no tempo, isto é, de serem somente viáveis nas fases de exceção (ditaduras). Seu importante rol de formadores de opinião pública – principalmente, na temática setorial – não está ainda desenvolvido na medida das suas potencialidades: ainda é escasso o apoio que as ONGs encontram em muitas instituições públicas, nos meios de comunicação de massa e em outros agentes sociais.

#### As ONGs na cultura democrática

Nestes últimos anos, as ONGs vêm sendo locais privilegiados de aprendizagem social. Da diversidade de suas práticas e de sua ampla "capacidade de escuta" resultou um potencial de inovação – tanto no plano das idéias como da experimentação social – que enriqueceu consideravelmente a cultura democrática do continente.

No entanto, o retraimento institucional que se observa em algumas ONGs é, neste sentido, grave. É grave, porém, mais pelo que elas deixam de fazer do que pelo que fazem. Desperdiça-se a ocasião de conjugar ações com agentes sociais e forças políticas capazes de enriquecer os espaços abertos pela recuperação democrática.

Ou seja, as ONGs tem a oportunidade de transformar-se em opinião pública ativa na luta por um estilo de desenvolvimento que reduza os atuais desequilíbrios e aumente a equidade social. Essa questão requer um estudo das condições concretas que podem permitir aos diversos agentes sociais realizar uma aprendizagem coletiva para adotar um papel mais ativo na sociedade.

#### Agentes sociais internos e internacionais

Entendemos as ONGs como núcleos de energia social capazes de transcen-



Reunião do Ilet: uma ativa organização não-governamental, atualmente com sede no Chile

der o nível corporativo e partir para a ação. Isto pressupõe o distanciamento de toda e qualquer visão redutora que pudesse fazer da ação não-governamental e de suas organizações uma alternativa para a sociedade existente ou um espaço reservado à ação "dos pobres, para os pobres e pelos pobres". A satisfação das necessidades do povo requer transformações históricas que impliquem a participação de uma diversidade de agentes sociais – não redutíveis aos "pobres" nem mesmo aos "setores populares" –, considerados de forma restrita.

A perspectiva de ação mais adequada para as ONGs é aquela que, além de responder às necessidades sociais mais urgentes, não se desvincula do poder. Isto é, da concentração de ações efetivas na sociedade e no sistema político, e não apenas iniciativas centradas na sobrevivência, no âmbito comunitário.

#### Construir a democracia

Construir a democracia, quer no âmbito institucional quer no social, é objetivo inadiável da ação das ONGs latino-americanas. Para tanto, faz-se necessário superar a separação atual entre os *de cima* (o poder, capital, conhecimento) e os *de baixo*, os marginalizados sociais, basicamente preocupados com a sua sobrevivência. Assumir ambas as dimensões requer dar conta de duas ma-

trizes de ação democrática. Uma, fundamentalmente relacionada aos *de cima* centra sua ação no nível institucional (no Estado e no sistema político). Os partidos são seus principais agentes. Outra, referente aos *de baixo*, enfatiza a ação social. A cultura política não é um discurso ideológico nem um paradigma conceitual, por mais modernos e originais que eles possam ser.

No tocante aos agentes, o mais grave é menosprezar o que representa a perda do monopólio da política por parte dos Estados no cenário internacional. Embora menos reconhecida no momento, a chamada "política informal" de partidos políticos, sindicatos, igrejas, fundações, organizações não-governamentais de cooperação ao desenvolvimento, meios de comunicação social, grupos jovens, de mulheres, movimentos pela paz etc., incorpora-se à "diplomacia econômica" exercida pelos grandes bancos e pelas transnacionais. Densa é a teia de agentes pela qual circulam, hoje, os fluxos informativos que não só contribuem para a formação das decisões macropolíticas mas também configuram a presença de um agente de importância capital: a opinião pública.

Se assumirem estes desafios, as ONGs da América Latina estarão em condições de proporcionar uma significativa contribuição para a democratização e integração política do nosso continente.

# O êxito dos bancos não-usurários

O mundo islâmico entrou na comunidade financeira internacional realizando excelentes negócios sem cobrar nem pagar juros, proibidos por motivos religiosos

Mushtak Parker

Os bancos islâmicos, que há alguns anos estão em rápida expansão, parecem imunes à recessão. A explicação deste fenômeno origina-se da decisão tomada pela comunidade islâmica - de Londres até a Arábia Saudita - de aplicar suas reservas em bancos que não recebam nem paguem juros. Num.a época de dificuldades financeiras resultantes da queda das reservas de petróleo, especialmente para países do golfo Árabe, os bancos islâmicos em conjunto apresentam lucros muito superiores aos de seus competidores convencionais.

Dois estudos realizados por integrantes da equipe do FMI, publicados no final de 1987, ressaltam que o sistema utilizado pelos bancos islâmicos, chamado Sistema de Déficits e Superávits Livre de Juros (PLS), foi mais adequado para absorver o impacto da recessão econômica que o dos bancos não-islâmicos. Os últimos dados fornecidos por entidades financeiras islâmicas registram os bons resultados que dois grandes bancos do Golfo obtiveram durante o ano fiscal 1986/87, apesar da recessão regional.

O banco islâmico Faisal de Bahrein (Massaref Faisal Al Islami of Bahrein), subsidiário do Dar Al Maal Al Islami, com sede em Genebra, Suíça, apresentou um aumento líquido de seus lucros da ordem de 3,03 milhões de dólares, em 1987, frente a 2,02, em 1985, e o banco Al Baraka International Limited, subsidiário em Londres do Banco Islâmico de Investimentos Al Baraka, do grupo Bahrein, declarou altos lucros em 1986, triplicando os rendimentos do ano anterior.

O grupo Abil está ampliando suas atividades nas áreas onde existe grande concentração de imigrantes muçulmanos e, no início deste ano, abriu uma



sucursal na zona leste de Londres para competir com empresas bengalêsas da região.

O Dubai Islamic Bank, o mais antigo banco islâmico, também declarou lucros no ano fiscal 1986/87, apesar de terem sido inferiores aos de 1985. Na Turquia, da mesma forma que na Inglaterra e na Suíça, as contas das entidades financeiras islâmicas continuam com rentabilidade positiva. O Faisal Finance Institution Inc., subsidiário do grupo islâmico de Dubai, por exemplo, declarou que a rentabilidade de 1986 foi 113% superior à do ano anterior.

## O modelo islâmico nos bancos ocidentais

Como ocorreu em 1986, o período de

1987 registrou rendimentos constantes para os bancos islâmicos. No Paquistão, por exemplo, foram autorizadas 12 novas emissões de títulos financeiros do Grindlays Bank - um instrumento pioneiro dentro das finanças do mundo islâmico -, que obtiveram uma aplicação de 58 milhões de dólares, transformando, assim, o citado banco no primeiro captador de recursos do país. Os títulos, denominados *First Grindlays Mudarabah*, são utilizados não só para financiar grandes transações comerciais, mas também outros projetos que têm a garantia do banco. Os compradores dos títulos *mudarabah* fazem seu investimento no Grindlays, para que este o aplique em projetos ou operações livres de juros.

A operação conjunta do banco oci-

## Os tipos de financiamento

A partir de uma perspectiva islâmica, o que se questiona mais nos bancos tradicionais?

O banco tradicional, tal como desenvolveu-se no Ocidente e expandiu-se pelo mundo, é uma instituição utilizada por um grande número de pequenos depositantes, cujos recursos são canalizados para um número reduzido de grandes capitalistas. Este tipo de banco atua como intermediário, pagando uma taxa de juros aos depositantes e cobrando uma taxa mais alta dos que tomam dinheiro emprestado. A diferença de taxas de juros é a margem de lucros do banco e passa a ser sua preocupação fundamental.

Há alguns aspectos a considerar neste mecanismo. Primeiro, os juros fixados pelo banco estão destinados a favorecer a transferência de capitais para os grandes empresários, que recebem o dinheiro a um custo fixo, além de poderem oferecer mais garantias e referências.

Em segundo lugar, como o banco ganha na diferença de juros que paga, não se preocupa em saber que tipo de negócio vai realizar o capitalista a quem emprestou, a não ser com a garantia do negócio. Na prática, o banco só mostra interesse na administração daqueles recursos no caso da falta de pagamento no prazo estabelecido. Em terceiro lugar, a concessão do financiamento, na maioria das vezes, está vinculada a um negócio específico. O dinheiro tanto pode ser usado para o jogo, a especulação ou consumo supérfluo. Isto tem implicações importantes para o comportamento social do consumidor.

### As operações não-usurárias

Entre as operações típicas dos bancos islâmicos destacam-se as seguintes: *mudarabah*, *musharikhah*, *ijara* e *murabaha*.

*Mudarabah* é um acordo entre duas ou mais pessoas pelo qual algumas delas oferecem financiamentos e outras proporcionam experiência empresarial e administrativa para levar adiante uma sociedade comercial, industrial ou de serviços. Os lucros são repartidos da forma que as partes decidirem. As eventuais perdas são cobertas apenas pelos financiadores, na proporção de sua participação no capital total.

*Musharikhah* ou *shirkah* é uma sociedade de duas ou mais pessoas que diferencia-se da *mudarabah* pelo fato de todos participarem no financiamento e na administração, embora não necessariamente em partes iguais. Os ganhos e perdas são compartilhados por todos, proporcionalmente.

*Ijara* ou *bay al-mudajjal* é uma venda com pagamento posterior, total ou em prestações. Este instrumento tem características semelhantes ao *leasing*.

*Murabaha* é um contrato de venda pelo qual o vendedor compra a um terceiro determinados bens e revende a preços prefixados. O pagamento é feito em data posterior, de uma só vez ou em prestações.

Há muitos outros instrumentos financeiros que os bancos islâmicos utilizam, particularmente nas transações agrícolas, mas estes quatro ilustram a questão da não-existência da usura.

Nos contratos *murabaha* e *musharika* os bancos participam ativamente na direção dos negócios, controlando os progressos da empresa favorecida. Também nos contratos *mudarabah* este controle ocorre, porque ali as perdas recaem exclusivamente nos financiadores do capital. Desta forma, a relação entre o banco e o cliente se transformam. Nos acordos *murabaha* e *ijara*, o banco só pode proporcionar financiamentos a projetos concretos, e não dinheiro para consumo supérfluo. ●



Bancos islâmicos: um futuro promissor

dental Grindlays com as instituições financeiras islâmicas não é a primeira experiência deste tipo. A União dos Bancos Suíços (UBS), em 1985, lançou no mercado um Fundo de Investimentos Islâmicos que, segundo o banco, está funcionando satisfatoriamente. O grupo Kleinwort Benson, por sua vez, lançou outro Fundo de Investimentos dirigido principalmente a captar recursos do Golfo. Não obteve, no entanto, o mesmo êxito dos títulos de crédito da UBS e do grupo Grindlays, uma vez que, segundo fontes dos círculos financeiros europeus, o Fundo de Investimentos da Kleinwort Benson enfrenta dificuldades ocasionadas pela recessão local.

O maior golpe financeiro enfrentado pelos bancos islâmicos em 1987 parece ter sido a autorização para que a entidade financeira Al Rajhi funcionasse como banco, por decisão do Departamento do Tesouro saudita. A empresa Al Rajhi Company for Currency Exchan

ge Commerce é uma das mais influentes casas de câmbio do mercado internacional. Depois de quatro anos de insistência obteve sua licença para atuar como banco. A nova entidade, a décima segunda do reino saudita, distribuirá 50% do seu capital em ações ao público. Os proprietários do banco declararam que operarão com o sistema dos bancos islâmicos de déficit e superávit isento de

juros, apesar de sua licença bancária permitir transações convencionais.

Al Rajhi já possui uma rede de mais de 230 agências dentro da Arábia Saudita. Superou, portanto, a rede do National Commercial Bank bem como a do Riyadh Bank, os dois mais importantes do reino. Seu capital acumulado situa-se como terceira empresa bancária do país e, segundo as estimativas dos especia-

listas no ramo, em um ou dois anos seu volume de depósitos será superior ao de seus dois competidores.

A atividade bancária isenta de juros tem grande potencial de crescimento futuro, pois, segundo afirmam os sauditas, os poupadores e investidores islâmicos, que antes guardavam suas riquezas debaixo do colchão, agora, terão estímulo para depositar no Al Rajhi. •

## Agitação no setor financeiro

O conceito de "banco islâmico", baseado no princípio de não cobrar juros por empréstimos, está agitando o setor financeiro em todo o mundo muçulmano, mas ainda tem problemas para conseguir uma aceitação generalizada. Até o momento, só está institucionalizado no Irã e no Paquistão.

Banqueiros de vários países islâmicos, convocados pela Associação Internacional de Bancos Islâmicos, para participarem de uma reunião, em Karachi (Paquistão), em abril, recomendaram redobrar esforços para popularizar este sistema de banco. Pediram também à associação que elabore normas e procedimentos contábeis padronizados e programas para formar pessoal necessário para operar este tipo de banco.

O diretor do Banco Central do Paquistão, V.A. Jafarey, detalhou minuciosamente a experiência do país com este sistema. Jafarey disse aos banqueiros reunidos na capital comercial e financeira do Paquistão, que o papel do Banco Central não precisou sofrer nenhuma alteração, "já que (seus princípios) não contêm nenhum elemento não-islâmico".

O diretor do Banco Central do Paquistão disse que a eliminação do pagamento de juros tem funcionado bem naquele país, onde todos os bancos e instituições financeiras concluíram, em meados de 1985, as adaptações necessárias para realizarem transações sem juros. As experiências do Paquistão e do Irã têm demonstrado que as práticas



Um banco na capital saudita: absorver o impacto da recessão econômica

bancárias convencionais "podem ser transformadas num sistema eficaz, baseado nas transações sem juros", afirmou Jafarey.

Os princípios do banco islâmico no Paquistão foram estabelecidos em 1980, num documento conhecido como o *Regulamento Mudarabah*. Os economistas assinalaram que essa foi a primeira tentativa de introduzir na legislação moderna as condições que regem os contratos *mudarabah* — uma forma tradicional de financiamento, mediante a qual empresário e financiador compartilham os lucros da empresa conjunta, enquanto que as perdas recaem só sobre o financiador.

Os defensores do banco islâmico no Paquistão destacaram o êxito do esquema de *mudarabah*, posto em prática pela sucursal local do transnacional Grindlay's Bank, como outra evidência de que o sistema funciona inclusive para os bancos privados. Esse processo de financiamento islâmico do banco Grindlay atraiu, ao ser efetivado, 58 milhões

de dólares em capital acionário, o máximo jamais alcançado no Paquistão. Cerca de 37 milhões vieram de imigrantes e o restante de paquistaneses residentes no país.

Mas, apesar de haver exemplos bem-sucedidos, como o do Grindlay, o banco islâmico enfrenta, ainda, sérios obstáculos em muitos países muçulmanos, onde sua ampliação, sob as atuais leis bancárias, é difícil de ser conciliada com o sistema de juros que rege os bancos convencionais.

Não obstante, o sistema islâmico já percorreu um longo caminho desde que o primeiro banco deste tipo, o Islamic Bank of Dubai, foi inaugurado em 1976, nesse emirado do Golfo.

Com uns 30 bilhões de dólares de recursos movimentados por instituições financeiras islâmicas do mundo e outros 80 bilhões de recursos movimentados em todos os países muçulmanos, o sistema de banco islâmico está atraindo a atenção das grandes capitais financeiras mundiais. •

# Conta Azul Remunerada da Caixa.



## Sem dúvida, com toda segurança.

Conta Azul Remunerada.  
Agora, ao invés do seu dinheiro  
ficar parado, perdendo minuto  
a minuto, ele vai render.  
Diariamente.  
E já a partir do dia da  
aplicação.  
Você não tem prazo definido

para sacar ou depositar.  
É quando você resolver.  
No caso de retiradas, é só avisar  
24 horas antes. E a movimentação  
pode ser feita pessoalmente ou até  
por telefone, se preferir.  
Você deve estar achando que a  
Conta Azul Remunerada é muito

parecida com as outras que estão  
no mercado.  
Mas só ela tem uma coisa que  
nenhuma outra tem: a segurança  
da Caixa Econômica Federal.  
E segurança é o que um homem  
de decisão nunca pode deixar de ter.  
Não é?

**CAIXA ECONÔMICA  
FEDERAL**



# terceiro mundo postal

FAÇA JÁ SEU PEDIDO - Tel.(021) 252-7440



**A HISTÓRIA SECRETA DA REDE GLOBO**  
De: Daniel Herz

Há um lado da Rede Globo que é invisível para os que se relacionam com essa empresa simplesmente como telespectadores. Há algo que só se percebe por trás da Globo. Há um sentido oculto, no que a Globo representa, que só pode ser percebido quando se tem na mão o atestado de antecedentes dessa empresa. 300 pág.  
E-168 Cz\$ 1.500,00

**POLUIÇÃO-ALIENAÇÃO-IDEOLÓGIA**  
de Ailton B. de Souza e R.A. Amaral Vieira

Amparados na teoria marxista da praxis humana e na concepção materialista da história e em torno do tema "poluição ambiental", os autores debruçam-se para resolver e questionar, não só alguns conteúdos ideológicos e conceitos fundamentais em nosso acrítico ideário político-ideológico, como também as bases materiais que produziram e estão produzindo esse ideário, nossa caótica, capitalista e selvagem formação social. 130 pág.  
E-75 Cz\$ 450,00

**O JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL DEPOIS DE 1964**  
De: Aylê-Salassí F. Quintão

O livro propõe-se a explicar o desenvolvimento do jornalismo econômico no Brasil, a sua consolidação e o seu papel ideológico. É um livro básico para estudantes e profissionais de comunicação bem como leitores interessados em saber o "porquê" e a função do "econômico" na imprensa brasileira. 212 pág.  
E-159 Cz\$ 1.300,00

**NICARÁGUA, NICARAGÜITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓIA DEMOCRACIA**  
De: Mirian Goldenberg

"Quem já ama a Nicarágua vai amar este livro". (Chico Buarque). A primeira parte de *Nicarágua, Nicaragüita* é uma crônica relatando os desafios de um regime que procura combinar os direitos do trabalhador com pluralismo partidário. Na segunda e terceira partes, a autora dá um apanhado histórico da Revolução Sandinista e entrevista membros do governo e líderes da oposição. 156 pág.  
E-144 Cz\$ 1.000,00

**NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS**  
De: Samuel de Paula

A dinâmica e conteúdo da exortação a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples, clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de depositados. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós. 115 pág.  
E-073 Cz\$ 750,00

**DO EMBUSTE DAS DÍVIDAS EXTERNAS AO ABSURDO DOS PRIVILÉGIOS ÀS EXPORTAÇÕES**  
De: Jacques Dezelin

Este livro prova que as dívidas externas são um engodo e que os privilégios às exportações servem, exclusivamente, aos interesses dos países desenvolvidos. 352 pág.  
E-166 Cz\$ 1.850,00

**DESENVOLVIMENTO, CRISE E VISÕES ALTERNATIVAS: PERSPECTIVAS DAS MULHERES DO TERCEIRO MUNDO**  
De: Gita Sen e Caren Grown

O livro resulta do esforço coletivo da rede DAWN/MUDAR (Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo).

Sintetiza a análise de três décadas de políticas voltadas para a mulher, enfatizando, sobretudo, a última fase que se caracteriza pela forte crise econômica que afeta os países do Terceiro Mundo. 150 pág.  
E-158 Cz\$ 1.350,00

**O SOCIALISMO E AS IGREJAS**  
O comunismo dos primeiros cristãos  
De: Rosa Luxemburgo

Seu trabalho sobre o "comunismo dos primeiros cristãos" tem ainda hoje relevância e, em muitos sentidos, atualidade. Ao buscar na história a explicação do compromisso da instituição religiosa com os poderosos, evidencia dois aspectos de permanente interesse, sempre que se trata das relações Igreja-Estado; o inevitável comprometimento da instituição com o Estado, segundo, como o conflito maior da sociedade (a luta de classes) se reflete no seio da organização eclesial. 61 pág.  
E-102 Cz\$ 500,00



**A INTERNACIONAL CAPITALISTA: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO EMPRESARIADO TRANSNACIONAL 1918-1986**  
De: René Armand Dreiffuss

Em a "Internacional Capitalista" René revela as articulações das "elites orgânicas" - um núcleo de agentes planejadores e executores da ação política das classes dominantes internacionais. 544 pág.  
E-165 Cz\$ 3.300,00

**OUTUBRO E A PERESTROIKA**  
De: Mikhail Gorbachiov

A perestroika, como continuidade da revolução, só avançará na medida em que esse caminho seja assimilado pelos próprios soviéticos, que devem, da mesma forma, como o autor aconselha, assimilar as experiências de outros países. 86 pág.  
E-153 Cz\$ 600,00

**MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO**  
De: Mikhail Gorbachiov

URSS, hoje, é um laboratório para o qual estão voltadas as atenções do mundo. O que lá ocorre, já começa a influir sobre os nossos destinos - as perspectivas de se criar progresso no caminho do desarmamento são positivas. 77 pág.  
E-155 Cz\$ 550,00

**TRANSFORMAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL**  
De: Celso Furtado

"A decisão de reunir esses ensaios (...) foi motivada pelo desejo de imitar a nova geração a retornar aos estudos dos problemas globais, sem o que estaremos murados no provincianismo intelectual, e continuaremos caudatários de alguma visão do mundo recortada sob medida para que nos conformemos com nossa secular situação de dependência". (Celso Furtado) 289 pág.  
E-156 Cz\$ 1.850,00

**A ORIGINALIDADE DAS REVOLUÇÕES**  
De: Edmundo Moniz

Uma visão abrangente do socialismo no século XX. Começa pela revolução soviética e conclui com a análise do caso particular do Chile de Allende e com a apreciação das guerrilhas latino-americanas. 276 pág.  
E-164 Cz\$ 1.800,00

**RAUL SENDIC: AS IDÉIAS DE UM LÍDER TUPAMARO**  
Tradução: Cássia Corintha Pinto

As idéias de Raul Sendic se colocam em uma séria e digna perspectiva de transformação revolucionária latino-americana. Postura que os sete anos de prisão não quebraram e que em sua saída do cárcere estava expressa na seguinte proclamação que dirigiu ao povo uruguaio: "Amigos, há homens e mulheres que morrem na luta deste povo. Há outros que sofreram até enlouquecer nos calabouços. Há pais que não podem dar comida nem vestir seus filhos. Eles nos dão força para seguir a luta e nesse sentido vamos nós e todos aqueles que queiram nos fazer companhia". 119 pág.  
E-152 Cz\$ 800,00

**NA LUTA SEM PEDIR LICENÇA**  
De: Eliane Maciel

Depois do sucesso de "Com Licença eu vou à luta", Eliane nos oferece outro livro lúcido, escrito com a cabeça e o coração de quem tem como especialidade não se entregar e botar o dedo nas nossas feridas. 200 pág.  
E-161 Cz\$ 750,00

**CONSTITUIÇÃO DE CUBA - COMO É E COMO FUNCIONA**  
De: Osny Duarte Pereira

O autor traça um breve perfil da História cubana - a dominação espanhola, a ditadura de Batista, o movimento 26 de julho e a instalação do poder revolucionário - e analisa o atual texto constitucional. Diz: "Ao ser elaborada a nossa nova Constituição, muitas soluções cubanas, notadamente nos problemas sociais, deverão ser examinadas com respeito pelo constituinte brasileiro." 96 pág.  
E-145 Cz\$ 650,00

**ALEGRES E IRRESPONSÁVEIS ABACAXIS AMERICANOS**  
De: Herbert Daniel

No primeiro romance publicado no Brasil cujo tema central é a Aids, Herbert Daniel consegue tratar o assunto literariamente e tirá-lo da clausura das páginas dos jornais e notícias médicas, com humor e leveza. 336 pág.  
E-160 Cz\$ 1.850,00

**MULHERES, ADÚLTEROS E PADRES**  
Org.: Lana Lage da Gama Lima

Temos aqui uma coletânea de ensaios que se voltam para o estudo da família e da moral no passado brasileiro. Os modelos que a igreja, o Estado e os letrados portugueses propunham ou impunham à sociedade colonial são analisados e discutidos no livro, que se apóia em fontes legais, discursos morais, processos eclesiais-ticos. 101 pág.  
E-109 Cz\$ 750,00

**O VERÃO DOS PERSEGUIDOS**  
De: José Louzeiro

Neste romance, entre outras coisas, Louzeiro nos mostra como os índios são exterminados e como se inventam lendas para que o genocídio possa ser "explicado" oficialmente e, por isso mesmo, tolerado.

Com uma narrativa forte e direta, o autor compõe um quadro o mais nítido possível de um mundo selvagem que raramente tem ocupado nossos ficcionistas. 300 pág.  
E-154 Cz\$ 650,00

**COMO DIRIGIR UMA EMPRESA: MICRO, MÉDIA E GRANDE**  
De: Roger Barki e Josy Alzogaray

Os autores mostram neste livro os resultados de experiências práticas adquiridas durante sua vida profissional, elucidando dúvidas, num texto fluente e de fácil compreensão. 80 pág.  
E-167 Cz\$ 800,00

**DISCOS**



**QUARTETO NEGRO**

Paulo Moura no sax e clarinete, Zezé Motta na voz, Djalma Corrêa na percussão e Jorge Degas no baixo, violão e voz. Lançado no mês do Centenário da Abolição, em espetáculo especial no Olympia de Paris. O LP sai simultaneamente no Brasil e na Europa. Moderno e original, próximo do afro-jazz, o Quarteto Negro é um painel-síntese da música negra contemporânea no Brasil.

Lado 1: Folôzinha (Marku Ribas/Reinaldo Amaral); Sobre as Ondas (Jorge Degas); Merengue (Adler São Luiz); Festas da Xica (Paulo Moura); SEMBA (Jorge Degas/Zezé Motta)

Lado 2: Zumbi (Gilberto Gil/Wally Salomão); Brucutu (J. Degas/D. Corrêa); Gelsa Roberto Guima; A Quêlé Menina (Djalma Luz); Taisho-Koto (Djalma Corrêa).

D-007 Cz\$ 1.300,00

**CHORANDO BAIXINHO**

Um encontro histórico: Arthur Moreira Lima, Abel Ferreira, Época de Ouro, e a participação especial de Copinha, Zé da Velha e Joel Nascimento.

Lado A: Fon-Fon (Ernesto Nazareth); Turbilhão de Beijos (E. Nazareth); Sai da Frente (Abel Ferreira); Carinhoso Pixinguinha).

LADO B: Impressões Seresteiras (Heitor Villa-Lobos); Choro de Mãe (Wagner Tiso); Chorando Baixinho (Abel Ferreira); Quebradilha (E. Nazareth); Apanhei-te, Cavaquinho (E. Nazareth).

D-005 Cz\$ 1.200,00

**JAZZ BRASIL - JOÃO CARLOS ASSIS BRASIL**

Swing e virtuosismo no piano de João Carlos Assis Brasil, com músicas inéditas de seu irmão Victor e de Radamés Gnattali, e mais Tom Jobim e Wagner Tiso, este em participação especial.

Lado A: Steps (Victor Assis Brasil); Waltzing (Victor A. Brasil); Arroio (Victor A. Brasil); Waving (Victor A. Brasil); Chorava (Wagner Tiso), a 2 pianos.

Lado B: Maneirando (Radamés Gnattali); Sobre Tom, improviso-homenagem: Wave (Tom Jobim); Eu Preciso de Você (Tom e Aloisio de Oliveira), Estrada Branca (Tom e Vinicius), Moonlight Daiquiri (Tom Jobim), Eu Te Amo (Tom e Chico Buarque), Pela Luz Dos Olhos Teus (Vinicius de Moraes); Samba De Uma Nota Só (Tom e Newton Mendonça); Negaceando (Radamés Gnattali); Aos velhos amigos (Wagner Tiso).

D-004 Cz\$ 1.250,00



**VILLA-VIOLÃO**

Turibio Santos apresenta a obra completa de Villa-Lobos para violão solo. Um dos acervos mais importantes do Século XX, o violão de Villa-Lobos é revisitado por seu maior especialista. No LP, os 12 Estudos, os 5 Prelúdios e Choros nº 1.

D-003 Cz\$ 1.250,00



**CONSERTÃO**

Álbum duplo com Elomar, Arthur Moreira Lima, Paulo Moura e Heraldo do Monte, mostrando a capacidade do músico brasileiro em arranjar, improvisar, pintar e bordar.

Lado A: Estrela Maga dos Ciganos / Noite de Santo Reis; Na Estrada das Areais de Ouro; Campo Branco (Elomar).

Lado B: ncelença prá Terra que o Sol Matou; Trabalhadores na Destoca (Elomar); Pau de Arara (Luís Gonzaga); Festa no Sertão (H. Villa-Lobos).

Lado C: Valsa da Dor (H. Villa-Lobos); LENINIA (Codó); Valsa de Esquina nº 12 (Francisco Mignone); Espinha de Bacalhau (Severino Araújo).

Lado D: Pedacinhos do Céu (Waldir Azevedo); Corban (Elomar).

D-006 Cz\$ 2.350,00

**OS VILLA-LOBOS MAIS ORIGINAIS DO MERCADO EM LP**

**A FLORESTA DO AMAZONAS**

Wagner Tiso, Ney Matogrosso e Assis Brasil redescobrem a obra de Villa-Lobos. Uma recriação desta obra-prima, a partir de manuscrito inédito para piano recém-descoberto no Museu Villa-Lobos. São as suítes Na Floresta, Além da Floresta e um improviso, unindo o piano Steinway aos modernos sintetizadores e samplers. Participação especial de Jaques Morelenbaum (violoncelo) e Jurim Moreira (percussão).

D-002 Cz\$ 1.250,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito.

Nome sou: ( ) assinante ( ) não-assinante

Nome .....  
Endereço .....  
Bairro ..... Cidade .....  
Estado ..... CEP ..... Tel: .....  
Profissão .....

comprador

**TABELA DE DESCONTOS**

- 5% Para pedidos acima de Cz\$ 4.000,00
- 10% Para pedidos acima de Cz\$ 8.000,00 e você ganha um livro de brinde
- 10% Para assinantes com pedidos acima de Cz\$ 4.000,00
- 15% Para pagamento antecipado de pedidos acima de Cz\$ 6.000,00

**REVISTA Nº 111**

Obs.:

- Porte a cobrar sobre o líquido (deduzido o desconto, se houver).

**PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 15 Ago.88**

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

# APLIQUE EM BOA INFORMAÇÃO E GANHE DA INFLAÇÃO

ATÉ 35% DE DESCONTO, HOJE,  
JÁ É BOM. CONSIDERANDO OS  
INEVITÁVEIS AUMENTOS DE  
PREÇOS QUE VOCÊ NÃO VAI  
PAGAR SE ASSINAR AGORA,  
FICA MUITO MELHOR!

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	4.000,00	4.000,00	-
2	3.700,00	7.400,00	-
3	3.570,00	10.710,00	1 Livro de nossa escolha
4	3.400,00	13.600,00	3 Livros de nossa escolha
5	2.800,00	14.000,00	1 Assinatura de "cadernos"

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

1 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa

2 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa

3 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa

4 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa

5 Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....  
Remessa por ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal-ag. Lapa

## CUPOM DO BRINDE - REMETENTE

ESTE PEDIDO REFERE-SE A:  Assinatura(s) captada(s) junto aos amigos.  
 Assinatura(s) de presente aos amigos.

Solicito de 1 a 5 assinaturas anuais - 12 exemplares - de "cadernos". Remeto cupons e valores conforme instruções e tabela.

De acordo com a promoção, remeto Cz\$. .....  
em ( ) cheque(s) nominal(is) ou ( ) vale postal - ag. Lapa,  
em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.  
Aguardo o brinde a que tenho direito.

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... CEP ..... Tel.: .....

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial - Rua da Glória, 122 gr. 104 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 - Tel.: (021)252-7440

OFERTA ESPECIAL  
PARA NOVOS ASSINANTES  
Válida por tempo limitado

Assine **CADERNOS DO**  
**terceiro**  
**mundo**



## Uma ameaça real



A perfuração de campos de petróleo está provocando a extinção das tribos que vivem na Amazônia equatorial

Stephen Corri\*

Depois de localizar de helicóptero um grupo de índios *waoranis* que nunca tinham estado em contato com ninguém, o bispo católico da cidade de Coca (na Amazônia equa-

torial), monsenhor Alejandro Labaca, desceu no lugar acompanhado da irmã de caridade Inés Arango. Funcionários da empresa petrolífera, que está fazendo prospecção nessa região, os levaram de helicóptero até a tribo que ficava no meio da selva, a pedido deles. Passados dois dias, a tripulação voltou ao lugar e encontrou os missionários mortos, com os corpos atravessados por lanças.

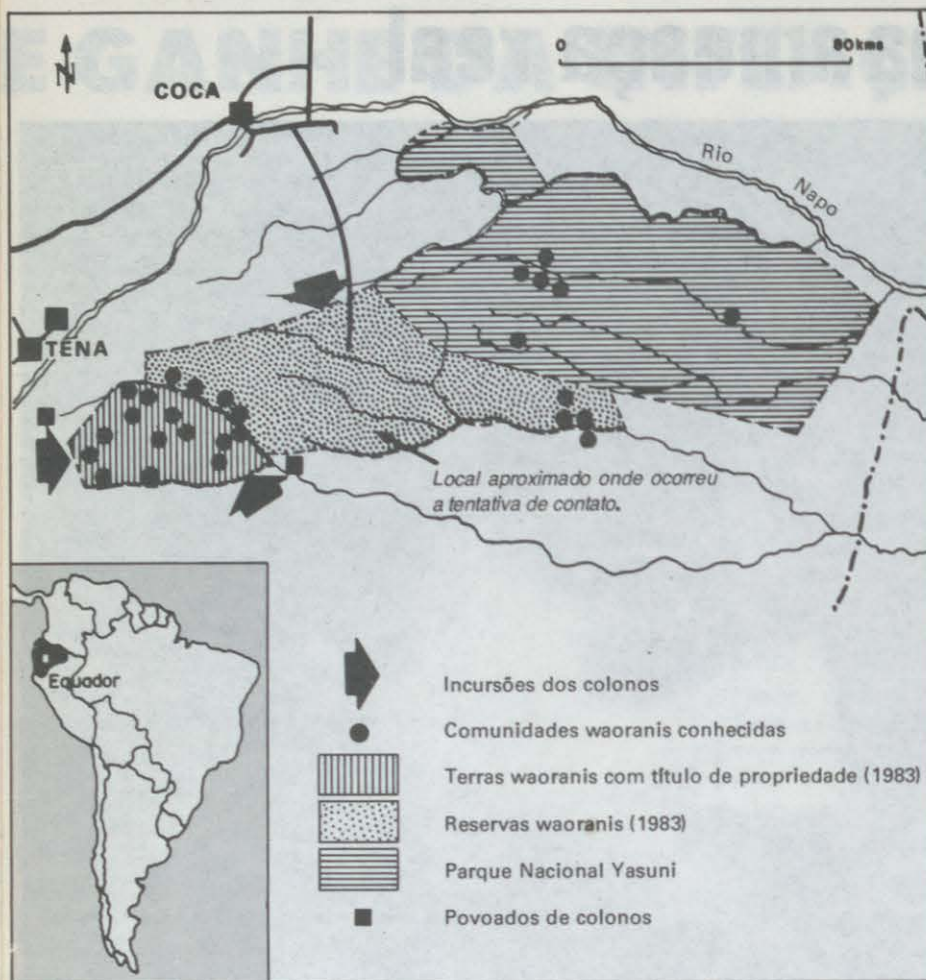
A trágica morte de Labaca e Arango reflete o pavor — mas justificado — que as tribos indígenas têm do mundo exterior. Ironicamente, Labaca era uma das

pessoas que melhor compreendia a ameaça de extinção que os índios amazônicos enfrentam e queria fazer contato com o grupo antes que desaparecesse: ou devido à devastação provocada pelo petróleo, ou nos confrontos com os técnicos da empresa petrolífera.

### Um rastro de destruição

Desde o final dos anos 60, a perfuração de poços de petróleo vem destruindo grandes áreas da selva equatorial. Os animais selvagens — principal alimento

\* O autor é diretor da organização internacional de defesa dos direitos humanos *Survival International*. Há 17 anos se dedica à pesquisa e ao trabalho com as tribos indígenas ameaçadas de extinção. Corri visitou várias tribos na América do Sul, na Índia e na África Oriental.



vias de acesso às jazidas trabalha protegido, por guardas militares, dos eventuais ataques dos poucos grupos de índios ainda não-contactados. As empresas, inclusive, podem usar da violência para "limpar" a área, reduzindo os grupos rebeldes pela luta armada.

**O perigo maior**

Existe um grupo de 700 índios *waoranis* ainda não-contactados que corre mais perigo. Os homens se dedicam à caça, utilizando flechas e dardos envenenados para caçar pássaros e outros animais pequenos e lanças para matar javalis e animais maiores. As mulheres cultivam vegetais em pequenas hortas e plantam frutas silvestres. Os *waoranis* são nômades, e mudam de tempo em tempo.

A exploração de petróleo e a consequente colonização são a maior ameaça para os índios da Amazônia equatorial. No entanto, o programa oficial de exploração de minerais também pode prejudicá-los. O subsolo da selva contém jazidas de importantes minerais como ouro, urânio, vanádio, fosfato, zinco e cobre.

Algumas organizações indígenas formaram federações para exigir respeito aos seus direitos. Mas se não receberem apoio mais efetivo, seu futuro continuará incerto.

dos índios que vivem da caça – foram expulsos da zona pelas empresas petrolíferas que devastam os campos, onde serão realizadas as perfurações, e, também, porque a perda de petróleo dos oleodutos contamina os rios, matando os peixes.

Até há pouco tempo, a empresa Texaco e a companhia petrolífera estatal do Equador eram as únicas que operavam na área. Nesse momento, devido às novas concessões, o governo autorizou a participação de pelo menos 18 firmas. Essas empresas não se preocupam em respeitar os direitos dos habitantes nativos da região. Às vezes, perfuram de propósito áreas legalmente registradas pelos índios, provocando conflitos. As reservas indígenas têm sido invadidas por oleodutos, poços e instalações para exploração que tornam impossível qualquer medida para proteger a população autóctone.

Antes da invasão das companhias

petrolíferas, os índios *waoranis* tinham boas razões para terem medo do contato com a "civilização". Estudos realizados sobre a experiência das tribos indígenas, contactadas nos últimos 30 anos, indicam que um de cada seis índios mortos foi assassinado por brancos e muitas crianças foram tiradas de suas tribos e obrigadas a trabalhar.

Os índios *waoranis* obtiveram reconhecimento judicial de seus direitos sobre uma pequena área, uma espécie de reserva, onde vive a maioria dos índios dessa tribo que é a mais povoada da Amazônia equatorial. Alguns grupos moram na periferia de um Parque Nacional e não têm direitos reconhecidos; o restante das tribos não-contactadas habita uma área especialmente reservada para elas.

No entanto, as companhias petrolíferas operam tanto no Parque Nacional quanto na reserva indígena. O pessoal das empresas que estão construindo as

## Em busca de uma nova vida

Milhares de mulheres chegam à ilha de Bornéu cheias de ilusões e acabam prostituídas ou empregadas no serviço doméstico

Vasanti Ramachandran

Um dos estados da Malásia, Sabah, na ilha de Bornéu, tornou-se território de atração de novos imigrantes da região. Ao contrário dos vietnamitas e campucheanos, que em décadas passadas fugiam das guerras em seus respectivos países, os novos imigrantes do sudeste asiático deixam seus países de origem em busca de novas oportunidades econômicas.

Em grande maioria são mulheres, vindas das Filipinas e Indonésia, que abandonaram seus lares, sonhando com uma vida digna. Depois de viajarem por quase duas horas chegam a Sabah, onde passam a primeira noite nos mercados ou estradas. No dia seguinte, integram-se à multidão e, assim, passam despercebidas pelas autoridades de migração.

É, deste modo, que milhares de mulheres das Filipinas e Indonésia entram na Malásia ilegalmente e passam a congestionar o mercado de trabalho de empregadas domésticas. Encontram colocação fácil devido à crescente demanda e aos baixos salários que se submetem a receber.

Há uma década, a maioria das domésticas da Malásia era de origem indígena. Porém, quando as transnacionais começaram a abrir fábricas, a maioria das jovens passou a trabalhar como operária, havendo, então, uma escassez da mão-de-obra no serviço doméstico.

Como em quase todas as famílias de classe média, tanto o homem como a mulher trabalham e precisam de ajuda para as tarefas domésticas. A absorção da mão-de-obra disponível pelas grandes indústrias fez com que se prescin-



A coragem de lutar por uma vida digna

disse do serviço doméstico ou pagasse altos salários por ele. Agora, a entrada ilegal de imigrantes aqueceu o mercado e trouxe alívio para as famílias que necessitam do auxílio de uma pessoa para os afazeres da casa.

### Regime de semi-escravidão

Embora fisicamente se pareçam com as mulheres da Malásia, as filipinas e indonésias se diferenciam por sua maneira ocidental de vestir. Enquanto para a mulher da Malásia é um tabu falar em voz alta, vestir-se com roupas que chamem atenção, fumar ou se relacionar mais intimamente com homens, as imigrantes fumam, bebem e se relacionam livremente com o sexo oposto.

Fora do trabalho doméstico, muitas imigrantes ilegais se vêem obrigadas

a trabalhar como garçonetes e outras terminam na prostituição. Em algumas áreas mais distantes dos centros principais do Estado, muitas dessas mulheres são vendidas e mantidas em regime de semi-escravidão. Em outros casos, acabam como amantes de malásios ou de seus próprios compatriotas, sendo exploradas como prostitutas em casas onde recebem um salário por mês.

Esse tipo de imigração é preparado por algum contrabandista que chegou antes e oferece altas quantias ao grande número de adolescentes que deixa o seu país em busca de melhores horizontes.

### Promessas falsas

Muitas dessas mulheres vêm das áreas rurais de seus países de origem, onde a única alternativa é semear a terra e são escassas as possibilidades de melhorar de vida. Atraídas por promessas, sem conhecer bem o idioma local e com poucos pertences, abandonam suas casas e se lançam a uma nova vida na Malásia.

Lilian, por exemplo, trabalha agora como doméstica. Conta que chegou a Sabah com uma amiga, pois nas Filipinas era quase impossível conseguir emprego e a comida era pouca. Das muitas de suas amigas que foram viver na Malásia, ela ouviu dizer que, inclusive, podiam mandar dinheiro para suas famílias. Assim, Lilian deixou a sua filha de três anos em casa de parentes e foi para a Malásia em um pequeno bote com mais 20 mulheres.

O primeiro emprego que conseguiu foi como cozinheira, na casa de um empresário, com salário equivalente a 75 dólares. "A esposa dele - explica - está a uns 300km de distância. Como ele fica a maior parte do tempo sozinho, há pouco tempo me pediu que dormisse com ele. Não tive outra saída senão ceder, pois do contrário perderia meu emprego". ●

# Mulheres ganham jornal: Cunhary

Uma iniciativa que procura fortalecer o elo entre os diferentes grupos que trabalham junto às mulheres e na educação popular



**CUNHARY**  
INFORMATIVO DA REDE MULHER - Março 1988 - Ano 1 número 0

**Na luta pelos Nossos Direitos**

As mulheres estão nos ruas lutando por seus direitos. O Cunhary é mais um instrumento para essa luta. É um jornal que vem para colaborar na articulação dos mais diversos grupos de mulheres dos setores populares em todo o País. Seu propósito é acompanhar o Movimento de Mulheres e, através dele, buscar e divulgar novas alternativas de convívio social.

Parte do trabalho de Educação Popular desenvolvido pela Rede Mulher, o Cunhary vai dar maior impulso ao intercâmbio de idéias, experiências e projetos de trabalho já existentes entre os diversos grupos de mulheres que fazem parte do tramo da Rede. É um novo espaço de discussão que se abre para todas as questões de interesse do Movimento Popular de Mulheres.

**Colabore: escreva para nós pg.2**

**Mulher, Negra e Pobre: a tripla discriminação**  
pgs. 3, 4, 5 e 6.

**Conheça a história da Rede Mulher, seus projetos e objetivos pg.7**

e editora do informativo da Rede Mulher, Moema Viezzer, em editorial -, os grupos de mulheres poderão repassar suas idéias e formas de organização a outros grupos e à própria Rede Mulher, num trabalho contínuo de participação e informação.

O *Cunhary* - afirma o editorial - "vai reforçar o objetivo principal do nosso trabalho que é a eliminação da subordinação da mulher ao homem e a busca de novas relações entre homens e mulheres na sociedade. A cada edição do jornal estaremos empenhadas no acompanhamento das questões mais de-

leitores a estampar o jornal na parede ou conservá-lo na sua biblioteca", assinala Cannabrava.

O corpo editorial do jornal conta com Moema Viezzer, Beatriz Cannabrava, Vera Lucia Vaccri, Laurimar Coelho (redatora) e Maria Cristina C6 (jornalista), além de outros colaboradores. O jornal é financiado pelos diversos grupos cadastrados à Rede Mulher. A publicação terá seção de cartas dos leitores e serviços da rede além de variados artigos.

## A luta permanente

No artigo *Mulher Negra: Ditando as Regras da História*, do exemplar inaugural do *Cunhary*, Dulce Pereira, vice-presidente da Fundação Wilson Piniheiro, em São Paulo, denuncia que "os homens do poder, netos e bisnetos dos senhores de escravos ou daqueles que comercializavam o povo africano, determinam o rumo político e econômico do país e o caráter da exploração".

Para Dulce, militante do movimento negro, feminista, produtora e apresentadora de televisão, "a mulher negra não saiu da senzala da História. É a empregada doméstica, a trabalhadora rural, a favelada, a doente, a marginal da sociedade, a garí, e muito raramente a diplomada mal paga e a profissional desconhecida. Mas é da senzala que essa mulher encontra forças para gerar filhos que depois serão explorados pelos descendentes da Casa Grande".

*Cunhary*, o informativo da Rede Mulher, se propõe a debater todas as questões levantadas pelas mulheres, além de acatar sugestões de leitoras e leitores. Como diz o editorial: "O *Cunhary* é um nó a mais na trama da Rede que une milhares de mulheres em busca de uma maneira mais humana e mais digna de viver em sociedade".

Lenin Novaes

O *Cunhary* (Rio das Mulheres na língua Tupi), é um novo jornal que servirá de linha direta de comunicação para o Movimento Popular de Mulheres. A publicação trimestral - filha de cinco anos de atividades da Rede Mulher - em formato tablóide, com oito páginas, um lindo poster na página central homenageando os 100 Anos da Abolição e vários artigos, teve o exemplar número 0 lançado em março. O número 1 terá sua edição em julho.

Mais um instrumento de luta, através de *Cunhary* - como cita a coordenadora

batidas pelo movimento de mulheres e do trabalho de educação popular desenvolvido pelos grupos, clubes e associações de mulheres não só em São Paulo, mas no Brasil, América Latina, Caribe e de outras partes do mundo".

*Cunhary*, segundo a administradora Beatriz Cannabrava, será publicado trimestralmente com distribuição gratuita aos grupos de mulheres, sindicatos, associações, entidades populares e demais movimentos nacionais ligados à Rede Mulher. O número 1 abordará os direitos das mulheres conquistados na Constituinte, além de outros temas. A página central será sempre destinada a um poster sobre um assunto de grande repercussão, cujo objetivo "é levar os



Manuel Calderón

**E**mbora os países do Sul representem três quartos da humanidade, a informação, que as grandes agências internacionais de notícias difundem sobre eles, representa, em média, apenas um quarto do total.

A disparidade no acesso à informação acrescenta um novo desequilíbrio às distorções econômicas e políticas entre os países industrializados e as nações subdesenvolvidas. Essa é a opinião do arquiteto mexicano Luís López Llera, diretor da organização não-governamental Promoção do Desenvolvimento Popular (PDP).

Tanto o processo de transnacionalização das economias como a implantação dos valores da civilização ocidental levaram ao fracasso os países menos desenvolvidos, nas suas tentativas de alcançar o desenvolvimento, afirma o especialista.

"A imposição de modelos econômicos, políticos e culturais aplicados nos países do hemisfério sul, desde o término da Segunda Guerra Mundial, deve ser questionada", diz López Llera. Mas esse questionamento deve ser feito não apenas "em termos de estruturas, mas também no que se refere aos valores da

civilização dentro da qual nos movemos". Embora as corporações transnacionais "tivessem sido revolucionárias no desenvolvimento de novas tecnologias e na inovação dos modelos de comunicação", na opinião do especialista mexicano, todas as novas invenções estão orientadas "no sentido de satisfazer as necessidades desses centros de poder e de ajudá-los na organização diária de suas tarefas".

"As corporações não representam os interesses dos povos, e sim se regem pela obtenção de lucros a partir da conquista e ampliação de mercados para seus produtos", acrescentou ele.

As novas tecnologias no campo das comunicações, segundo os especialistas no assunto, facilitam às corporações transnacionais suas operações internacionais e lhes permitem controlar a informação nos países em que operam. Calcula-se que, no final da década passada, existiam instalados no mundo cerca de 900 mil computadores, dos quais mais da metade estava nos Estados Unidos, um quarto na Europa e cerca de 10% no Japão.

#### Crise da cultura ocidental

Os bancos privados internacionais são um dos principais usuários da nova tecnologia em comunicações. Segundo um estudo realizado em 1980, o Citibank

## Um modelo em crise

A disparidade de acesso aos meios de comunicação e às novas tecnologias aumenta o fosso entre o Norte e o Sul, o que exige uma reflexão sobre nossas raízes

gastou naquele ano cerca de 40 milhões de dólares em telecomunicações internacionais, que conectam suas filiais em aproximadamente 100 países.

Naquele mesmo ano, o Bank of America gastou 70 milhões de dólares em telecomunicações internacionais, o equivalente a quase tudo o que a Organização Mundial de Saúde (OMS) gastou em dez anos para eliminar a varfola do mundo.

Segundo López Llera, o processo de transnacionalização dos meios de comunicação derivou na chamada crise da cultura ocidental, cada vez mais questionada nos países da África, Ásia e América Latina, que se internaram na busca de suas autênticas raízes culturais. "Para encontrar nossa própria identidade, não basta analisar o que aconteceu nos últimos 50 anos, pois com isso permaneceríamos dentro das estruturas atuais. Temos que nos remontar a uma análise histórica dos últimos 500 anos, quando ocorreu a queda de uma civilização e o aparecimento de outra. Uma queda que ainda hoje não está resolvida", acrescentou López Llera.

O especialista conclui sua análise, afirmando que "mediante a colonização, na América Latina impôs-se uma série de valores próprios da cultura européia, que impossibilitam o desenvolvimento das populações autóctones".

## BENEDETTI

Reflexões sobre os escombros  
que a ditadura deixou

**M**ario Benedetti tem mais de 50 livros publicados, traduzidos em 23 idiomas. Autor de romances, contos, poesias, teatro, ensaios, roteiros de filme, crônicas de humor, letras de música, teve um reconhecimento que poucos escritores conseguem: de seus romances, *La Tregua* foi publicado em 16 países, traduzido em 12 idiomas e adaptado para o teatro, rádio, televisão e cinema. (Em 1987, foi publicada a 67ª edição). O filme, baseado nesse romance, dirigido em 1974 por Sergio Renán, foi finalista na escolha do Oscar, concorrendo à melhor produção estrangeira. Em televisão, a sua versão dirigida em 1980 por David Stivel, na Colômbia, ganhou o prêmio de melhor série de TV.

Entre seus numerosos prêmios e condecorações, cabe destacar o que lhe foi conferido em 1987 pela Anistia Internacional (*Llama de Oro*), por seu romance *Primavera con una esquina rota*.

Sua peça de teatro *Pedro y el capitán* obteve, em 1984, no México, o prêmio de melhor obra estrangeira.

Depois de sua viagem a Buenos Aires, onde participou da recente Feira do Livro, o escritor uruguaio, nascido em 1920, na cidade de Paso de los Toros, viajou para Brasília, a convite da Unesco e do governo do Distrito Federal, para participar de um encontro de intelectuais latino-americanos. Do Brasil, Benedetti ia para o México – para assistir ao lançamento da edição local do seu último livro (*Yesterday y mañana*) – e, em seguida, para a Espanha, onde deve permanecer até fins de agosto, atendendo a numerosos compromissos com universidades espanholas.

No Brasil, Mario Benedetti concedeu essa entrevista exclusiva a **terceiro mundo**<sup>1</sup>, em que fala de seus projetos, seu exílio, suas reflexões sobre a vida e a morte e das alegrias e decepções do regresso a sua pátria, após um a longa e forçada ausência.

Beatriz Bissio

Atualmente, quais são suas atividades?

– Acabo de terminar o livro de poemas *Yesterday y mañana*, que me manteve ocupado durante este último ano, e também escrevi um conto longo, que se chama "Lembranças esquecidas". Quando chegar em Madri, vou trabalhar em um romance que já está pensado. Geralmente, não costumo falar dos meus projetos, porque quando falo, eles

não dão certo. É uma das minhas poucas superstições.

Além disso, continuo escrevendo poemas, que é meu gênero mais constante.

Em sua obra recente, está muito presente o tema da morte...

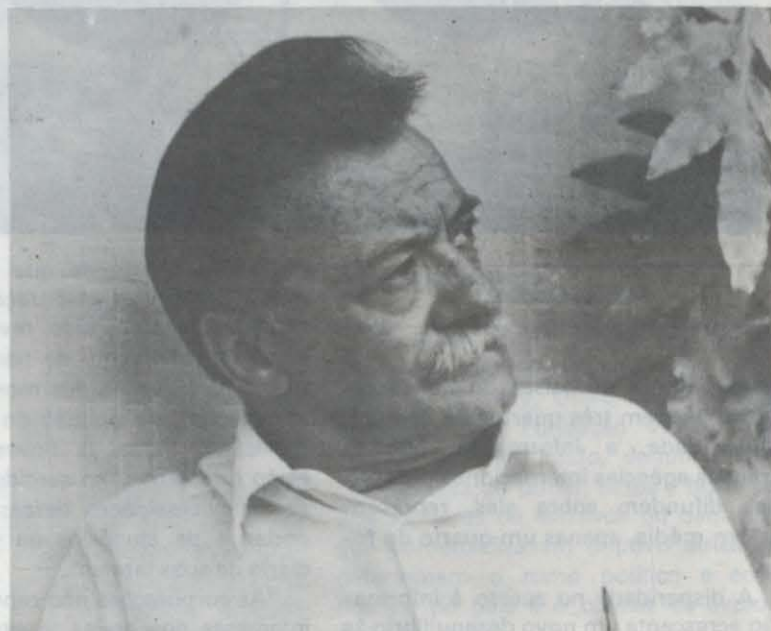
– O tema da morte aparece nos meus livros desde o início. Não ocupava tanto espaço assim, mas meu terceiro livro de contos se chama *La muerte y otras sorpresas*. E em *La Tregua*, a morte de Laura Avellaneda é muito importante,

decisiva para todo o livro.

Mas o senhor reconhece que agora a ênfase é maior...

– É que, sem dúvida, a ditadura é um período durante o qual a morte passa a ser protagonista. E para mim, em particular, ela passou muito perto. Por um lado, morreu meu pai, em 1971. (Na realidade, ainda não era a ditadura, mas a situação já estava muito difícil).

<sup>1</sup> Ver outra matéria com o escritor *cadernos do terceiro mundo* nº 53.



## Yesterday y mañana

□ A seguir, publicamos alguns poemas do último livro de Mario Benedetti, cuja primeira edição foi publicada em Montevidéu, em dezembro de 1987, pela editora "Arca". A respeito dos mesmos, eis o comentário da contracapa da edição uruguaia: "Partindo de um jogo de exclusões aparentes, se resgata tanto o território da fértil nostalgia como o do imperioso futuro, numa unicidade de tempo e homem da qual nunca a verdadeira poesia está isenta".

### DIGAMOS

1.  
Ontem foi yesterday  
para bons colonos  
mas por sorte nossa  
amanhã não é tomorrow

2.  
Tenho um amanhã que é meu  
e um amanhã que é de todos  
o meu acaba amanhã  
mas sobrevive o do outro

### CONFIDENCIAL

Foram jovens os velhos  
mas a vida foi  
se esfumando no espelho

e serão velhos os jovens  
mas não divulguemos isso  
pois até as paredes ouvem

### IL CUORE

Já ninguém grava  
nos muros  
nos troncos  
luís e maria  
raquel e carlos  
marta e afonso

junto a dois corações  
abraçados

agora os casais  
lêem essas vetustas  
incômodas ternuras  
nos muros  
nos troncos  
e comentam  
que bobos  
antes de se separar  
para sempre



Capa da edição uruguaia do último livro de Benedetti

esse vazio.

Além deles, vários companheiros de militância política também foram assassinados e outros torturados – o que não deixa de ser, também, uma forma de morte. Houve alguns jovens que tiveram os seus dentes arrancados; outros, uma mão esmagada ou os submeteram ao submarino "afogamento" e quase os mataram.

A gente sente todas as mortes e todas as torturas. Mas, quando aquele a quem estão torturando trabalhou conosco, sentimos como se fôssemos nós mesmos.

*Sua reflexão sobre a morte não se deve, então, a uma angústia existencial...*

– Estou numa fase de reflexão em relação ao problema da morte, que não é uma coisa descabida, pois já tenho 67 anos... Mas também reflito sobre a vida, o que me exige fazer uma retrospectiva. Mas não é uma etapa excessivamente individualista, ainda que na minha produção literária, pelo menos no meu caso, o estado de espírito tem muita influência. Mas na narrativa, a gente não pode chatear o leitor só com as coisas que acontecem na nossa vida.

E depois morreram pessoas que tinham uma estreita relação afetiva comigo, como Zelmar Michelini<sup>2</sup>, que para mim era como um irmão. Quando nós dois estávamos exilados em Buenos Aires, nos víamos quase todos os dias, falávamos muito de toda a situação política, almoçávamos juntos... Antes de 1973, já tinha uma boa relação com Zelmar, nós dois éramos integrantes da direção da Frente Ampla. Mas, foi o exílio que consolidou a nossa amizade. Sua morte para mim foi terrível.

Desde que o sequestraram, junto com Gutiérrez Ruiz e outros dois compatriotas, até que finalmente apareceram os cadáveres, fiquei preso ao rádio, na expectativa de uma notícia. Durante 15 dias, não consegui sequer sair do quarto do hotel de Havana, onde me

encontrava. Só quando pude escrever o poema que se chama "Zelmar", consegui diminuir a minha angústia. Foram muitas perdas juntas; o mais importante era a parte afetiva, embora também me doesse o que perdemos politicamente com a morte de Michelini. E o mesmo digo em relação a Gutiérrez Ruiz, de quem também era amigo, ainda que com menos intimidade.

*Suas mortes não foram por acaso...*

– Claro que não; aqueles que os mataram, escolheram bem o alvo. Eram duas pessoas essenciais e isso se comprova hoje: são duas ausências tremendas – que são muito sentidas, principalmente no Parlamento – compensadas um pouco por suas viúvas, que têm feito o possível para preencher

<sup>2</sup> O senador Zelmar Michelini (da Frente Ampla) e o deputado Hector Gutiérrez Ruiz (do Partido Nacional) foram sequestrados e assassinados junto com um casal de militantes do MLN (Tupamaros), em maio de 1976. Até hoje, o crime não foi totalmente esclarecido, mas há evidências que comprometem a ditadura uruguaia nesses assassinatos.



#### Sem saída

— *Há outro aspecto marcante em alguns dos seus contos recentes. A temática do homem (ou da mulher) que parece atraído pelas armadilhas do destino. São contos amargos, como essa realidade que se viveu. E o que chama a atenção é a falta de saída para os personagens.*

— Os dois últimos livros de narrativa que fiz, *Geografias* e *Primavera com uma esquina rota*, eu não diria que são "sem saída", embora haja alguns contos muito duros.

Em *Primavera com uma esquina rota*, em um dos contos o personagem principal é um preso político que é libertado depois de muitos anos e viaja para um país latino-americano, onde estão sua mulher e seu filho. Lá, ele se depara com uma realidade que não é a que ele esperava; ela tem um novo companheiro etc.etc.

Mas, na realidade, essas são saídas

individuais que as pessoas encontravam no drama da ditadura e do exílio. A ditadura significa uma ruptura tão brutal na sociedade, na família e no casal, que obriga a sair em busca de opções que permitam sobreviver, de algum modo. A vida real está cheia de casais separados, ou pela ditadura ou pelo exílio.

Há casos em que só um dos cônjuges foi preso. Às vezes, são os dois. Há ocasiões em que um deles não se sente em condições de esperar o outro, outras vezes sim. E quando esperam, seja o homem ou a mulher, às vezes nem sempre acabam ficando juntos depois, porque são muitos, muitos anos. Essa é a realidade. Embora nada impeça que cada um reconstrua sua vida e seja uma vida com esperança, com novas "prestações" de felicidade, diferentes das anteriores.

*Qual foi a reação dos leitores frente a essa temática?*

— Depois de ter publicado esse romance, no qual pensei que estava inventando situações, não imagina as cartas que recebi de pessoas que tinham passado por situações semelhantes. Então se os contos, de certa forma, mostravam uma realidade "sem saída", estavam refletindo a realidade de um determinado momento.

Em *Geografias* existem contos muito fortes, como o que dá título ao livro, ou outro chamado *Balada*. Neste, os personagens, que formam um casal, sabem que, devido à tortura, já não podem ter uma vida sexual ativa, e, mesmo assim, resolvem viver juntos. Mas, como não conseguem suportar essa não-realização do amor, acabam se suicidando.

#### Reflexões sobre os escritores

*Se poderia dizer que suas novelas e contos mais recentes são um retrato da realidade vivida na América Latina, e concretamente no Uruguai, na última década?*

— São reflexões sobre todo o estrago,

## A cultura e a revolução

□ Apesar do destino o ter vinculado mais à revolução cubana, Mario Benedetti expressa um sentimento de ternura quando fala da Nicarágua. Convencido de que o tempo corre a favor da revolução sandinista e de que a postura da América Latina ("inclusive da OEA") fez com que se afastasse a perspectiva de uma intervenção militar norte-americana, Benedetti afirma: "No momento em que se desenvolvem as conversações entre Gorbachev e Reagan e a União Soviética se retira do Afeganistão, a invasão da Nicarágua seria um ponto contra a Casa Branca.

Para o escritor uruguaio há, na revolução sandinista, um elemento particular, que produz um grande impacto: "É um governo de poetas, em um país cujas forças armadas têm uma impressionante quantidade de poetas-militares (mas que escrevem poemas de amor, de temas metafísicos). Essa é a garantia de que a cultura jamais será desprezada".

E acrescenta: "Muitas vezes nos quadros políticos latino-americanos, inclusive das esquerdas, há um menosprezo pela cultura. Não nas figuras de primeira linha, mas nos quadros intermediários que, como faz a direita, às vezes usam a cultura como um vaso de flores, quando serve aos seus fins ideológicos".

Benedetti define a cultura como um "sintoma de plenitude do homem". Por isso, um movimento que luta por um homem novo não pode descuidar dela. "Um homem novo sem cultura é um homem incabado. Por isso, me parece tão reconfortante que na Nicarágua, mesmo nos momentos mais terríveis, a cultura continue tendo importância".



as ruínas, os escombros que a ditadura deixou no ser humano e nas relações humanas. Quem obstruiu a saída das personagens foi a ditadura e não eu.

*E o otimismo, não tem lugar entre tantas ruínas?*

– Sim. Há alguns contos que me parecem, inclusive, mais otimistas do que a minha obra narrativa anterior à ditadura. Como, por exemplo, *Puentes como liebres*, sobre um homem e uma mulher que vêm se encontrando e desencontrando desde a infância e terminam, na velhice, fazendo amor em um trem, na Espanha. Por sorte, esse conto apareceu antes da novela de Gabriel García Márquez *El amor en los tiempos del cólera*. García Márquez não o deve ter lido, porque ele lê muito pouca coisa de escritores latino-americanos. E ninguém vai acusá-lo de ter-se apoderado da minha idéia. Mas, se esse conto tivesse surgido depois, era "plágio" direto. Na verdade, eu não o teria publicado, porque sabia que a acusação seria essa.

*Alguns contos falam de esperança?*

– Sim. "Não era orvalho" é um conto no qual, em plena ditadura, um homem entra no Uruguai pela fronteira com o Brasil. Dorme no campo e sonha que está se aproximando de sua casa e vê tirarem dela uma pessoa morta. Percebe que aquela pessoa morta é ele, mas em vez de se desanimar, disse: "Sim, esse é o homem que eu fui, que realmente morreu". Quer dizer, a personagem tira uma mensagem positiva do sonho, apesar dele ser chocante. É um conto com esperança. E como esse há outros.

#### Os do outro lado

*Em alguns casos, incursiona na problemática do verdugo...*

– Sim. Tem um conto sobre o exílio de um torturador, filho de um alemão sobrevivente do *Graff Spee*<sup>3</sup>, que tinha absorvido muito a ideologia nazista do pai; segue a carreira militar etc. Anos antes, ele havia tido um relacionamento

com uma mulher, cuja filha considerava como se fosse sua. Ele se separa da mulher, vem a ditadura, e seus subalternos lhe reservavam geralmente umas moças, para que ele a violentasse. Um dia, o chamam e lhe entregam uma mulher. Quando ele já estava violentando-a, lhe tira o capuz e descobre que é aquela menina. Nunca mais consegue esquecer a cena, sonha com ela constantemente, até que decide ir embora do país. Deserta, foge para a Alemanha, para Uberlingen *perto de onde Hitler vivia* (eu realmente estive ali, conheço bem o lugar). Depois de um mês, ele continua

sonhando com a cena. Passa mais um mês até que ele pára de sonhar. Mas quando acredita que tudo passou, volta a sonhar.

É um conto duro, porém, duro com o torturador.

*E sobre o remorso de quem não suportou a tortura?*

– Em *Geografías*, há um conto que aborda esse tema. É um homem que está na Espanha, com sua companheira. Mas, alguma coisa aconteceu: quando ele esteve preso, foi muito torturado e, então, para dizer alguma coisa, ele dá o

## O poeta e o cantor



Nacha Guevara e Joan Manuel Serrat

Como poeta, Mario Benedetti tem tido algumas alegrias (e reconhecimentos) muito especiais: mais de 30 cantores, entre eles alguns famosos internacionalmente como Joan Manuel Serrat, Soledad Bravo, Isabel Parra, Pablo Milanês, Los Olimareños, Alfredo Zitarroza, Daniel Viglietti e Nacha Guevara, cantam seus poemas. Dessa simbiose, Benedetti afirma ter tirado experiências muito ricas: "Gosto muito de trabalhar com cantores. Na comunhão *poeta-músico, poeta-cantor* cada um tem coisas que aprender com o outro".

Quando o papa visitou a Argentina, uma das canções que o povo cantou tinha letra de Benedetti, o que deixou o poeta muito feliz. "Algumas canções se tornaram muito populares, a ponto de, às vezes, o povo não saber de quem são", assinala. Entre as suas lembranças mais agradáveis, Benedetti cita um recital seu na Cidade do México, junto com a cantora argentina Nacha Guevara. "Quando acabou o espetáculo que fazíamos juntos, ninguém safa. A Nacha não gostava de dar bis, mas diante da insistência da platéia, disse: 'Nós não damos bis. Se vocês querem cantamos *Te quiero* (música feita com um poema de Benedetti), mas canta todo mundo'. E foi incrível: duas mil pessoas cantaram *Te quiero*. Todos sabiam a letra. Até eu tive que cantar..."

Joan Manuel Serrat escolheu Benedetti para fazer com seus poemas um dos seus discos mais recentes, "O sul também existe", que é justamente o nome de uma das poesias do escritor uruguaio que ele canta nesse long-play.

"O disco que fizemos – comenta Benedetti – foi uma honra para mim. Os poetas que Serrat cantou anteriormente foram Machado e Hernández<sup>1</sup>. Ele me disse que sempre quis fazer um disco com um poeta vivo, para poder trabalhar junto com ele. E me escolheu."

<sup>1</sup> Antonio Machado (1865-1939) e Miguel Hernández (1910-1942) são os dois maiores poetas da Espanha.

<sup>3</sup> Navio de guerra alemão que foi afundado no litoral uruguaio; muitos dos sobreviventes se estabeleceram nesse país.

endereço de uma casa onde sabia que já não morava ninguém. Mas, alguém tinha se refugiado ali; o encontram e o matam. Então, ele fica com remorsos, mesmo não sendo responsável pelo que aconteceu. E decide ir a um balneário para se matar. Entra lentamente no mar e vai recordando sua vida. O conto é isso: a recordação de sua vida enquanto entra no mar. Em seu quarto tinha deixado um envelope, para sua mulher, onde diz porque se mata. Ele sabe que ao meio-dia chega a empregada, que vai encontrar o envelope. Quando a água está na altura de sua boca, ouve, bem próximo, gritos de socorro de uma criança que estava se afogando. Então, isso é mais forte do que a sua intenção de se suicidar e ele decide salvá-la.

É como se, salvando a vida daquela criança, estivesse compensando a perda involuntária daquela outra vida. E sai correndo para o quarto, para que a empregada não veja o envelope.

*Neste caso, a personagem encontrou uma saída...*

– Eu não me oponho a que meus personagens encontrem uma saída. Mas, às vezes, é impossível encontrá-la.

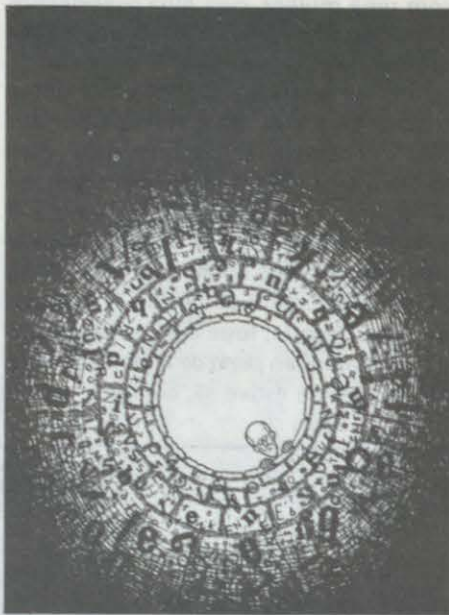
#### Cada público, uma interpretação

*Apesar de sua obra ter uma temática tão complexa como esta que estamos analisando, o senhor é um autor editado em numerosos idiomas. Seus contos, seus romances, chegam a leitores de experiências pessoais e sociais muito diferentes. Como sentiu o reflexo de sua mensagem em públicos tão diversos?*

– Tem de tudo. Minha obra de teatro *Pedro y el capitán* foi exibida em muitos países. Mas me recordo em particular de um caso: foi quando me convidaram para a estréia de sua versão norueguesa, em Oslo, representada pela principal companhia desse país. Foi uma rara experiência, a de estar vivendo uma obra da qual não entendia o idioma, mas sabia o que estava se passando.

*E a mensagem do diálogo que se trava na obra entre o torturado e o torturador, foi entendida pelo público norueguês?*

– Sim, ainda que curiosamente, para eles era como assistir a um episódio da



ocupação nazista. Apesar de que, o ator que fazia o papel de "capitão" tinha um pequeno escudo uruguaio em seu uniforme norueguês.

*Um escudo uruguaio? E onde o conseguiram?*

– Eu explico: na Noruega, depois da estréia sempre dão um banquete. E eu, como autor, estava entre o diretor e o ator principal...

Perguntei ao ator: "De onde tiraram esse escudo que o capitão usava no quêpi?" E me respondeu: "Pedimos à embaixada uruguaia. Não dissemos bem para o que era, mas pedimos e eles nos cederam". Uma mostra da *esperteza norueguesa*, que não é tão diferente da esperteza de nossa gente.

Por outro lado, existem romances meus que se referem à classe média, ao funcionário público burocrata, aspectos que acho que existem em outros países.

*Como autor, tem boa comunicação com os jovens?*

– Sempre me comuniquei muito bem com os jovens em todos os países que estive, com algumas exceções no meu próprio país. Alguns jovens meio agressivos que apareceram no Uruguai, me atiraram pedras. Mas, em geral, começando pelos jovens do meu país, me comunico muito bem com eles. Tratos como jovens e pronto. Não como intelectuais.

#### A rota do exílio

*O senhor saiu do Uruguai para a Argentina, dali para o Peru e depois para Cuba e Espanha. Como foi esse percurso?*

– Creio que corri mais perigo na Argentina do que no Uruguai. Meu nome foi incluído numa das listas da "Tríplice A" (Aliança Anticomunista Argentina), apesar de praticamente não realizar atividades políticas lá, pois já vínhamos de uma derrota, em meu país.

Fui para o Peru, o único país onde estive preso. De lá, fui deportado, novamente, para a Argentina. Volto ao Peru, atendendo a um convite do general Leonidas Rodríguez, uma das principais figuras do governo do general Velasco Alvarado, mas poucos dias depois já estavam me procurando de novo.

Foi, então, que decidi ir para Cuba, onde estive por quase quatro anos, trabalhando na Casa das Américas. Foi minha segunda etapa em Cuba. A primeira não tinha sido como exilado; haviam me contratado para fundar e dirigir o Centro de Pesquisas Literárias da Casa das Américas, de cujo Conselho de Direção fiz parte nas duas oportunidades que morei lá. Foi muito importante para mim, integrar a direção de um organismo da Revolução, ver, por dentro, como funcionava esse processo.

*Quando o senhor foi embora de Cuba, surgiram especulações de possíveis divergências com a Revolução...*

– Fui para a Espanha não por divergências com a revolução cubana, como foi divulgado em vários lugares. Pelo contrário, continuei vinculado a Cuba, e vou lá quase todos os anos. Deixei Cuba porque nós, exilados, entendemos que o povo cubano já estava conscientizado de que a ditadura uruguaia era ruim. Mas, em compensação, na Espanha ainda havia muito por fazer. E, efetivamente, na Espanha trabalhei muito contra a ditadura. E fiquei lá até que pude regressar ao Uruguai, em 1985.

*E atualmente divide seu tempo entre Uruguai e Espanha...*

– Mantenho minha casa em Madrid e por isso posso voltar todos os anos, para me dedicar ao trabalho que tenho na Europa, que é bastante. ●

# SUPLEMENTO

# BRASIL



Desde que os trovões divinos condenaram a manifestação do que poderia ser considerado o primeiro empreendimento imobiliário de vulto e o protótipo dos arranha-céus – a torre de Babel – os homens conhecem o desentendimento e a confusão das línguas, segundo a versão bíblica. De lá para cá, as línguas se multiplicaram, muitas morreram, outras nasceram, quase todas se misturaram e algumas frutificaram em ramos diferenciados, a partir de uma mesma raiz. A presença do homem sobre a face do planeta é a aventura de sua insistência em sobreviver e a aventura da palavra, os dois pés sobre os quais se assentaram os povos. Diferenciando grupos e cimentando sociedades, cada língua experimenta as vicissitudes da sua comunidade, evolui com ela, empresta e toma emprestado, modifica conceitos, mistura-se, parteja outros falares. É um dado social, econômico, político, estratégico, um elemento de fixação cultural, de auto-reconhecimento e também de dominação.

Algumas reflexões sobre este tema é o que o **Suplemento Brasil** traz nesta edição de **terceiro mundo**: as reações do português lusitano ao primeiro impacto do consumo de brasileirismos de novela, a trajetória do romeno, preservando raízes latinas num contexto eslavo, a recém-iniciada experiência de uma nação poliglota, como Moçambique, e o fenômeno do *portunhol*, que surge na convivência diária dos fronteiriços uruguaio-brasileiros.

Outro tema de destaque nesta edição refere-se ao dilema em que se debate ainda o Brasil, na questão dos transportes: insiste-se na exclusividade da opção rodoviária, relegando-se outros meios de transporte, em especial o trem, que já mostrou sua importância no desenvolvimento nacional e que continua a ser modalidade preferencial na maioria dos países desenvolvidos. Um assunto que **terceiro mundo** considera fundamental e urgente, num país de dimensões continentais.

#### **Caminhos do Brasil**

*O país precisa redescobrir o trem, para viabilizar sua integração*  
p. 50-54

#### **A solução do biogás**

*Experiências aprovaram o uso do gás natural e do biogás em automotores*  
p. 55-56

#### **A divisão do bolo**

*O que pode mudar para estados e municípios com a reforma tributária*  
p. 57-58

#### **O alerta da emigração**

*O Brasil se transforma em exportador de mão-de-obra*  
p. 58

#### **Uma sociologia da inflação**

*A crise mexe com o bolso, a panela e também com o comportamento das pessoas*  
p. 59-60

#### **Maio**

*Os acontecimentos do mês e a largada da corrida presidencial*  
p. 61-62

#### **Uma revolução na educação?**

*Dois reitores analisam a maior percentagem dos orçamentos para o ensino*  
p. 63-64

#### **A criativa agitação do idioma**

*O portunhol existe? Na fronteira uruguaio-brasileira, um linguajar se forma*  
p. 65-71

#### **O museu reconta a história**

*Com criatividade, um museu carioca aproveita as artes do cinema*  
p. 72



# Caminhos do Brasil

Afogado pelo custo de opções irracionais de transporte, o país resiste a redefinir suas maneiras de integrar imensas regiões e fazer circular riquezas

Neiva Moreira

**A** viagem de um DC-3 de São Luís ao Rio levava um pouco mais do que o voo Rio-Tóquio pelos DC-10 de hoje. Saíamos com o sol, pernoitávamos em Recife para alcançar o Rio ao anoitecer do dia seguinte. Voar naqueles tempos era um privilégio, mas também uma aventura. O voo rodeava-se de prestígio, mas de ansiedade e mistério.

Confesso, no entanto, que deslumbramento e emoção maior senti quando tomei o trem na velha Flores, de Odilo Costa Filho, nos 350 quilômetros para São Luís. A ponte sobre o Parnaíba ainda não estava construída e a ponta dos trilhos da São Luís-Teresina ficava naquela cidade, frente à capital do Piauí, no lado maranhense do "velho monge" do poeta Da Costa e Silva.

Era o tempo da Maria Fumaça, que João do Vale consagrou na sua canção famosa:

"Peguei o trem em Teresina

p'ra São Luís do Maranhão. Atravessei o Parnaíba ai, ai, que dor no coração. O trem danou-se, naquelas brenhas, soltando brasa, comendo lenha, comendo lenha e soltando brasa. Tanto queima como atrasa.

O trem já era, em si, uma reportagem, sobretudo a sua segunda classe da qual era cliente. Migrantes nordestinos em busca dos vales úmidos do Maranhão, sacos de babaçu, buliçosos animais domésticos, estações regorgitantes de gente que entrava e saía. Garotos in-

quietos gritando os manjares mais típicos da culinária regional, tão abundante ao longo dos trilhos.

Nasceria daí uma relação pessoal, a princípio emocional, e depois lógica e racional, com os trens.

Jornalista, participei de muitas campanhas em favor da recuperação da estrada de ferro no meu estado e, na Câmara, incluí-me entre os "congressistas ferroviários", empenhados não apenas em melhorar as ferrovias, mas também em ampliá-las. Não nasci, como o deputado Brandão Monteiro, em família de ferroviários, despertando pela madrugada com: o apito do trem da S. Luís-Teresina. Mas, alistei-me, desde cedo, na luta pelas ferrovias.

viável, terminou desativado, em favor da rodovia.

Em um debate na Câmara, denunciávamos o abandono da São Luís-Teresina, "caindo aos pedaços sem condições de atender às necessidades mínimas da produção", quando o caciquismo dela afastaram Jadhriel e seus competentes auxiliares.

Nessas lutas faltava ao grupo parlamentar, que defendia a prioridade das ferrovias, maior conhecimento do problema e clareza sobre o fundo da controvérsia – a força do lobby rodoviário – uma poderosa combinação de vendedores de combustível, de veículos e de pneus, associado aos enormes interesses concentrados em torno da constru-

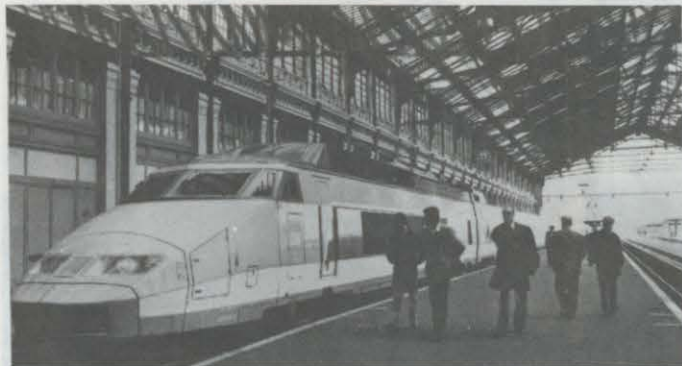
ção norte-sul e litoral-centro.

Notáveis engenheiros brasileiros viram: com clareza esse problema, mas seus projetos não saíram das pranchetas ou pouco avançaram.

Desde a inauguração da primeira estrada de ferro no Brasil; foram construídos 30 mil quilômetros de ferrovia – um número extremamente baixo se comparado com outros países, inclusive de extensão territorial menor que a nossa, como a Argentina (36 mil) e a Austrália (41 mil).

Além de poucas, as ferrovias brasileiras estão mal distribuídas, limitando-se às proximidades do litoral.

Essa situação contribuiu para provocar uma concentração industrial e po-



O trem: é o sistema preferido dos europeus para médias e longas distâncias – e no metrô urbano – o que racionaliza o transporte

No governo de Vargas, lutamos para a indicação do engenheiro Jadhriel de Carvalho como diretor da estrada de ferro. Um profissional progressista, que havia cometido o pecado de ler Marx e desafiar os velhos caciques da terra, a nomeação de Jadhriel foi uma dura batalha vitoriosa contra as oligarquias e – depois descobriremos com clareza – o lobby das rodovias, já então fortalecido. Sob a administração desse engenheiro competente e eficaz, a São Luís-Teresina mudou e os seus serviços até então decadentes conquistaram a confiança dos usuários. Como diria o poeta Vinícius: "Foi bom enquanto durou..."

Outra batalha no jornal e na Câmara foi a reivindicação da conclusão das obras do ramal Coroa-Pedreiras. À época, estavam quase prontos 63 dos 82 quilômetros, mas o governo cortou as verbas, as obras pararam e o ramal, apesar de necessário e economicamente

ção das rodovias.

#### O assalto aos trilhos

O que se passava com a São Luís-Teresina era, no entanto, uma modesta amostra do assalto aos trilhos que alcançaria, inclusive, patrimônios nacionais, como a Madeira-Mamoré, epopéia de penetração econômica e em cuja trilha ficaram para sempre cerca de três mil trabalhadores brasileiros e estrangeiros<sup>1</sup>.

Não se tratava de integrar trilhos e rodovias, como seria desejável, segundo um modelo universalmente aplicado. Substituíam-se os trilhos pelo caminhão e se bloqueava a expansão da malha ferroviária. No entanto, basta olhar para o mapa do Brasil para se concluir que a integração hidrovias-ferrovias-rodovias, é decisiva para o desenvolvimento equilibrado do país, com uma eficaz li-

pulacional junto à costa, acarretando uma péssima utilização do território e um subaproveitamento agrícola, mineral e energético.

Essa situação favoreceu o alto custo do abastecimento interno, gerando inflação, e também os graves problemas de tensões sociais, caracterizados pelas disputas de terra e o fenômeno consequente da favelização das grandes cidades. Sem falarmos na flagrante desconexão entre o Norte e o Sul do país, sintetizada em um perverso perfil de desigualdades regionais, perpetuadas por um fluxo migratório constante.

Estatísticas do IBCE revelam que, no período 1975/1985, a disponibilidade de áreas produtivas – isto é, o total de terras produtivas não-aproveitadas – caiu de 3,7 milhões de hectares para dois milhões de hectares na região Sul. No Centro-Oeste aconteceu uma situação inversa e o volume de terras aptas à

agricultura cresceu de 6,5 para 8,3 milhões de hectares. São áreas que foram abertas, mas que devido às precárias condições de infra-estrutura – notadamente transporte e armazenagem – não foram ainda incorporados ao sistema produtivo do país.

Planos ousados, iniciativas pioneiras e esforços técnicos não faltaram no sentido de romper essa espécie de "Tordesilhas dos trilhos", interligando o país. No caso da Norte-Sul, além do projeto de Rebouças, de 1874, bem antes da Abolição e da República, também os engenheiros Oliveira Bulhões e Paulo de Frontin tomaram iniciativas semelhantes.

O presidente Getúlio Vargas, no Plano Central de Viação Nacional, reafir-

Passou a ser diferente quando o preço do óleo cru subiu de menos de quatro dólares para mais de vinte, no chamado "choque do petróleo". O caminhão passou a ser antieconômico para as grandes distâncias.

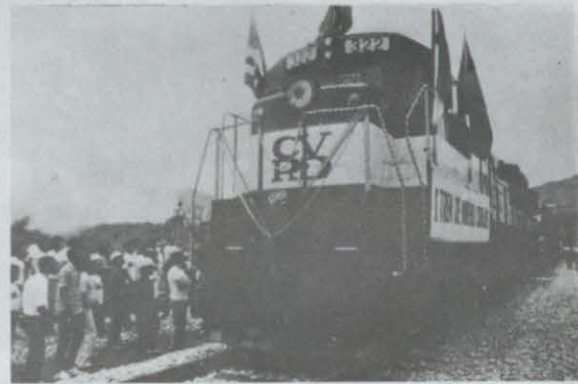
Hoje, 62% de toda a carga que circula no país são transportados por caminhões a diesel, uma situação sem similar em qualquer país do mundo e que cria uma distorção insuportável à nossa economia.

Com uma demanda interna de óleo diesel cada vez maior e a restrição ao consumo de gasolina, provocada pela larga aceitação do álcool – 95% dos carros novos são movidos a álcool –, a Petrobrás enfrenta um desequilíbrio perigoso. Perde no subsídio do diesel e

agravado mais ainda se a Petrobrás, ao invés de óleo já refinado, elevasse suas compras de petróleo.

A Petrobrás apresentou um prejuízo de 33 bilhões de cruzados no primeiro semestre de 1987, uma situação que se modificou no segundo, sem contudo, alterar as causas maiores do problema. O prejuízo foi provocado por uma série de fatores, entre os quais um forte desequilíbrio na demanda interna de combustíveis. Esse descompasso, por sua vez, provoca sérios reflexos no fracionamento do petróleo.

A atual demanda interna de combustíveis é caracterizada por uma retração no consumo de gasolina (em detrimento do álcool) e um excessivo consumo de óleo diesel.



Da Maria Fumaca à moderna loconotiva, a ferrovia é irbatível na relação custo/carga: só o trem viajilizou Carajás

mcu o traçado, apenas trocando Brasília, que não existia, por Formosa, no Planalto Central. Vários estudos se ocuparam da outra grande via ferroviária de penetração, a que liga o oeste distante ao Atlântico.

#### O consumo do diesel

E por que esse projetos foram abandonados? Inúmeros serão os fatores, sobretudo a ausência de vontade política de implantar um Plano Nacional de Transportes, com uma visão segura do futuro. Mais recentemente, talvez o mais influente, foi o custo do óleo diesel e o fácil acesso às suas fontes de abastecimento.

Até que os árabes despertassem para a justa remuneração do petróleo, foi fácil e barato alimentar caminhões e automóveis com o combustível do Golfo.

do álcool. A grande empresa estatal se vê obrigada a refinar cada vez mais petróleo para obter cada vez mais óleo diesel. Isto é, acaba importando cada vez mais petróleo para produzir diesel.

Assim, "sobra" gasolina, o que é para o público um desses estranhos mistérios da nossa política petrolífera.

Como o custo de estocagem é alto, a Petrobrás procura livrar-se do excedente de gasolina, exportando o produto a preços que sequer cobrem os custos de refinamento. O volume de exportação da gasolina pela Petrobrás supera o consumo interno.

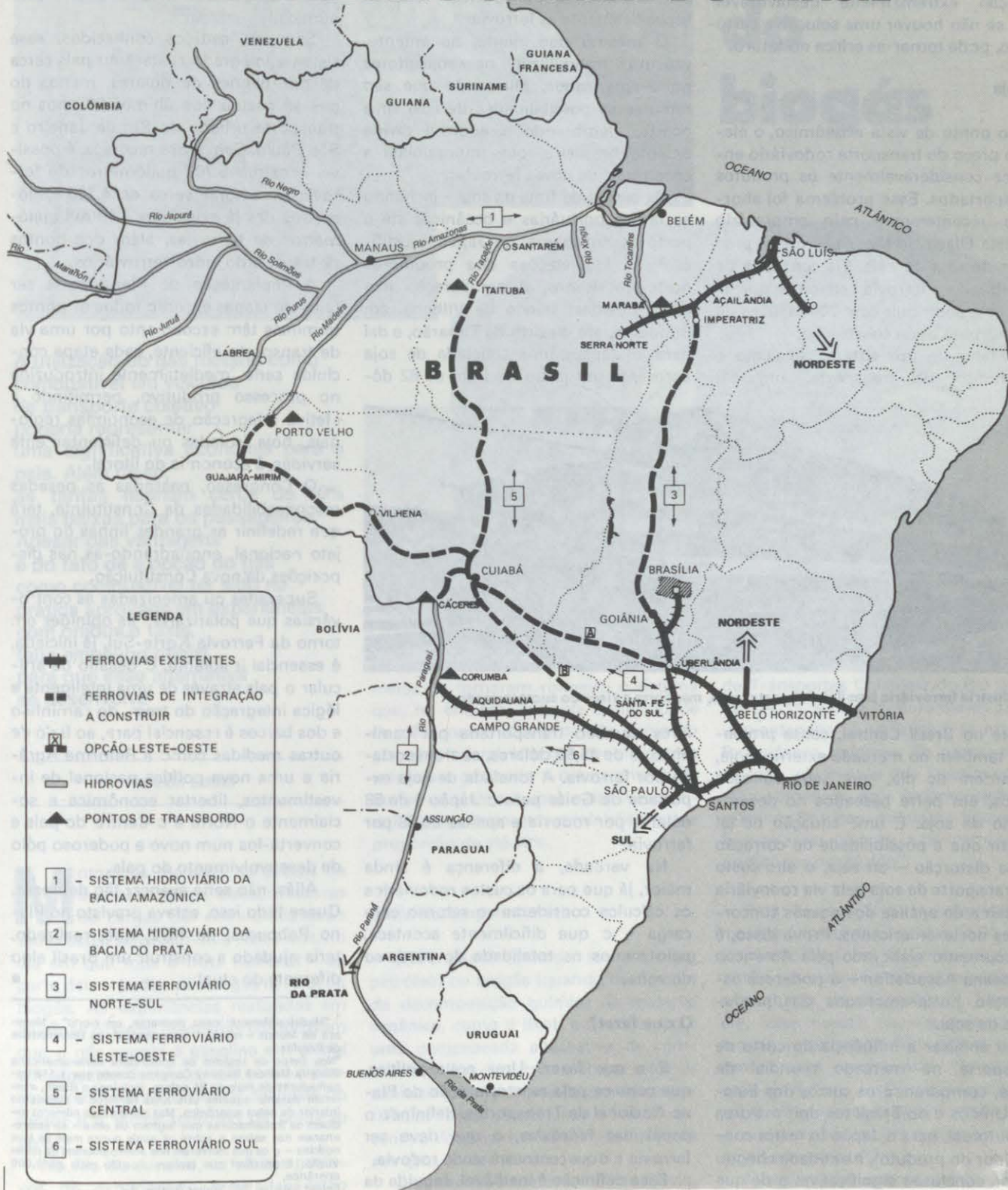
Mesmo assim, o óleo diesel produzido é insuficiente para atender à crescente demanda. Isso obriga a Petrobrás a importar o diesel em volumes cada vez maiores, arcando com os custos externos de refinamento. Em função do desequilíbrio interno, o quadro seria

"Mantido o atual ritmo de consumo de óleo diesel, as importações do Brasil passarão dos atuais 20 mil barris por dia para 200 mil, ou seja cinco milhões de dólares diariamente em 1995", adverte a jornalista Fátima Belchior na "Gazeta Mercantil". Assinale-se que, para cada litro de gasolina vendido nos postos, são comercializados três litros de óleo diesel.

Essa situação torna-se mais grave ainda, quando se observa que, para o consumidor, o óleo diesel custa pouco mais de um terço do preço da gasolina. Isso significa que um produto de menor consumo – a gasolina – acaba subsidiando fortemente um outro de maior consumo – o diesel.

Nos Estados Unidos, onde o consumo do óleo diesel é menor que o de gasolina, o preço do óleo é maior que o preço da gasolina.

# UM PLANO PRELIMINAR DE TRANSPORTE PARA A REGIÃO CENTRAL DO BRASIL



Essa distorção se reflete no Brasil no preço da gasolina e do álcool e cria para o país, e a Petrobrás em particular, uma situação extremamente desfavorável que, se não houver uma solução a curto prazo, pode tornar-se crítica no futuro.

#### A soja

Do ponto de vista econômico, o elevado preço do transporte rodoviário encarece consideravelmente os produtos transportados. Esse problema foi abordado recentemente pelo empresário paulista Olacir de Moraes, o maior produtor de soja do país. Ele considera de tal urgência a ferrovia este/oeste que se propõe a contribuir com 200 milhões de dólares para a sua construção.

A falta de um sistema eficiente e econômico de transporte, principal

os Estados Unidos poderão perder algumas das atuais vantagens comparativas, caso o Brasil aperfeiçoe o seu próprio sistema de transportes — citando especificamente as ferrovias.

O mesmo documento, no entanto, procura tranquilizar os sojicultores norte-americanos, afirmando que são remotas as possibilidades de isso vir a ocorrer, lembrando a enorme dívida externa brasileira, que impossibilita a construção de novas ferrovias.

Os custos de frete da soja — incluindo as tarifas portuárias e oceânicas até o porto de Yokohama, no Japão — justificam as inquietações dos produtores norte-americanos. A comparação não deixa dúvidas: saindo de Vilhena, em Rondônia, até o porto de Tubarão, e daí para o Japão, uma tonelada de soja apresenta um custo de frete de 82 dó-

construção das novas ferrovias (ver Quadro), que estabelecerão, com as hidrovias e rodovias, um sistema nacional de transporte eficaz, articulado e econômico.

Segundo estudos conhecidos, esse sistema integrado custará ao país cerca de dez bilhões de dólares, menos do que se gastou nos últimos 20 anos no transporte urbano de Rio de Janeiro e São Paulo. Com esses recursos, é possível construir 5.700 quilômetros de ferrovias, melhorar cerca de 4.700 quilômetros das já existentes e 10 mil quilômetros de hidrovias, além dos pontos de transbordo hidro-ferroviários.

A implantação do Plano pode ser feita em etapas e, como todos os pontos terminais têm escoamento por uma via de transporte eficiente, cada etapa concluída seria imediatamente introduzida no processo produtivo, permitindo a efetiva integração de economias regionais, hoje isoladas ou deficientemente servidas, à economia do litoral.

O Congresso, passadas as pesadas responsabilidades da Constituinte, terá que redefinir as grandes linhas do projeto nacional, enquadrando-as nas disposições da nova Constituição.

Superadas ou amenizadas as contradições que polarizaram as opiniões em torno da Ferrovia Norte-Sul, já iniciada, é essencial ir adiante. O desafio de articular o país através de uma inteligente e lógica integração do trem, do caminhão e dos barcos é essencial para, ao lado de outras medidas como a Reforma Agrária e uma nova política nacional de investimentos, libertar econômica e socialmente o Norte e o Centro do país e convertê-los num novo e poderoso pólo de desenvolvimento do país.

Aliás, não seria avançar tão depressa. Quase tudo isso, estava previsto no Plano Reboças, de 1872, que, realizado, teria ajudado a construir um Brasil algo diferente do atual.



A indústria ferroviária brasileira exporta trens, mas corre o risco do sucateamento

mente no Brasil Central, causa problemas também no mercado externo, hoje, na ordem do dia, com seus vultosos saldos, em parte baseados no desempenho da soja. É uma situação de tal ordem que a possibilidade de correção dessa distorção — ou seja, o alto custo do transporte da soja pela via rodoviária — é tema de análise dos nossos concorrentes norte-americanos. Prova disso, é o documento elaborado pela American Soybeans Association — a poderosa associação norte-americana dos produtores de soja.

Ao analisar a influência do custo de transporte no mercado mundial de grãos, comparando os custos dos Estados Unidos e do Brasil (os dois maiores produtores), para o Japão (o maior consumidor do produto), a entidade chegou a uma conclusão significativa: a de que

lares, quando transportada por caminhão, e de 45,80 dólares, se transportada por ferrovia. A tonelada de soja exportada de Goiás para o Japão é de 58 dólares por rodovia e apenas de 38 por ferrovia.

Na verdade, a diferença é ainda maior, já que para os custos rodoviários os cálculos consideram o retorno com carga — o que dificilmente acontece, pelo menos na totalidade do percurso de volta.

#### O que fazer?

E o que fazer? Uma nova política, que comece pela reestruturação do Plano Nacional de Transportes, definindo o papel das hidrovias, o que deve ser ferrovia e o que continuará sendo rodovia.

Essa definição é inadiável, seguida da

<sup>1</sup> "Madeira-Mamoré: cada dormente, um morto" — Menezes de Moraes — revista "Humanidades", da Universidade de Brasília.

\*Nos livros de registro da construtora norte-americana Madeira-Mamoré Railway Company consta que 1.552 trabalhadores de mais de 25 países, incluindo o Brasil, morreram durante aqueles seis anos heróicos e difíceis no interior da selva amazônica. Mas como esses números excluem os trabalhadores que fugiram da obra — se embrenharam nas selvas e sobre os quais nunca mais se teve notícias — e os que morreram nos acampamentos da construção, é provável que tenham morrido mais de 3.000 operários.

Fotos: Simefre, 5/6; Walter Santos, 1





## A solução do biogás

A utilização do gás metano como combustível em veículos de transporte coletivo poderia representar uma significativa economia para o país. Além disso, as tarifas ficariam cerca de 50% mais baixas para os passageiros. Apesar das vantagens e do fato de a opção do gás como combustível ter sido na prática aprovada em experiências com ônibus e táxis, falta empenho oficial para que essa alternativa se desenvolva

Nereida Daudt

**M**otoristas de táxis, empresas de ônibus e firmas transportadoras de cargas por caminhões terão seus custos sensivelmente reduzidos, no dia em que toda a frota nacional – ou parte dela – puder utilizar gás natural ou biogás. As experiências realizadas em algumas cidades brasileiras comprovam que o gás supera a gasolina e o álcool em aspectos decisivos, tais como o preço, o rendimento, o menor desgaste do motor e o índice reduzido de poluição do ar.

No Rio de Janeiro, os efeitos positivos de experiências realizadas estão

atraindo um número crescente de motoristas de táxis e empresas a buscarem meios de tornarem rotineiro o sistema que, no entanto, enfrenta a dificuldade de não contar com o devido apoio do governo federal. Um dos benefícios dos veículos a gás seria o barateamento de tarifas de táxis e ônibus e das mercadorias transportadas por caminhões, numa proporção de até 50%.

### Eficiente, limpo e barato

Gás natural (quando associado ao petróleo) ou biogás (quando decorrente da decomposição química de material orgânico, como o lixo), o gás metano é uma comprovada alternativa de combustível. Por isso, quem chega a tomar conhecimento dos resultados das experiências feitas, não entende a falta de incentivo do governo federal à difusão de seu uso.

O engenheiro mecânico Lúcio Flávio,

que coordenou a transformação de parte da frota de ônibus da Companhia de Transportes Coletivos do Rio de Janeiro-CTC para a mistura diesel/gás, só vê vantagens na utilização do metano. Entusiástico defensor do programa do metano, ele explica que “qualquer matéria orgânica em decomposição dá metano. Por isso, enquanto houver ser humano no planeta, este combustível poderá ser produzido”.

Para Lúcio Flávio, o programa do metano é muito mais profundo do que a Comissão Nacional de Energia imagina: “Até agora, ela só está preocupada com a produção do gás natural”. Segundo ele, falta investir na interiorização do biogás, capaz de permitir ao homem do campo uma considerável melhoria de vida, pois “não será mais necessário ir até à cidade para adquirir combustível, já que ele pode ser produzido em biodigestores caseiros”.

O engenheiro aponta como política a





○ uso do gás natural ou do biogás, extraído do lixo urbano, reduz custo da tarifa

desvantagem que afeta a difusão do emprego do gás, uma vez que "o governo empregou muito dinheiro no Programa do Pró-Álcool e, talvez por isso, o projeto do gás esteja preso até hoje". Já a questão técnica está superada, de acordo com ele, através da melhoria na centelha dos motores de automóvel e, nos ciclos diesel, com uma injeção contínua de óleo no gás.

"Apesar das vantagens, como consumo fácil, diminuição da poluição e poder de interiorização, a Comissão Nacional de Energia ainda não definiu quanto o consumidor vai pagar pelo produto", lastima Lúcio Flávio. Embora se saiba que entre os combustíveis o gás é o mais barato, o projeto ainda está na prateleira, porque, "enquanto não se estabelecer um preço, empresário algum vai arriscar o investimento, sem saber exatamente seu custo", complementa.

#### A sobrevivência dos táxis

Em 1986, o motorista de táxi Manoel Azevedo leu reportagens estrangeiras e soube também que, em São Paulo, era vantajoso em carros o uso do GLP, o gás liquefeito de petróleo, empregado como gás de cozinha. Resolveu arriscar. Primeiro, solicitou ao governo do Rio de Janeiro que a Companhia Estadual de Gás-CEG passasse a fornecer gás para abastecer 10 carros. No ano passado, fundou a Gáscoop, cooperativa de motoristas de táxi que possui hoje 332 associados e da qual se tornou

o presidente.

Manoelzinho, como é conhecido entre os motoristas, diz que o resultado foi sucesso absoluto: "Chegamos a suspender 2.300 novas inscrições na cooperativa, porque não poderíamos garantir o fornecimento do combustível".

O presidente da Gáscoop lamenta o que ocorreu com a mudança do governo estadual no ano passado: "O gás da CEG foi cortado, ficamos durante cinco meses abastecendo com álcool nossos carros a gás". Cálculos realizados na Gáscoop mostraram que, nesse período, o gasto com álcool foi de Cz\$ 32 mil por carro, quando, com o gás, o motorista economizaria quase 80%, pois pagaria apenas Cz\$ 7 mil.

O atendimento vem sendo feito, atualmente, pela estação de biogás da Companhia Municipal de Limpeza Urbana-Comlurb, da prefeitura carioca, mas ela não possui capacidade para atender às necessidades de combustível da Gáscoop.

Contribuir para a não poluição da cidade é, na opinião de Geraldo Caboclo, proprietário de táxi a gás, o que há de mais importante na utilização desse combustível. Além disso, pelo fato de não deixar resíduos como o álcool e a gasolina, o gás faz a limpeza permanente dos componentes do motor. Em consequência disso, "as velas duram cerca de 50 mil quilômetros e a troca de óleo é prolongada em quase 10 mil quilômetros", destaca. Os motoristas de táxi preferem o gás natural ao biogás,

porque, segundo afirmam, o gás natural é mais puro, permitindo aos carros rodar até 80 quilômetros a mais do que é possível com a mesma quantidade de biogás.

#### Auto Viação Reginas

"O gás, que a Petrobrás joga fora por falta de reservatórios, poderia estar barateando o preço das passagens de ônibus". A observação é do proprietário da Auto Viação Reginas, Odilon Teixeira, que possui quatro ônibus rodando há dois anos com a mistura diesel/gás, e um quinto utilizando somente gás. Ele enumera as vantagens de um ônibus movido exclusivamente a gás: "Não ocorre poluição, não há fumaça, a manutenção é simples, o consumo de óleo lubrificante é menor e o passageiro viaja sem o barulho do motor".

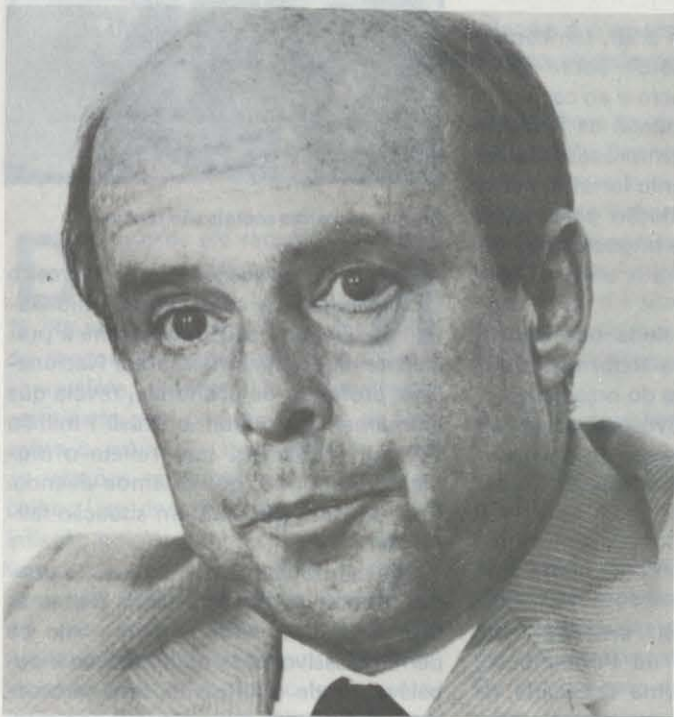
Na opinião do proprietário da Auto Viação Reginas, o governo federal não tem o menor interesse no programa e, por esse motivo, não estipula preço para o produto. Segundo o empresário, a Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, que inicialmente apoiava a expansão do projeto, voltou atrás e hoje não fornece qualquer tipo de incentivo à utilização do gás em ônibus. Outra dificuldade apontada por Odilon é que a Refinaria Duque de Caxias-Reduc, da Petrobrás, deixa de fornecer o gás aos sábados e domingos.

Em relação a preços, um ônibus a gás da Mercedes-Benz, com motor monobloco, custa 35% a mais que um ônibus comum. A mudança de um motor diesel para gás sai por aproximadamente Cz\$ 3 milhões. Já a transformação de um motor a álcool ou a gasolina fica em torno de Cz\$ 250 mil.

O problema fundamental, porém, continua a ser a falta de interesse federal em difundir a utilização do gás natural ou do biogás como alternativa corrente para a movimentação das frota de táxis, ônibus e caminhões. A experiência carioca de abastecer uma pequena parte da frota de táxis com o biogás extraído do lixo urbano adquire, assim, maior importância, como mais um esforço para comprovar a viabilidade técnica e a importância econômica do gás como combustível automotor. ●

# A divisão do bolo

O que muda com maior parcela de recursos para estados e municípios



Dornelles: União ainda fica com a parte do leão

Lyra: fim da manipulação política

Yacy Nunes

Com a promulgação da Constituinte, pelo texto da Reforma Tributária aprovado na fase da Sistematização, os fundos de participação passarão a contar com 47% dos recursos arrecadados pela União com o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que constituem as duas principais receitas tributárias do Tesouro Federal, com 21,5% aos estados e 22,5% aos municípios, além de 3% para o Fundo Especial de Fomento ao Desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Pela Constituição em vigor, a União deixa apenas 33% para os Fundos de Participação, cabendo 14% aos estados, 17% aos municípios e 2% ao Fundo Especial.

Pelos critérios de distribuição adotados pela Constituinte, de acordo

com a renda-per capita regional, serão privilegiadas as regiões Norte e Nordeste, embora o governo federal tenha tentado o tempo todo reduzir os percentuais de repasse propostos.

Para o deputado estadual Francisco Dornelles, do PFL-RJ, que atuou como presidente da Comissão do Sistema Tributário da Constituinte, a questão da democracia passa "pela questão do controle do poder da União de arrecadar e gastar". Secretário da Receita Federal do governo Figueiredo, ministro da Fazenda nos primeiros seis meses do governo Sarney, Dornelles foi um dos Constituintes que mais lutou contra as teses do governo federal na questão da Reforma Tributária.

A sabotagem da Reforma Tributária planejada pelo governo revela a sua determinação em preservar o centralismo político - diz Dornelles, acrescentando que com a reforma a União ficará com 42% da receita que arrecada, en-

tregando 41% a estados e 17% a municípios.

O deputado não vê problemas para a União se contentar com a queda de sua participação no bolo tributário. Se a reforma de 1966 visou a elevar essa participação acima de 38% registrados, então, ela trabalhava muito mais no sentido de colocar os governos estaduais e municipais sob a tutela do regime militar, do que no de auferir recursos para o desenvolvimento da economia nacional.

- Desde aquela época, os grandes investimentos sempre foram feitos com empréstimos externos - conta o ex-ministro da Fazenda.

Dornelles lembra ainda que a União terá tempo suficiente para adaptar-se à transferência de receitas. A transferência crescerá gradativamente ao longo dos próximos cinco anos, o que, no entender de Dornelles, dará ao governo condições para repassar encargos a estados e municípios.



Maia: descentralização fortalece a federação

#### Fortalecimento da Federação

Para o deputado federal César Maia, do PDT-RJ, a Reforma Tributária aprovada pela Constituinte fortalece a Federação.

— Em 1965, a União participava com 40% da receita tributária. Em 1980, essa participação passou a ser de 50%. Com a promulgação da Constituinte, a participação voltou a ser, novamente, de 40%.

Entre as principais medidas inseridas no capítulo referente à Reforma Tributária, na Constituinte, o deputado César Maia destaca as seguintes:

— Primeiro, a Reforma termina com os impostos únicos sobre os minerais, lubrificantes e combustíveis, telecomunicações e transportes, que estavam agregados ao ICM. A participação dos estados e municípios no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cresce de 33% para 46%. A participação dos municípios no novo ICM ampliado cresce de 20% para 25%.

De acordo com o ex-secretário estadual de Fazenda, são criados mais três

impostos: o imposto sobre heranças, que beneficiará o estado, o imposto sobre grandes fortunas, que servirá à União, e o imposto sobre consumo de lubrificantes e combustíveis, que beneficiará o município.

— O estado passará a ter, também, o direito ao adicional de 5% sobre o Imposto de Renda, ao lucro e ao capital da União. Mas o fundamental da Reforma Tributária foi a descentralização da receita, com o conseqüente fortalecimento da Federação e a indução para que o governo federal cobre impostos de maneira mais progressiva — afirma César Maia.

O deputado cita ainda os “importantes avanços” que a Reforma Tributária trouxe na questão do orçamento:

— O Poder Legislativo passa a contar com instrumentos efetivos de discussão do orçamento e de controle do Poder Executivo.

#### Autonomia política

O deputado federal Fernando Lyra, dissidente do PMDB de Pernambuco, acha que com a Reforma Tributária, os estados e municípios começaram a conquistar, além da autonomia financeira, a autonomia política:

— Essa Reforma Tributária não é a ideal, mas melhora muito a participação dos estados e municípios, já que descentraliza o poder e evita a sua utilização irregular, como aconteceu no caso do ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, que, agora, está sendo processado por corrupção. As verbas a fundo perdido que o governo federal dá para os estados são manipuladas politicamente. Na medida em que há arrecadação para os estados, há mais autonomia política também. A autonomia fortalece a democracia e rompe com o autoritarismo.

Para Fernando Lyra, a Reforma Tributária passou na Constituinte porque “felizmente o governo estava preocupado com o mandato e esqueceu o assunto”.

— Eles queriam anular a reforma. Mas não conseguiram e além do mais as bases que se mobilizaram pela passagem da Reforma, através dos estados e municípios, eram muito fortes. ●

## O alerta da emigração



Duque: as marcas sociais são terríveis

Numa avaliação para **terceiro mundo**, o constituinte Hélio Duque, do PMDB do Paraná e presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, professor de economia, revela que ultimamente deixaram o Brasil 1 milhão 124 mil brasileiros. Isso reflete o momento econômico que estamos vivendo. Para ele, a nação está em situação falimentar.

De acordo com Hélio Duque, “o quadro econômico brasileiro hoje é dramático. É praticamente o quinto ano de perfil recessivo, com uma inflação indelével, onde uma dívida interna bruta responsável, por exemplo, por um giro, em termos dos meses de janeiro a fevereiro, de um trilhão de cruzados, pagos somente de juros. A nação está numa situação falimentar”.

— “O momento econômico — diz ainda — e o perfil que temos, inclusive da nação, é o mais desastroso e o mais difícil possível. Seguramente, ao longo dos últimos 30 anos, é o mais crítico, apresentando marcas sociais terríveis”.

— “Aproveito para destacar que, do mês de junho de 1985 a dezembro de 1987 — e este dado é oficializado pela própria polícia federal, que controla os portos e saídas — 1 milhão 124 mil brasileiros emigraram deste país. Este é um dado que serve para refletir ainda mais o crítico momento econômico que estamos vivendo”, acentua o parlamentar paranaense.

Hélio Duque lamenta que a Constituinte venha se caracterizando por uma predominância conservadora, que demonstra insensibilidade em relação às questões mais agudas, que envolvem a massa da população brasileira. ●

Clóvis Sena

# Uma sociologia da inflação

Um dos efeitos perversos da inflação é o aparecimento do "esperto", que quer passar todo mundo para trás

Luiz Carlos de Souza

**D**e recorde em recorde, a inflação, que nos últimos doze meses chegou a 381,12% (incluindo os 19,28% de abril), não é só um fenômeno de preços que preocupa economistas, banqueiros, empresários e trabalhadores – cada qual com seu ponto de vista sobre o assunto – mas também corrói as relações humanas e do capital-trabalho. Um dos produtos perversos da inflação galopante é a cultura da esperteza, em que os envolvidos na corrida para não perder um preço, que de um dia para outro pode ser remarcado muito para cima, assimilam o comportamento de que é preciso levar vantagem em tudo e passar "os outros" para trás.

A constatação é do psiquiatra e psicoterapeuta paulista André Gaiarsa, professor da PUC-SP, e dos empresários Ricardo Miranda, da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Mário Sinibaldi Filho, também dessa

instituição e ex-presidente do Conselho Federal de Economia (Confecon) e do diretor-executivo do Banco Boavista, economista Roberto Castelo Branco.

"Num processo de alta inflação – diz o psiquiatra André Gaiarsa –, um especulador ganha uma fortuna, a violência atinge as mínimas parcelas sociais e envolve a todos cegamente."

## A cultura da esperteza

Para o psiquiatra André Gaiarsa, ganhar mais e depressa e substituir o trabalho pela esperteza – com todos os problemas decorrentes disso – é um dos efeitos do processo de alta inflação. "O que caracteriza a situação inflacionária – diz – é exatamente a descontinuidade. De um dia para outro, um especulador pode fazer uma fortuna, pegar o dinheiro e sumir do mercado. Pode conseguir em um dia o que em tempos normais levaria 20 anos para ganhar."

O "bem-sucedido", então, mesmo criticado por alguns, sempre termina modelo para outros. Até que, gradati-

vamente, se torna modelo para toda a sociedade, "porque o negócio é ser esperto". Segundo Gaiarsa, o jovem adulto é o que mais diretamente recebe o impacto de modelos novos. "O profissional recém-formado já está se ajeitando na sua área de atuação, mas o jovem adulto ainda circula em busca de novas oportunidades. É ele, então, quem mais absorve facilmente os valores sociais".

"Quem quiser saber quais eram os valores de uma determinada época, procure informar-se sobre o que estavam pensando os jovens de 20 anos. A tendência do processo inflacionário é formar uma geração de pilantras", diz o especialista.

André Gaiarsa afirma que, enquanto no plano econômico, uma situação de inflação desenfreada traz a ameaça do caos, com predomínio do comércio sobre a indústria, da especulação sobre a produção, no plano pessoal, isso significa uma progressiva valorização da agilidade e da esperteza. "Isto é, quanto mais sobe a inflação, mais a moral vai para o brejo e essa ligeireza ética para muitos vai-se tornando um estilo de vida".



Os problemas da economia multiplicam o comércio improvisado, criam incertezas e mexem com o comportamento de toda a sociedade



Sob pressão econômica, os fracos forçam a inteligência, os mais fortes abusam da esperteza

### A cultura da violência

O que se pode constatar em épocas de alta inflação, lembra André Gaiarsa, é a aceleração da vida, com queda dos padrões morais e tendo como resultado a institucionalização da violência. "E não se trata da violência de certos grupos marginais, mas de uma violência que toma conta de todas as partículas sociais. Violência molecular, que atinge o tecido social e gera clima de todos contra todos, cegamente".

Remetendo-se à época anterior ao Plano Cruzado – que, como agora, era de alta inflação –, o psiquiatra recorda que o trânsito era um dos sinalizadores dos efeitos perversos dela. "De repente – diz –, a maneira de dirigir ficou completamente exasperada e absolutamente agressiva. Em todas as ruas e horas do dia a afobação era a mesma e o desrespeito também. Porque o princípio era chegar primeiro, depois ver o que se podia fazer. Um princípio típico de épocas altamente inflacionárias".

Mas, o pior perigo, adverte o psiquiatra, é que a inflação disparada vai levando o país ao caos, numa situação semelhante àquela vivida pela Alemanha pré-nazista, também corroída por ela. A vida se torna tão incerta e violenta, que propicia a tomada do poder por uma organização igualmente violenta e coesa. No caso deles, foi o nazismo.

"É a inflação, também, que potencializa certa inclinação do caráter brasileiro para a pirataria" – diz. "Na Europa, a maioria da população é trabalhadora. O trabalho tem um valor indiscutível e isso se constata nos velhos imigrantes de origem européia, operários especializa-

dos que se comportam como verdadeiros artistas, como os primeiros apreciadores daquilo que fazem. São marceneiros, pedreiros, sapateiros, que dão um sentido de arte à sua obra. Sua postura nunca é de humildade. Eles costumam olhar os outros do alto da importância do que fazem. Têm orgulho de sua arte."

### O trabalho desvalorizado

O Brasil, porém, se organizou na base do trabalho escravo ou colono. Os próprios portugueses vinham aqui para enriquecer na base da coleta rápida. Até hoje, entre nós – afirma o psiquiatra – o trabalho é desprezado e a esperteza valorizada. "Nesse sentido, a inflação vem reforçar um elemento do caráter brasileiro, de rapina, no qual o modelo é o saqueador. Nosso herói não é aquele que produz determinados bens, mas aquele que joga espertamente com os bens produzidos".

Nesse quadro também se inserem o hábil, o ágil, figuras muito difundidas e valorizadas no Brasil. Isso é possível constatar nas conversas mais simples, em que há grandes elogios sempre para quem sabe fazer algo sem ter estudado, enquanto quem estudou não é levado em conta. Por outro lado, a vertente oposta desse caráter brasileiro, que valoriza demais o "esperto", é a glorificação do "santo". O oposto ao espertalhão é o sacrificado. O médico que trabalha muito e ganha pouco é figura altamente elogiada pela população, mesmo porque, na hora do perigo, as pessoas não confiam no esperto. Preferem um bom profissional, alguém que estudou e costuma levar as coisas a sério.

"Forma o mito oposto – continua Gaiarsa –, o do sujeito que adora o que faz e não se importa em ganhar pouco. Quem perde nesse conflito é o valor do trabalho. Tudo fica reduzido a ganhar dinheiro por esperteza ou deixar de ganhar por idealismo, com a eliminação do mais importante: a idéia da justa recompensa pelo trabalho sério. Muitas vezes, mesmo na *intelligentzia* de esquerda, é supervalorizado quem trabalha duro 40 anos, não ganha quase nada, e vai morrer no Retiro dos Artistas. Quando um político morre pobre, há uma verdadeira comoção nacional", diz.

O lógico, o justo, segundo André Gaiarsa, é que a pessoa receba proporcionalmente ao seu esforço. "E, de preferência, em vida. Mas não é isso que acontece. Aí reside – acentua – a causa da tradicional melancolia brasileira. Para milhares de pessoas, a melancolia não é tanto o amor perdido, como sugerem as músicas de fossa, mas a falta da justa recompensa pelo trabalho. A injustiça cotidiana, a que são submetidos diariamente milhares de brasileiros bem intencionados, vai gerando pessimismo, ceticismo, em relação ao que vale e não vale a pena na vida".

"Na verdade, esse pessimismo – diz André Gaiarsa – é muitas vezes condicionado pelo próprio meio físico. O Brasil tem vastas regiões onde a preguiça se torna um modo de vida. Preguiça que também pode significar uma resistência passiva à pirataria vigente. "Se tudo que eu produzo acaba nas mãos dos espertos, a preguiça se transforma numa opção de vida". É por aí que Macunafma (o herói sem nenhum caráter, de Mário de Andrade) se torna o herói de nossa gente", diz o psiquiatra, segundo o qual quando há proporção entre trabalho e recompensa, trabalha-se.

A alta inflação, entretanto, envolvendo toda a estrutura familiar, é pernicioso, diz, por sua vez, o empresário Ricardo Miranda. Já para o economista Roberto Castello Branco, ela acirra o conflito entre capital e trabalho, com as pessoas se desviando da área produtiva para outras atividades em que possam se proteger e ganhar com o próprio processo inflacionário.

Fotos: Agência Globo (foto 1), Mônica Leme (foto 2)

# Sarney ganha o mandato



Sarney: com os cinco na mão

Por 328 a 222, com três abstenções, o presidente José Sarney ganhou da Constituinte os pretendidos cinco anos de mandato, o que prolongará sua administração até março de 1990.

A definição da duração do mandato presidencial significou na prática o encerramento de um ciclo de incertezas, pressões e contrapressões, que vinham afetando o próprio desempenho administrativo, segundo a ótica oficial.

Com a agenda liberada para mais 20 meses de governo, a vitória de Sarney surge acompanhada do desafio de corresponder ao tamanho dos problemas, cuja solução lhe será cobrada. O mandato de cinco anos foi uma espécie de cheque em branco dado pela Constituinte ao governo. A primeira cobrança tem data marcada: 15 de novembro de 1988, nas eleições municipais.

# A corrida começou

A corrida presidencial entra agora em fase de organização, pois já existe uma data – afinal – para a eleição. Os cinco anos confirmados para o presidente José Sarney aclararam o tempo, pelo simples fato de definir uma questão que se tornara politicamente envenenada. Assim, o Brasil inteiro, entre lamentos do lado quatroanista e o regozijo dos cincoanistas, sabe e vivencia a decisão de que teremos eleição presidencial no dia 15 de novembro do próximo ano.

À distância de 17 meses para o pleito – as primeiras diretas presidenciais em 29 anos – a decisão da Constituinte já promoveu uma reorganização do quadro e o assunto adquiriu uma preocupada urgência.

Logo após a definição do mandato do presidente Sarney, ampla pesquisa promovida pelo jornal "Folha de S.



Brizola: armando a campanha

Paulo", nas principais capitais do país, demonstrou que 70% do eleitorado concentrariam seus votos em não mais que meia dúzia de nomes.

A pesquisa atingiu 10 capitais – Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Curitiba e Porto Alegre – e revelou a vantagem do ex-governador Leonel Brizola, que ficou com 20% das preferências



Ermírio: nome do empresariado



Quécia: atraindo o PMDB

de voto (50% em Porto Alegre, 39% no Rio de Janeiro, 26% em Salvador, 24% em Fortaleza, 17% em Brasília e 15% em Belo Horizonte e Curitiba).

Veja o quadro completo da pesquisa da "Folha de S. Paulo":

Leonel Brizola . . . . .	20%
A. Ermírio de Moraes . . . . .	14%
Orestes Quécia . . . . .	11%
Luís Inácio Lula . . . . .	10%
Paulo Maluf . . . . .	8%
Jânio Quadros . . . . .	6%

# Cantilena da vassoura

Se as pesquisas de opinião o colocam em lugar relativamente modesto, o nome de Jânio Quadros vem suscitando entusiasmo entre setores políticos que vislumbram a possibilidade de que o atual prefeito paulistano e ex-presidente renunciante possa empolgar a opinião pública, mais uma vez, com seu estilo característico de pessoa imprevisível e moralista.

A mensagem da vassoura janista entusiasma homens como o presidenciável pefe-



Jânio: com o gás da direita

lista Aureliano Chaves, ministro das Minas e Energia, que admitiu engajar-se numa nova campanha janista,

como aquela que o fez entrar na política mineira, no final dos anos cinquenta.

Já o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, se dispõe também a apoiar Jânio Quadros, na campanha presidencial.

Sintomaticamente, ao lado de elogios de líderes empresariais, a figura de Jânio Quadros passou a merecer cada vez mais frequentes elogios nos meios de comunicação, que chamam a atenção para o que consideram grande sucesso da administração do prefeito paulistano.

Jânio, no entanto, continua dizendo que não quer ser candidato, sobretudo por seu estado de saúde, embora seja essa uma técnica que usou em outras oportunidades quando o seu nome foi lançado para pastas eletivas. ●

## Marcados para morrer

Este avulso está circulando amplamente nos meios rurais brasileiros. Dois líderes camponeses, Luiz Soares Filho e Silmar Pereira Pinto, estão condenados à morte por pistoleiros a serviço de latifundiários do Maranhão e já escaparam de muitas emboscadas.

Esses dirigentes estão ligados às lutas camponesas



## Lideranças rurais marcadas para morrer

Luiz e Simar: lideranças camponesas na mira dos pistoleiros

naquele estado e outras regiões do país, e, por isso mesmo, são alvo das represálias dos latifundiários.

A ameaça dos donos de terras é mais séria do que se procura fazer crer. O assassinato, 10 de junho, do líder camponês Sebastião Lan, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, é uma prova do ânimo criminoso que domina alguns opositores da Reforma Agrária, muitos deles ligados à UDR. Luta-dor por sua classe, casado, nove filhos, Lan é mais uma vítima na dura e desafiadora luta em favor dos camponeses. ●

## Passo atrás

Ao menos uma questão fundamental a Constituinte deixou de resolver e legará como um espinho en-cravado na realidade social e econômica do Brasil: o im-passe da terra. Ao decidir, em meados de maio, que a desapropriação terá que ser feita em dinheiro vivo e que é proibido desapropriar terras privadas produtivas, a Constituinte adiou, mais uma vez, a entrada do cam-po brasileiro na era moderna. E devolveu ao con-flito social puro e simples o poder de resolver a questão, seja por artes de alguma improvável acomoda-ção ou apenas pelo poder

de quem for mais forte, fa-zendeiros ou massas cam-ponesas.

A arma conservadora contra a viabilização da reforma agrária está na defini-ção do que seja terra produ-tiva: a maioria da Consti-tuinte entende que se trata de qualquer terra, pois que incluiria áreas com matas, mesmo sem plantações, ou com apenas uns pastos, para o sustento de alguns bois. O aspecto do latifúndio disfar-çou-se e aplicou-se o enten-dimento de que qualquer terra, mesmo abandonada ou ociosa na prática, produz sempre alguma coisa, mes-mo que não beneficie em

nada a sociedade, em ter-mos de produção.

A vitória do radicalismo conservador da União De-mocrática Ruralista-UDR foi um passo atrás, até mesmo em comparação com a legislação da terra criada pelo regime militar. A moderni-zação do campo — um im-perativo social e econômico — supõe a rápida multiplica-ção dos proprietários rurais no Brasil, o fim das imensidões de terras estocadas e paradas, e o aumento da produção rural para o con-sumo urbano. Agora, pela nova legislação, ficou im-possível, o que significa o agravamento do impasse que vive o campo brasi-leiro. ●

## Incidente histórico

“Isto prova que existe racismo mesmo” — esta conclusão do diretor do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra-IPCN, João Marques Romão, poderia ter tido motivação em várias circunstâncias, menos na passeata do centenário da abolição da escravatura. Mas, foi mesmo na passeata da abolição, em 11 de maio, que o diretor do IPCN teve que chegar àquele raciocínio. Centenas de soldados da polícia fluminense e soldados do exército simplesmente transformaram o ato de afirmação da raça negra — uma comemoração de que o Brasil inteiro participou — num incidente de proporções históricas.

Os manifestantes foram barrados por imensas filas de soldados, que impediram que caminhassem até o Monumento a Zumbi, na Praça Onze, no centro do Rio de Janeiro, seguindo por uma das pistas da Avenida Presidente Vargas. No meio do caminho, há outro monumento, o do Duque de Caxias, patrono do exército, e espalhou-se um boato de que os manifestantes negros, ao passarem pelo local, iriam ofender a memória do herói da Guerra do Paraguai, considerando-o um escravista.

O aparato policial-militar criou um dos incidentes mais chocantes já vistos no Rio de Janeiro, no meio de uma festa histórica. ●



# Revolução na educação?

A Constituinte optou por uma grande abertura para o sistema educacional, obrigando a União, os estados e municípios a darem efetiva prioridade à formação das novas gerações. Chegou a vez da educação?

O Brasil tem cerca de 20 milhões de crianças e jovens, entre os sete e os 18 anos, que deveriam estar cursando as escolas primárias e secundárias, se a obrigatoriedade da escolarização fosse de fato cumprida, mas que estão fora das salas de aulas. O Brasil descarta da tarefa a que está ligado o seu futuro nacional, destinando orçamentos insuficientes para a educação, remunerando mal o professorado, construindo menos escolas que o necessário, ignorando condições de apoio para que o aprendizado se dê.

A determinação da futura Constituição de destinar verbas substanciais para a educação, nos três níveis administrativos, poderá ter o efeito de uma revolução, se vier a ser obedecida pelos governos federal, estaduais e municipais. Duas autoridades no assunto foram ouvidas por **terceiro mundo** — os reitores da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ.

Os reitores Horácio Macedo, da UFRJ, e Ivo Barbieri, da UERJ — ambos eleitos pelo voto direto, marco democrático desta década — analisam o resultado da votação pela Constituinte do capítulo sobre educação. Ambos consideram os percentuais fixados para a educação (18% do orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais e municipais) como significativo avanço.

“Não se pode — sublinha Barbieri — tratar a educação como prioridade sem destinar-lhe recursos que tornem tal prioridade efetiva”. No mesmo tom, Macedo critica o orçamento irreal que o governo repassa às universidades: “O grande obstáculo das universidades é que os recursos não são repassados integralmente, nem regularmente”. Nenhum deles descarta a necessidade de uma mudança política no país, como fator-chave na democratização do ensino público. Segundo Barbieri, é necessário mudar radicalmente os hábitos políticos e, sobretudo, a sistemática de



Macedo: é uma conquista de imenso significado para o país

lidar com os recursos provenientes do contribuinte. Embora considerem progressista a maioria dos itens votados na Constituinte, eles não ficaram satisfeitos com a aprovação do artigo 248 do novo texto, que possibilita o desvio de verbas públicas para as instituições privadas de ensino.

Abaixo, a entrevista concedida a **terceiro mundo** pelos dois reitores, analisando os possíveis efeitos positivos para a universidade.

*Como avalia a votação do capítulo da educação na Constituinte?*

Barbieri — O texto votado traz significativos avanços. Resguarda alguns dos princípios fundamentais que são as

bandeiras da democracia e do ensino, a defesa da escola pública em todos os níveis e a autonomia da universidade. A universidade é uma instituição sustentada pela sociedade e esta, portanto, tem o direito de ser informada, de saber e de avaliar o que a universidade faz com todo os recursos que nela existem. Avançamos também significativamente na questão de constarem do novo texto os percentuais, em termos de orçamento federal, estaduais e municipais, destinados à educação. Sabemos que não se pode tratar a educação como prioridade, se não tivermos os recur-

sos necessários para que essa prioridade se torne efetiva.

Macedo — Eu acho que a votação desse artigo na Assembléia Nacional Constituinte, no que diz respeito aos 25% do orçamento de estados e municípios e os 18% do orçamento federal para educação foi um avanço muito grande. Não só é a consolidação da emenda João Calmon, que estipulava os 13% da receita tributária, mas, principalmente, representa um compromisso de que, pelo dispositivo constitucional, o Estado ofereça ensino gratuitamente. É uma conquista tão grande, que faz com que o capítulo Educação se destaque na nova Constituição, como um capítulo progressista.

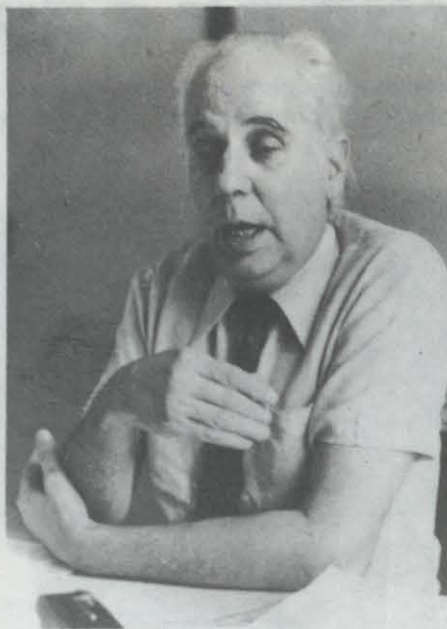
*Até que ponto a nova lei vai poder ser posta em prática?*

M – Isso é complicado. É uma previsão difícil de ser feita. Mas, na medida em que o texto constitucional abre essa possibilidade, abrem-se também caminhos para que o texto constitucional saia da letra morta e se torne uma realidade. Eu acho necessário analisar com otimismo, porque, embora os 13% da emenda João Calmon não tenham sido destinados exclusivamente à educação, os desvios não representam uma parcela muito grande. Então, se tivermos 18% aplicados majoritariamente no ensino superior, criam-se condições para que a universidade se desenvolva substancialmente. É lamentável, mas existem sintomas de que parte dos recursos hoje, da emenda João Calmon, é repassada às universidades particulares. Não tenho elementos para comprovar isso, mas sintomas existem. Eu acho ruim, porque a obrigação do Estado não é repassar dinheiro para a iniciativa privada.

B – Nós temos que ter muito cuidado, estar muito atentos quanto à chegada desses recursos. Eles se destinam à melhoria das condições do trabalho dos professores e das instalações, para que a escola tenha condição real de fazer programa de educação abrangente. Por isso, temos que reformular todo um sistema burocrático de encaminhamento, de canalização desses recursos. Modificar, descentralizar o sistema excessivamente concentrado nos órgãos do poder central e flexibilizar, de tal maneira que esses recursos cheguem ao seu destino.

*Hoje qual é a situação da universidade pública?*

M – É complicada. O governo faz um orçamento irreal. O deste ano, para as universidades, tinha previsão de que seria para todo o ano. Mas, na melhor das hipóteses, daria até março. Esta é a grande dificuldade das universidades. A pressão das instituições, dos reitores e de todos os interessados faz com que o orçamento seja reformulado ao longo do ano. Mas, o processo de reformulação é um processo demorado. O pior é que existe um intervalo, onde as universidades não recebem janeiro e fevereiro,



Barbieri: escola pública para todos

por exemplo. A UERJ não recebeu nada, nem um tostão. Falta, de fato, uma política de apoio às universidades. Os 18% são recursos substanciais, não são pequenos, não. O problema é que estes recursos não são passados, nem integralmente nem regularmente. É o grande obstáculo das universidades.

B – A universidade enfrenta as dificuldades que o país está passando. Mas, de um modo geral, a universidade não se assusta: dentro da própria crise ela gera conhecimento, questiona, indaga, busca soluções e tem obviamente uma visão de longo alcance. É preciso mudar os hábitos, as rotinas e os métodos políticos, sobretudo a sistemática de lidar com os recursos públicos. A gestão dos recursos públicos tem que ser efetivamente democrática. O governo tem que prestar contas à opinião pública do que faz, de suas diretrizes e da destinação de seus recursos.

*A universidade estadual recebe algum recurso da União?*

B – Nós estamos pleiteando recursos do MEC, uma vez que ele tem uma verba destinada ao ensino superior. Ele a distribui na manutenção das universidades federais e repassa uma quantia considerável às particulares. Fazemos esta reivindicação por considerar que as

universidades estaduais têm um papel importante no panorama do ensino superior do país.

*Mas, a Reforma Tributária não vai alterar de certa forma esse quadro das universidades estaduais?*

B – Se a reforma votada prevalecer, os estados e municípios terão mais recursos. Então, nós, na esfera dos municípios e dos estados, precisamos estar muito atentos, para que os governos façam chegar à universidade os recursos, para ela funcionar devidamente.

*Até que ponto o sr. considera que possa haver, daqui para a frente, um hiato entre a lei e a realidade existente no país?*

B – Nós sabemos que a lei não tem força de transformar uma realidade petrificada ao longo dos tempos. Mas, a lei pode ser utilizada como um canal de dinamização social. Para operarmos as mudanças e os avanços, precisamos ter uma população motivada e consciente de seus direitos e necessidades. As leis sozinhas não têm o dom mágico de transformar: elas podem ser barreiras ou podem ser canais de avanço. Quando elas favorecem, ótimo. Então, nos cabe pôr em ação todos aqueles que estiverem empenhados nesse processo.

*Qual é a saída para a crise que a universidade pública enfrenta hoje?*

M – De novo, o texto da Constituição, que pode se tornar uma realidade. A Constituição garante a autonomia da universidade. Isto é uma novidade no país. Antes, a autonomia era garantida por uma lei que era modificada por portarias do ministério, portarias do executivo. Então, na realidade, a autonomia da universidade nunca existiu. Além disso, o texto constitucional está lá garantindo autonomia didática, de gestão financeira, acadêmica e isso é de grande utilidade. Outra questão é a Constituição fixar também a obrigação estatal de apoiar as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão, no ensino de terceiro grau. Embora sejam conquistas formais, elas podem se tornar realidade, na medida em que se brigue, se faça força e se coloque gente interessada lá em Brasília.

N.D.

# A criativa agitação do idioma

Elemento de identificação cultural e um dos pilares fundamentais da história de cada nacionalidade, a língua é um fator de permanência, mas não é estática. Mutável, adaptável, dinâmica, reflete em si cada nova circunstância, incorpora novos modos de dizer, gírias, modifica-se na permanência, incorpora o que precisa, despreza o supérfluo. Nas reportagens a seguir, o leitor encontrará um pequeno panorama desse fenômeno, na análise de algumas situações peculiares, como o multilinguismo moçambicano, a invenção do romeno, a recente experiência portuguesa com o impacto do linguajar brasileiro, via novelas de televisão, e a curiosa gestação do "portunhol" na fronteira uruguaio-brasileira. De um lado e outro, agitam-se os puristas, preocupados com os



pecados que se cometem contra o idioma e as normas que regem o entendimento da comunidade.

Portugueses oitocentões resmungam dos brasileirismos, puristas castelhanos arrepiam-se ante a coisa nova de um linguajar que esquece o passado e trata de criar a comunicação de uma fronteira viva. Mas, como lembra um sábio estudioso português, nem todo brasileirismo é original, nem a língua é um fóssil determinado pela fonte lusa. A língua muda quando precisa mudar, adapta-se quando sente necessidade, incorpora, onde se sabe insuficiente, e cresce, sem que as mudanças lhe afetem a alma, que é como se chama a cultura de uma comunidade, aquela raiz de entendimento e vivência que sequer toma conhecimento de qualquer mudança vocabular.

# Na fronteira Brasil-Uruguai, o portunhol vira idioma

A integração das cidades uruguaias de fronteira com as comunidades brasileiras vizinhas está impondo uma linguagem nova e começando a cristalizar o portunhol



Fronteiras que aproximam a convivência e originam novo modo de expressão

Gonzallo Abella e Amelia Villaverde  
professores uruguaios

O funcionário do hotel pega uma chave e dá instruções a uma arumadeira. O viajante montevideano – da capital do Uruguai – que acaba de solicitar um quarto, supõe que estão falando português. Se fosse um hóspede carioca ou paulista, deduziria que os dois empregados estão falando espanhol. Ocorre que eles não falam uma coisa, nem outra. Em Rivera, cidade fronteiriça uruguaia, os habitantes, apesar de bilíngues, falam em “portunhol”, o idioma da fronteira.

Rivera oferece um fenômeno bastante peculiar. Para o forasteiro desprevenido, é fácil deduzir qual é a avenida principal pelo ruído, o trânsito permanente e a variedade colorida de mercadorias. Mas, se cruza a rua, está na cidade brasileira de Santana do Livramento. Na mesma avenida, frente a frente, letreiros em espanhol e letreiros em português.

Em ambos os lados, pode-se comprar com moeda uruguaia e receber respostas corretas em espanhol. Mas, na rua, nos jogos infantis, nas saudações de vizinhos humildes, predomina amplamente o “portunhol”. Existe uma entonação peculiar, uma cadência especial ao falar e até uma gramática própria. Tal gramática não é só fusão do espanhol com português, mas possui riqueza maior, que inclui gírias de origem indígena.

## Linhas paralelas

Beatriz é professora rural na cidade uruguaia de Rivera. Como se aplica o programa da escola uruguaia com estas crianças, perguntamos.

“Eu trabalho como em linhas paralelas, explica. Ensino e traduzo permanentemente”.

“Mas – insistimos – o diretor não lhe exige ensinar só em espanhol?”

“Todo professor experiente sabe que aqui isso é impossível. E o diretor, no fundo, pensa o mesmo – explica Beatriz. No campo, as crianças falam exclusi-

vamente em “portunhol”. Por exemplo, se mando uma criança chamar uma outra e não a encontra, volta e me diz: – *Mestra, lo campió, lo campió, mas no lo hallé* (procurei, procurei, mas não o achei). Outra me conta como sua mãe cuidou de uma galinha para chocar: – *Mi madre deitó una yoca com huevo de pirú e de galinha* (minha mãe deitou a choca com ovo de peru e de galinha)”, exemplifica a professora.

“Mas, não é só o idioma, prossegue Beatriz. A fronteira é presença permanente em todos os aspectos da vida cotidiana. No programa escolar está escrito: ‘ensino do sistema monetário uruguaio’. Então, eu pergunto aos alunos, quanto custa o pão: “**Duzentos cruzados**”, respondem. Eles compram o pão do lado uruguaio, mas o pagam com moeda brasileira. O pão é brasileiro. Então, qual é o dinheiro que devo ensinar?”, pergunta a professora uruguaia.

“A construção das frases e as respostas são muito peculiares, aponta. Respondem com verbos. Por exemplo, se pergunto: – *Te gusta?* (Gostas?), res-

pondem: – **Gosto** Usam as palavras espanholas *mismo* e *cierto* mas no sentido que têm suas correspondentes em português.

### Montevidéu não nos entende

Daniel é uruguaio e trabalha numa empresa pública em Rivera. Defende a necessidade do ensino bilíngue para seus filhos e para todas as crianças da fronteira:

“Em Montevidéu não se entende o problema. Para impor a hegemonia do espanhol, trouxeram uma repetidora do canal estatal de televisão. Mas, por falta de programas próprios, recheiam os espaços com filmes em inglês e francês. O nocivo é só o português? Todos ignoram esta zona da fronteira. A revista brasileira “Manchete” publicou uma reportagem sobre as fronteiras do Brasil. Para o jornalista, a fronteira Rivera-Livramento não existe. E isso é único no mundo, esta unidade, esta integração tão perfeita que temos aqui”, observa.

Observamos a ele que existem preocupações, com relação à compra de terras uruguaias por grandes empresas brasileiras, as quais logo impõem sua própria legislação de trabalho.

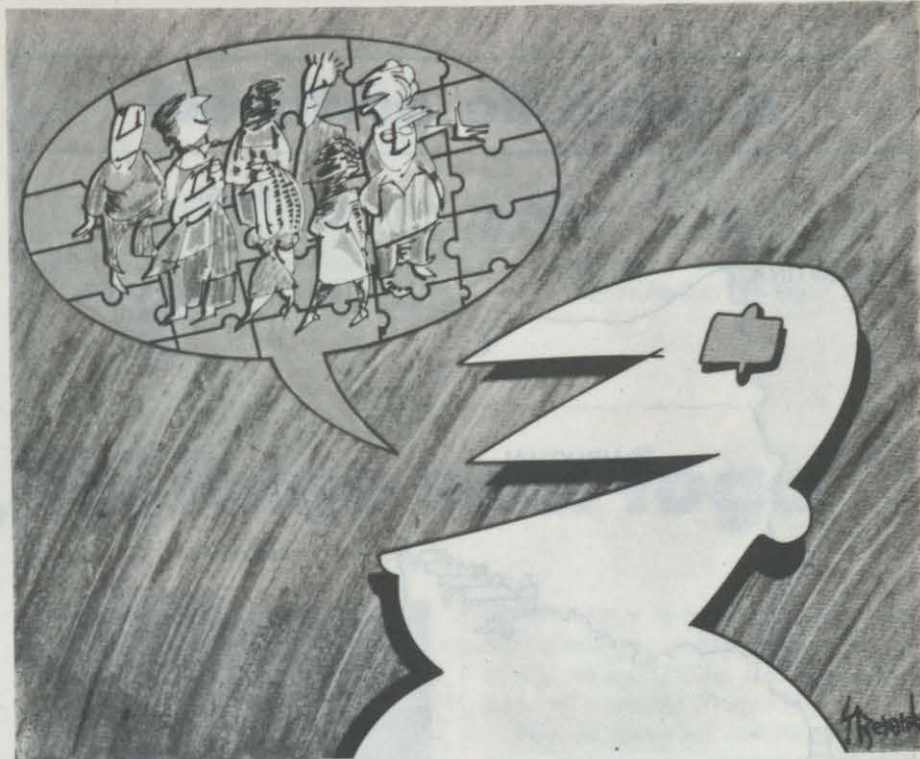
“É uma preocupação de quem está em Montevidéu, rebate Daniel. Mas, o Brasil nos dá vida. Olhem o movimento que existe aqui na fronteira. Nosso campo, no entanto, está morto. Aqui encontramos tudo mais barato e podemos abastecer a casa...”

Contamos a Daniel e a uma jovem professora, que se incorporara à conversa, o que nos dissera uma moça riverense, integrante do grupo de teatro amador Bagunsa (Bagunça). A garota afirmara que fala comumente o espanhol com seus companheiros, mas, quando conta piadas, usa o português.

“Isto é porque, no fundo, se substitua o idioma português, observou a professora, e se dá maior importância ao espanhol.”

“Nada disso – replica Daniel – a alegria dos jovens se expressa em português muito mais naturalmente. E para coisas sérias utilizam o espanhol, porque os jovens da fronteira vêem o Uruguai mais envelhecido, mais triste.”

O professor Ruben Méndez não nas-



ceu em Rivera, mas ama a cidade onde vive e trabalha:

“A maioria dos uruguaios acredita que nosso sistema educacional é melhor que o brasileiro. Mas, o Brasil tem dois tipos de educação: um para os mais pobres, que vão continuar sendo pobres, e outro para os técnicos, que é muito mais eficiente que o nosso. Eles preparam seus futuros técnicos, enquanto nosso ensino é um desastre. É por aí que o Brasil pode acabar nos absorvendo, e não pelo idioma”, observa Méndez.

### Portugues sim, mas uruguaios

No mesmo sentido opina o vereador riverense José Montejo: “Lá em casa falamos português. Meus filhos falam português. Mas ninguém se sente brasileiro. Somos uruguaios, uruguaios de Rivera”, acentua.

O flaco Lima, jornalista do canal 10 da TV local, coincide na defesa do bilinguismo.

Alberto Fernández vive no subúrbio de terra avermelhada e pitorescas casinhas coloridas. O professor e juiz de futebol é, antes de tudo, uma pessoa muito querida em seu meio. Ele informa

que a Associação de Professores levou ao Codicen (autoridades uruguaias do ensino) uma proposta, para que as escolas de Rivera ensinem em espanhol e em português.

Perguntamos se a Federação Uruguia de Professores tem posição definida sobre o assunto, “Não, responde. A filial local é que se pronunciou a respeito. Mas, é evidente a gravidade do problema.”

Ante a observação nossa da possibilidade de que o problema se prenda, de alguma forma, à própria origem do Uruguai – uma fronteira arduamente disputada por espanhóis e portugueses, durante séculos – Alberto Fernández concorda.

“Essa origem influenciou, sem dúvida, admite. Até 1900, a metade do país, ao norte do Rio Negro, falava português. Depois, a educação formal foi ganhando terreno a favor do espanhol, nos centros urbanos. Apesar disso, hoje ainda, 200 km ao sul da fronteira, até Pasos de los Toros, o Uruguai rural continua falando “portunhol”. Mas, como estranhar, se vocês mesmos, de Montevidéu, chamam o contrabandista de *bagayero* e falam do *yeito* de uma pessoa e não de *habilidad?*”, observa.

## A faixa do portunhol



□ O Uruguai tem uma população total de 2.950.000 habitantes, dos quais 1.237.000 vivem em Montevidéo, a capital. Nos quatro departamentos (estados) que fazem fronteira com o Brasil – Artigas (57.947), Rivera (82.043), Cerro Largo (74.027) e Rocha (60.258) – vivem, portanto, pouco mais de 274.000 habitantes,

cerca de 9% da população total do país. É fácil perceber que a concentração populacional em Montevidéo contrasta com o vazio do interior, onde predomina a pecuária extensiva. Este tipo de economia acentua o isolamento rural e torna mais perduráveis certos hábitos e expressões idiomáticas.

### Ensino bilíngue

A defesa do "portunhol" é quase unânime, em Rivera, nos setores populares. Os docentes parecem inclinar-se mais por um ensino bilíngue do que por um estudo específico do portunhol. Em Artigas, outra cidade fronteiriça, porém, as opiniões estavam mais divididas.

"Tenho lutado toda minha vida – dizia uma professora de literatura – pelo direito dos adolescentes uruguaios des-

frutarem da pureza de nosso idioma espanhol, da beleza de nossa língua. E agora resulta que deve respeitar-se a corrupção idiomática decorrente da influência brasileira. Não concordo, em absoluto."

A mesma opinião tem um locutor e jornalista da Rádio Fronteira, de Artigas: "É preciso frear a corrupção idiomática. Os educadores deveriam cerrar fileiras em torno disso." Quando lhe observamos que nem todos pensam as-

sim, ele desabafa: "E ainda isso! Vamos acabar todos brasileiros. Espero não estar vivo, para vê-lo!"

Lalo, professor rural de Artigas, interessa-se profundamente pelo "portunhol". Assinala que "nós, os professores da fronteira uruguaio-brasileira, deveríamos estudar mais o fenômeno. Somos nós, os educadores de Artigas, os de Rivera, os de Cerro Largo e de Chuy, que devemos opinar em primeiro lugar."

### Fenômeno difundido

O "portunhol" é mais difundido no Uruguai do que supõem os próprios uruguaios e, por isso mesmo, merece ser estudado. Já tem até mesmo seus poetas e cantores. A popular dupla "Los Olimareños" impôs nos anos 60 várias letras que introduziam o "portunhol" no cancionário popular, como no caso da famosa música *Contrabandista de fronteira*.

Agustín R. Bisio, poeta de Rivera (1894-1952) produziu uma riquíssima literatura em "portunhol", como é exemplo o trecho abaixo, de *Piedra Mora*, do livro *Brindis Agreste*:

Y asin, como pedra-mora/ hei de quedar ne la varye/ ne la bera del camino/ cravadito com'un marco/ porqu'inda, dispués de muerto/ hai de servir el cristiano/ pra qui ayá, di vez en cuando/ lo arricuerden en el pago...

O crítico literário uruguaio Carlos Zum Felde dizia, já em 1936, sobre Bisio: "Como poeta, não seria exagerado dizer que é o criador de um gênero de poesia que será preciso fazer conhecer e difundir: a poesia fronteiriça. E quanta novidade, quanto interesse lhe adiciona essa espécie de dialeto gaúcho-brasileiro! Sim, eu acho que é algo de muito criativo, uma corda nova na nossa lira..." (Zum Felde, revista *Fronteira*, dez. 1936).

### Desafio educacional

O desafio do "portunhol" é também um desafio de política educacional. Ofende-se a soberania ou a unidade nacional, se na fronteira se impõe um ensino bilíngue? O problema estará resolvido, com o ensino do português e do

espanhol, ou será necessário considerar a possibilidade de ensinar diretamente o "portunhol"? Que pensam os brasileiros a respeito?

Carmem nasceu e vive em Santana do Livramento: "Do nosso lado, o problema não existe, diz. Primeiro, porque nós não precisamos comprar tanto no Uruguai, nem vemos seus canais de te-

levisão, como vocês vêem os nossos. Claro que falamos um português diferente do que se fala no Rio de Janeiro ou no Nordeste, mas falamos português."

"No campo também?, perguntamos. Cremos ter ouvido no folclore gaúcho riograndense palavras castelhanas, apenas modificadas...", insistimos.

Mas, ela rebate: "No campo também. Falamos português."

Continuamos em dúvida.

Carmem tem uma prima uruguaia, que nessa hora irrompe pela casa. Carmem conversa com ela em português (ou será "portunhol"?), contando-lhe o que pensa fazer à tarde. A uruguaia ri-verense responde-lhe: "Tá legal!".

## BRASILEIROS EM PORTUGAL

# Tudo bem, foi fumo sem fogo

Dez anos de novelas brasileiras provam que o português lusitano não se deixa facilmente beliscar

Carlos Pinto Santos



Edite: só permanece o que é necessário

Quando, há dez anos, a primeira telenovela brasileira entrou na casa de milhões de portugueses, o agrado foi geral. E compreensível.

A excelente adaptação do saboroso romance de Jorge Amado (o escritor brasileiro mais lido e editado em Portugal) fez com que "Gabriela" se tornasse, de imediato, no espaço de programação da Rádio e Televisão Portuguesa-RTP mais desejado, estoirando com todos os índices de audiência verificados até então. Não era fácil encontrar um português, ou uma portuguesa, que não seguisse, entusiasmado e divertido, a história de amor de Gabriela e Nacib, as manigâncias do "coronel" Ramiro Bastos, as desventuras de Malvina, o estilo do sedutor Tónico ou as malvadezas do jagunço Fernandes.

Muitas anedotas correram na altura acerca do fascínio exercido sobre os portugueses por esta produção da Rede Globo, no último ano da era lusitana da televisão a preto e branco. Uma, nunca

desmentida, assegurava que os conselhos de ministros eram frequentemente interrompidos ou adiados para permitir aos governantes não perder a sequência do enredo.

### O temor dos puristas

Depois de "Gabriela", desenrolou-se a catadupa de telenovelas brasileiras — algumas muito boas, outras assim-assim, medíocres ou mesmo más — que se instalaram no tempo de lazer barato dos portugueses, habituando-os a consumir estes "enlatados" televisivos com crité-

rios de rigor e de seleção mínimos. Várias passaram quase despercebidas, outras impuseram-se pela qualidade, como foi o caso de "Roque Santeiro".

Mas, na época em que os portugueses se apressavam a chegar a casa mais cedo e a terminar o jantar mais depressa, para não perderem o olhar lânguido de Sônia Braga (vulgo Gabriela), surgiram as primeiras preocupações e ouviram-se os primeiros alertas dos guardiões da vernácula língua falada neste retângulo europeu.

Temiam os defensores do idioma de Camões (muitos destes reuniram-se, anos depois, numa nova batalha linguística, opondo-se tenazmente ao esquecido Acordo Ortográfico, assinado em 1986) que a popularização do modo de falar das telenovelas viesse subverter o português "puro". Quase se podia pensar, ouvindo críticas virulentas, que havia receio que se comesse, rapidamente, a dizer em Lisboa, no Alentejo ou em Trás-os-Montes, trem, bonde, ônibus, terno, paletó. Que as crianças portuguesas se habituassem a trocar a colocação do pronome e da preposição nas frases, dizendo, por exemplo, "sei não, senhora professora", "não conheço ele", "mamãe, me esquenta o leite", "vou ao cineminha"; que decidissem também introduzir uma vogal para abrir grupos consonânticos, pronunciando *adimirar*, *ritimo*, *pisicologia* ou que palatassem a *mentchira*.

Porém, nenhum destes cataclismos

linguísticos aconteceu. Uma década de telenovelas *made in Brasil* prova que o português lusitano não se deixa facilmente beliscar.

É certo que meia dúzia de expressões ou modos de chamamento empregues no país tropical entraram na linguagem corrente dos portugueses, sobretudo nas camadas mais jovens. "Estou numa boa", "estou a curtir", "ôie!", não se ouviam em Portugal há alguns anos atrás. Como também não era possível encontrar título recente de um semanário lisboeta que "Banco X viraprivado". Ou uma frase publicitária atual, afirmando que o supermercado Y "é um barato!"

Mas todos estes exemplos de brasileirismos são excepções com que nem o mais ortodoxo linguista lusitano hoje se inquietará.

#### Inovação e conservadorismo

Edite Estrela, filóloga e professora do ensino secundário, com obra publicada sobre a língua portuguesa, distancia-se das posições extremadas que muitos manifestam em relação à sucessão contínua das telenovelas e do falar brasileiro nos ecrãs portugueses:

"Se uns apreciam essa diferente forma de falar português, outros ouvem-na com desconfiança, dizendo-a abastardamento e corrupção da lusá língua. Para os primeiros, a variedade brasileira é mais melódica, mais doce para o ouvido e mais saborosa para o paladar. Mais inovador ao nível lexical. Para os segundos, os brasileiros, desrespeitando as normativas gramaticais preconizadas pelo falar-padrão português, são obreiros de um linguajar estranhamente solecista. Consideram-nos, ainda, irresponsáveis pela introdução de estrangeirismos desnecessários e/ou arbitrariamente adaptados. Considero que uns e outros exageram nas suas posições de apoio incondicional ou de detracção".

Para a autora da série televisiva "Crónicas de Bem Dizer", "os malefícios da telenovela, entre nós, resultam mais do fundo - criação de uma realidade subjetiva, com que o telespectador se sinta identificado ao nível do imaginário, nela se projetando e esquecendo as

## Outros são os perigos

Opinião semelhante à de Edite Estrela tem o escritor Orlando Neves, que mantém há mais de dez anos, primeiro no "Expresso", depois no "Diário de Notícias", uma coluna de crítica televisiva.

"Lembro-me que, a dada altura deste aluvião de telenovelas brasileiras, uma surgiu que introduzia nos diálogos uma série de palavras inabituais na nossa língua padrão. Muitos as consideraram, então, "criações" dos brasileiros, desrespeitadoras de nosso sacro idioma. Nessa altura, num comentário que fiz à telenovela, defendi-a com unhas e dentes, porque, afinal, os tais vocábulos e certas construções sintáticas eram português do mais terço, o que não admirava, sabendo-se que o autor do romance base da telenovela ("Cabocla") era o grande escritor José Lins do Rego. Aliás muitas expressões que se julgam criações tropicais são, na realidade, vocábulos que desapareceram do uso corrente dos falantes portugueses, mas que se conservaram no Brasil.

"Em outras telenovelas - prossegue Orlando Neves - tem-se criticado o aparecimento de modismos brasileiros que entram no nosso falar quotidiano. Temos assim duas situações a distinguir: em parte dos casos ("O Bem Amado" era outro), os brasileiros não perderam, no seu léxico comum (curiosamente, mais nas telenovelas de ambiência rural), certas expressões que provêm do português mais modelar e que nós, em má hora, abandonamos; por outro lado, provocaram a criação de bordões ou corruptelas curiosas, características da evolução da língua num país que não é... Portugal. O seu conhecimento através da televisão faz com que, por vezes, esses bordões sejam adotados pelo cidadão português. Diga-se, em abono da verdade, que, tanto quanto me recordo, raríssimos foram os que



Orlando: o perigo está no "português"

tiveram vida posterior à exibição da telenovela. Se alguns têm grande popularidade durante o momento, mal o programa televisivo termina e esquece, eles desaparecem. Por conseguinte, *tudo bem*.

"Disto, eu concluiria que não há mal linguístico na divulgação dos programas brasileiros, entre nós, portugueses: certas construções ou modos de falar são fenómenos efêmeros. Dos que permaneceram só se pode dizer bem: vieram enriquecer o nosso português (que teimamos, aqui, em considerar o paradigmático, não sei porquê)."

"Isto não quer dizer - acrescenta Orlando Neves - que concorde com os acordos que algumas sumidades quiseram fazer. Sou, em grande parte, seu oponente. Acho que o português que se fala em Portugal é um, é o de cá. Os demais países, ditos de expressão portuguesa, têm todo o direito (e devem) criar a sua própria língua (será inevitável, mais século, menos século). Criá-la-ão, a partir do português e das línguas autóctones. Deixemos de ser colonialistas de uma vez por todas."

Do que tenho medo é do *português* que se começa a falar por cá, mercê da tacanhez dos nossos políticos e tecnólogos. Esse sim, deforma, corrói, espatifa a língua portuguesa (e as mentalidades)."

C.P.S.



dificuldades vividas – do que das possíveis “influências negativas” do modo de dizer brasileiro”.

“É conveniente lembrar – diz Edite Estrela – que as principais diferenças entre as duas normas cultas (portuguesa e brasileira) da nossa língua – nos aspectos da morfologia, da fonética e da sintaxe – provêm, sobretudo, das alterações introduzidas em Portugal no final do século XVIII, início do século XIX, que os brasileiros não acompanharam.”

“São as *tendências conservadoras* do

português do Brasil, das quais as mais evidentes, na fonética, serão o não chiamento dos *s* e *z* implosivos que se instalou no falante português entre os séculos XVI e XVIII, os possessivos sem artigo, etc. Mais tarde, começam a verificar-se no Brasil as *tendências inovadoras*: abolição das consoantes não articuladas na ortografia, desaparecimento dos grupos consonânticos, palatização dos grupos *ti* e *di*, supressão do *r* em final de sílaba, etc.”

“Outras inovações importantes são, a

nível do vocabulário, os contributos da língua tupi (capim, abacaxi, mandioca, maracujá, caju, etc.) e das línguas africanas (inhame, candomblé, caçula, moleque, samba, etc.) que instaladas no falante brasileiro foram depois, muitos deles, adotados no universo do idioma de todos nós.”

“Podemos afirmar, portanto, que só permanece aquilo que vier preencher uma lacuna. Tudo o que for estranho a própria língua se encarrega de o rejeitar”, sublinha Edite Estrela. ●

## Língua: desafios na África

Uma das amargas heranças do colonialismo na África reside na questão das línguas, muitas vezes utilizadas como arma de desagregação do povo e barreira manipulada pelo colonizador – ao lado do estímulo a particularismos tribais – para impedir o surgimento e a solidificação da consciência nacional.

Países recentemente libertados, como Moçambique, sentem o problema de forma aguda, pois a ausência de uma língua efetivamente predominante retarda a integração de imensos contingentes populacionais e torna mais penosa a tarefa de desenvolver os instrumentos básicos da construção nacional.

Recente reportagem da revista moçambicana “Tempo” (5/6/88) focaliza a questão, destacando a aguda urgência que representa o desafio da língua co-

mum que sirva de meio de expressão geral a todos os moçambicanos.

Segundo aponta o semanário de Maputo, reproduzindo dados fornecidos pelo linguista Estêvão José Filmão, 76% da população moçambicana desconhecem o português, 24% o praticam conjuntamente com línguas africanas e somente 1% fala exclusivamente o português.

Sem abandonar a língua oficial portuguesa, o desafio verdadeiro consiste, de acordo com Filmão, em identificar aquelas línguas nacionais mais difundidas e que se prestem à função de integrar os maiores contingentes possíveis. Um primeiro dado a considerar será a própria experiência da Rádio Moçambique, que transmite programas em algumas dessas línguas e poderia se tornar o principal agente difusor. Segundo



Moçambique: em busca da língua comum

o linguista, deve-se entender como fundamental o caminho da valorização das línguas nacionais como o meio mais prático e racional de integrar imensas camadas populares, atualmente impedidas de maior participação na vida nacional pela barreira do idioma. ●

## O romeno, raiz latina no Leste europeu

O povo romeno, um dos mais antigos da Europa, carrega o orgulho histórico de contar entre seus antepassados com os dácios e os romanos. No território da Dácia ancestral, através de um complexo processo de convivência histórica entre dácios e romanos, o povo romeno acumulou, ao longo dos séculos, rica experiência de vida nacional e de lutas pela preservação de sua unidade. Tornou-se o único povo de fala românica da Europa Central, Oriental e Balcânica.

Apesar de vicissitudes políticas levarem a desenvolvimentos separados da Valáquia, Moldávia e Transilvânia, a língua romena representou o elo de uni-

dade do povo, da estruturação harmoniosa do espaço geográfico, da unidade de tradições e costumes, e da unicidade do folclore nacional.

A história da língua romena, das suas origens até o presente, deve ser entendida como uma vitória da latinidade na Europa Oriental. A romanidade do romeno resultou do contato entre o latim e a língua das populações nativas traçodácias na área em torno dos Cárpatos e do Baixo Danúbio.

### Herança comum

A origem comum das línguas latinas aproxima os povos, mesmo quando são

grandes as distâncias. Entre a língua portuguesa e a romena existem, por exemplo, mais de 400 palavras semelhantes e muitas outras muito parecidas.

Em romeno permanecem palavras que um brasileiro facilmente identificará: casa, abil (hábil), absurd, actualitate, bloc (bloco), caracter, curiozitate, defavorabil (desfavorável), epoca, etern, farmacia, garaj, haos (caos), intensiv, larg, masa (mesa), nume (nome), observa (observar), ocupa (ocupar), pictor (pintor), predica, rampa, sinistro, tabela e centenas de outros termos.

Para os romenos, a língua românica foi um elemento vital da nacionalidade ao longo dos séculos. ●



"Brasil do Século XX" mostra a trajetória do país e suas relações com os centros de poder

*Cristina! Não mexe nessas coisas, minha filha!*

*— Mas, por que, vovó? (Olha uma foto de revista.) Não é a minha mãe?*

*— É... (emocionada). Você tinha um ano, quando ela desapareceu. Foi no tempo da ditadura militar.*

Este é um trecho da conversa entre Vovó Laura — a atriz Henriqueta Briebe — e a neta Cristina — a atriz Mariana de Moraes — no vídeo/filme "Histórias do Cotidiano — Brasil Século XX", que faz parte da exposição permanente "Colonização e Dependência", no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

Laura conta para Cristina sua história de vida, com suas lembranças revivendo uma sucessão de imagens e sons, onde são retratados fatos significativos da história do Brasil neste século. Ela relembra as reformas do prefeito Pereira Passos, o chamado prefeito "Bota-Abaixo", no Rio; o surgimento das primeiras favelas, a valorização do elemento militar, que tinha sido responsável pela proclamação da república.

Repassa ainda a penetração de produtos e capitais estrangeiros, a expansão da economia cafeeira, o início da industrialização, o surgimento do operariado e as primeiras greves, em 1917, o movimento modernista, o carnaval carioca antigo e a música popular, o getulismo e sua relação com a massa trabalhadora, o nacionalismo dos anos 50 e a campanha do petróleo.

Vovó Laura rememora o surgimento da indústria cinematográfica e a invasão cultural norte-americana, o suicídio de Getúlio Vargas, o desenvolvimentismo

juscelinista e a construção de Brasília, o governo Jango e o golpe militar de 1964, e ainda a tropicalia, a explosão dos Beatles e do rock nos anos 60. As cenas finais abordam as questões ecológica, indígena, nuclear, ambiental, operária, camponesa, o projeto militar norte-americano Guerra nas Estrelas e a luta pela sobrevivência do homem frente à ameaça de destruição do planeta.

O vídeo/filme tem duração de 20 minutos e direção da antropóloga Regina Abreu e do cineasta Nolton Nunes. A pesquisa, como grande parte do cenário, foi elaborada no próprio Museu Histórico Nacional, que emprestou material do acervo para as filmagens.

Segundo Regina Abreu, "o trabalho nasceu no Museu Histórico Nacional e seu objetivo principal é o próprio museu, que passa por um período de revitalização sob a direção da museóloga Solange Godoy. O projeto é o de eliminar a imagem de que museu no Brasil é apenas vitrine intocável, o que levou ao distanciamento muito grande das pessoas".

#### Colônia e dependência

A exposição reconta a história do país de forma criativa, mostrando vários aspectos da inserção brasileira no sistema econômico mundial, como país colonizado e dependente. "Colonização e Dependência" é o primeiro dos cinco módulos da exposição, que mostra um painel de grandes dimensões, com símbolos e figuras que vivem escondidos

## O museu reconta a história

A exposição "Colonização e Dependência", do Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro, fala da história do Brasil para estudantes, de um jeito que precisa ser imitado, país afora

ou abertamente visíveis nas vitrines das quatro salas destinadas ao evento.

Mapas, moedas, equipamentos de navegação e produtos naturais e do artesanato mostram o movimento de abertura para o mar, interesses comerciais e a busca do enriquecimento. Mais adiante, os efeitos e significados da descoberta das minas de ouro e de diamantes: crescimento populacional, ativação do comércio, urbanização, aperto dos laços coloniais. Em outra sala, os efeitos da mudança da corte portuguesa para o Brasil e, logo a seguir, o café, os esforços de industrialização, a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalhador estrangeiro assalariado são outros traços marcantes da narrativa, que mostra, ainda, a profusão de bens importados, como alimentos, água mineral, remédios, tecidos, velas, máquinas, brinquedos, confirmando a extensa dependência do país em relação ao exterior, mesmo para a vida do dia-a-dia.

A abrangência e a clareza da exposição "Colonização e Dependência" tornam a iniciativa extremamente significativa.

"A exposição faz parte de um contexto — explica a diretora Solange Godoy. A função do Museu, em primeiro lugar, é passar um recado direto do que significou o processo histórico brasileiro, em linhas gerais. Como latino-americanos, precisamos entender bem claramente o que significou a exploração colonial. A partir disso, todos entenderemos a escravidão e a dependência em relação ao mercado externo."

L.N.

**No desenvolvimento  
da Indústria Petrolífera  
para a reconstrução de Angola,  
Sonangol é vital  
para o futuro**



**SONANGOL**

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA  
C.P. 1316 - LUANDA - TELEX 3148 - 3260



**Sinal de multiplicar, somar e crescer.**

Somar esforços. Aumentar riquezas.  
Incentivar o progresso.  
É isso que o maior banco do Brasil  
tem feito todos os dias.



**BANCO DO BRASIL**